

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS: ESTUDOS LITERÁRIOS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

Tatiane Carvalho de Moraes

**Abolicionismo e solidariedade: uma perspectiva comparada entre *Úrsula* de Maria
Firmina dos Reis e *A Cabana do Pai Tomás* de Harriet B. Stowe.**

Juiz de Fora

2022

Tatiane Carvalho de Moraes

Abolicionismo e solidariedade: uma perspectiva comparada entre *Úrsula de Maria Firmina dos Reis* e *A Cabana do Pai Tomás* de Harriet B. Stowe.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos Literários, área de concentração em Teorias da Literatura e Representações Culturais, da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Letras.

Orientadora: Prof^a. Dr^a Bárbara Inês Ribeiro Simões Daibert

Juiz de Fora

2022

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Morais, Tatiane Carvalho de.

Abolicionismo e solidariedade: : Uma perspectiva comparada entre Úrsula de Maria Firmina dos Reis e A Cabana do Pai Tomás de Harriet B. Stowe / Tatiane Carvalho de Moraes. – 2022.

86 f.

Orientadora: Bárbara Inês Ribeiro Simões Daibert
Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Letras. Programa de Pós-Graduação em Letras, 2022.

1. Escravidão. 2. Existencialismo. 3. Subjetividade. 4. Racismo. I. Daibert, Bárbara Inês Ribeiro Simões, orient. II. Título.

Tatiane Carvalho de Morais

Abolicionismo e Solidariedade:

uma perspectiva comparada entre *Úrsula* de Maria Firmina dos Reis e
A Cabana do Pai Tomás de Harriet B. Stowe

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras: Estudos Literários da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Letras. Área de concentração: Teorias da Literatura e Representações Culturais.

Aprovada em 26 de setembro de 2022.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Bárbara Inês Ribeiro Simões Daibert - Orientadora
Universidade Federal de Juiz de Fora

Profa. Dra. Prisca Rita Aguston de Almeida Pereira - Membro Titular Interno
Universidade Federal de Juiz de Fora

Profa. Dra. Vanessa Cianconi Vianna Nogueira - Membro Titular Externo
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Juiz de Fora, 19/09/2022.



Documento assinado eletronicamente por **Vanessa Cianconi, Usuário Externo**, em 26/09/2022, às 15:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Barbara Ines Ribeiro Simoes Daibert, Professor(a)**, em 26/09/2022, às 16:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Prisca Rita Aguston de Almeida Pereira, Professor(a)**, em 27/09/2022, às 18:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf (www2.ufjf.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **0953509** e o código CRC **30B90F66**.

AGRADECIMENTOS

Atravessar esse período pandêmico do qual todos nós somos vítimas involuntárias e encarceradas despertou e desperta em mim muitas reflexões. Em tempos de distanciamento, vivemos na ânsia de um abraço e tivemos de nos contentar com as memórias. Foram muitos os momentos em que pensei em desistir, vieram as enfermidades físicas, mentais, e junto a tudo isso vieram também as perdas, que infelizmente fazem parte de nossa vida.

Creio que nunca tenhamos passado por momentos tão difíceis e incertos. Por diversas vezes pensei em desistir, mas lembrei de onde vim e o quanto percorri até chegar aqui. Toda forma de agradecimento é pequena diante das bênçãos alcançadas, sejam aquelas que presenciamos, sejam aquelas incontáveis das quais não nos damos conta.

Não poderia deixar de agradecer primeiramente a Deus que me permitiu chegar até aqui e tem me guardado dia após dia.

Agradeço aos meus pais Sônia e Francisco por terem compreendido o quanto esse momento é importante e por terem dedicado a mim, à sua maneira, o seu amor incondicional.

Agradeço ao meu noivo Henrique que soube cuidar de mim e me incentivar em meus momentos mais difíceis. Eu agradeço por todo amor, cada palavra, cada gesto e os inúmeros puxões de orelha.

Agradeço aos amigos que compreenderam minha ausência e acreditaram em mim em todos os momentos.

Agradeço à minha orientadora Bárbara que contribuiu com carinho e paciência para que este sonho pudesse ser concretizado.

Agradeço imensamente à minha amiga e revisora Helena, que faz de mim alguém melhor todos os dias e que me inspira a crescer sempre.

Agradeço a todos aqueles que seguiram ao meu lado e que com certeza fazem parte dessa história e dessa conquista.

Obrigada.

DEDICATÓRIA

Dedico esta pesquisa ao meu avô Francisco, que nos deixou em janeiro deste ano e que não pôde presenciar esse momento. Infelizmente seu ciclo terminou antes que eu pudesse encerrar o meu no mestrado.

O que é senhor, o que é livre, tem segura em suas mãos ambas a cadeia, que lhe oprime os pulsos. Cadeia infame e rigorosa, a que chamam escravidão? E entretanto este também era livre, livre como o pássaro, como o ar; porque no seu país não se é escravo. Ele escuta a nênia plangente de seu pai, escuta a canção sentida que cai dos lábios de sua mãe, e sente como eles, que é livre; porque a razão lhe diz, e a alma o compreende. Oh, a mente! Isso sim ninguém a pode escravizar! Nas asas do pensamento o homem remonta-se aos ardentes sertões da África. (REIS, 2017, p.29)

RESUMO

Este trabalho se propõe a analisar, sob metodologia exploratória, historiográfica e bibliográfica, as obras: *Úrsula* (1859), de Maria Firmina dos Reis e *A Cabana do Pai Tomás* (1853), de Harriet Beecher Stowe. As duas obras escritas no século XIX, ainda escravagista, revelam um movimento de escrita em favor da abolição da escravatura no Brasil e nos Estados Unidos ainda imersos no trabalho escravo. Analisados sob a perspectiva da filosofia existencialista cristã de Soren Kierkegaard, os romances abordam a temática do escravizado por um viés que o retira do lugar de nulidade e objetificação e o leva à condição de indivíduo, atentando para a constituição de sua subjetividade. O existencialismo cristão perpassa as narrativas, trazendo a ideia de que a realização de escolhas é uma característica inerente a todo ser humano. À medida que o escravizado passa a viver sua subjetividade, ele realiza escolhas que são evidenciadas nos romances. A condição de igualdade dos homens encontra suas bases nos próprios preceitos do cristianismo, que é evocado como fator de sensibilização do público leitor. Levando-se em consideração as particularidades de cada território no período oitocentista, os personagens revelam características associadas às morais religiosas como o sacrifício em favor de um irmão. Para fins de comparação, consideram-se também os contextos históricos e sociais que levaram Maria Firmina ao silenciamento, enquanto Stowe alcançou proporções gigantescas, sendo seu livro chamado, na época, de estopim da guerra civil norte-americana. Neste trabalho, contrapomos a escrita dessas autoras a de autores do mesmo período que vinculavam uma imagem do escravo como algoz, e cheia de estereótipos, refletindo a posição da elite escravocrata quanto ao regime de escravidão. Firmina e Stowe, em movimento contrário, buscam a libertação de todos os escravizados fundamentando-se nas condições de igualdade e solidariedade estabelecidas pelo cristianismo. A análise dos fatores diversos permite analisar a escrita dos romances de Firmina e Stowe como obras verdadeiramente abolicionistas. Desta forma, este trabalho se ocupa de demonstrar, por meio de análise comparada, o teor abolicionista cristão de *Úrsula* e *A Cabana do Pai Tomás*, aproximando-os, apesar dos contextos diversificados.

PALAVRAS-CHAVE: Escravidão. Existencialismo. Subjetividade. Racismo.

ABSTRACT

This work proposes to analyze, under an exploratory, historiographical and bibliographic methodology, the works: *Úrsula* (1859), by Maria Firmina dos Reis and *A Cabana do Pai Tomás* (1853), by Harriet Beecher Stowe. The two works written in the 19th century, when slavery was still legal, reveal a writing movement in favor of the abolition of slavery in Brazil and in the United States, both countries still immersed in slave labor. Analyzed from the perspective of Soren Kierkegaard's Christian existentialist philosophy, the novels approach the subject of the enslaved by a bias that removes the enslaved from the place of nullity and objectification and takes him back to the condition of an individual, paying attention to the constitution of his subjectivity. Christian existentialism permeates the narratives, bringing the idea that making choices is an inherent characteristic of every human being. As the enslaved begins to exercise his condition of subjectivity, he makes choices that are evidenced in the novels. The condition of equality of men finds its basis in the very precepts of Christianity, which is evoked as a factor of sensitization of the reading public. Taking into account the particularities of each territory in the 19th century, the characters reveal characteristics associated with religious morals such as the sacrifice in favor of a brother. For purposes of comparison, the historical and social contexts that led Maria Firmina to silence are also considered, while Stowe reached gigantic proportions, having her book considered the trigger of the American civil war. Everything is done in order to contrast the authors' writing with that of authors from the same period who linked an image of the slave as an executioner, and full of stereotypes that reflected the position of the slave-owning elite regarding the slavery regime. Firmina and Stowe, in the opposite direction, seek the liberation of all enslaved people based on the conditions of equality and solidarity established by Christianity. The analysis of different factors allows analyzing the writing of Firmina and Stowe's novels as truly abolitionist works. In this way, this work is concerned with demonstrating, through comparative analysis, the Christian abolitionist content of *Úrsula* and *A Cabana do Pai Tomás*, bringing them together, despite the diverse contexts.

KEYWORDS: Slavery. Existentialism. Subjectivity. Racism.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	O PIONEIRISMO DE MARIA FIRMINA DOS REIS NO SÉCULO XIX ..	17
2.1	O SURGIMENTO DA VOZ FEMININA	18
2.2	MARIA FIRMINA DOS REIS	21
2.3	O ABOLICIONISMO DA ELITE CULTURAL DO BRASIL DO SÉCULO XIX	25
2.3.1	A Escrava Isaura.....	28
2.3.2	Vítimas Algozes	29
3	COMPARAÇÃO DE CONTEXTOS: ESTADOS UNIDOS E BRASIL	37
3.1	O PAPEL DO CRISTIANISMO NAS ABOLIÇÕES ESTADUNIDENSE E BRASILEIRA	41
3.2	A CABANA DO PAI TOMÁS	47
3.3	ÚRSULA	56
3.3.1	A importância dos personagens de Úrsula	59
4	A PERSPECTIVA DA SOLIDARIEDADE NA OBRA LITERÁRIA	63
4.1	O EXISTENCIALISMO DE KIERKGAARD E O ROMANCE ABOLICIONISTA	63
4.2	ABOLIÇÃO POR SOLIDARIEDADE	74
4.3	A FORMAÇÃO DOS NÚCLEOS AFETIVOS	77
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	79
	REFERÊNCIAS	82

1 INTRODUÇÃO

“Senhor Deus! Quando calará no peito do homem a tua sublime máxima – ama a teu próximo como a ti mesmo – deixará de oprimir com tão repreensível injustiça ao seu semelhante!... a aquele que também era livre no seu país... aquele que é irmão?!...” (REIS, 2004, p. 23).

A escravidão foi uma instituição que afetou as organizações da sociedade em proporções desastrosas, de todas as formas e em todas as esferas. Encarar essa realidade como algo inerente ao processo de colonização reforça a afirmativa de que a expansão territorial e econômica se deu por vias impróprias, mas que, ao ver dos executores, foi necessária e justificada.

A necessidade latente de alcançar êxitos sem esforços fez com que a mão de obra escrava fosse amplamente utilizada e propagada por todos os lugares para onde apontassem as velas dos navios desbravadores. Espalhados por todo o mundo e aportados em terras brasileiras, trouxeram a expansão, o progresso, mas, segundo Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil* (1995, p. 43), ao seu modo: “A exploração dos trópicos não se processou, em verdade, por um empreendimento metódico e racional, não emanou de uma vontade construtora e enérgica: fez-se antes com desleixo e certo abandono”. Nesse sentido, o autor questiona: “essa ânsia de prosperidade sem custos, de títulos honoríficos, de posições e riquezas fáceis, tão notoriamente característica da gente de nossa terra, não é bem uma das manifestações mais cruas do espírito de aventura?” (HOLANDA, 1995, p. 46).

Não se pode negar que essa colonização relegou ao Brasil heranças que permanecem até os dias atuais, afetando hábitos, pensamentos e, conseqüentemente, a própria organização social. Se, com a colonização, veio a expansão da fé cristã, junto a ela veio também a implantação da mão de obra escrava, que encontrava suas primeiras opções nos gentios da própria terra a ser desbravada.

De fato, os portugueses foram responsáveis pela implantação de um modelo que foi base para as relações de trabalho nas colônias e para a exploração latifundiária, caracterizada principalmente pela monocultura. Ponto central para a organização ibérica devido às suas terras ricas e próprias ao cultivo de cana-de-açúcar, o nordeste brasileiro, com suas áreas rurais, funcionou como o motor da produção colonial. No entanto, permanecia um problema: como se resolveria a questão do trabalho? Os indígenas, tidos como primeira alternativa,

mostraram-se uma tentativa frustrada de implantação de trabalho, motivo pelo qual os europeus optaram pela importação do trabalho africano:

Pode-se dizer que a presença do negro representou sempre fator obrigatório no desenvolvimento dos latifúndios coloniais. Os antigos moradores da terra foram, eventualmente, prestimosos colaboradores na indústria extrativa, na caça, na pesca, em determinados ofícios mecânicos e na criação do gado. Dificilmente se acomodavam, porém, ao trabalho acurado e metódico que exige a exploração dos canaviais. Sua tendência espontânea era para atividades menos sedentárias e que pudessem exercer-se sem regularidade forçada e sem vigilância e fiscalização de estranhos. Versáteis ao extremo, eram-lhes inacessíveis certas noções de ordem, constância e exatidão, que no europeu formam como uma segunda natureza e parecem requisitos fundamentais da existência social e civil. O resultado eram incompreensões recíprocas por parte dos indígenas, que assumiam quase sempre a forma de uma resistência obstinada, ainda quando silenciosa e passiva, às imposições da raça dominante (HOLANDA, 1995, p. 48).

Vista como um mal necessário e inevitável, a importação dos negros era justificada pela carência de mão de obra, que poderia causar uma catástrofe na economia. É importante ressaltar que, embora as riquezas fossem formadas em terras brasileiras e acumuladas à custa do tráfico e exploração de mão de obra escrava africana, elas pertenciam aos portugueses. Mais tarde e já após a independência do Brasil, à medida que cresciam atuações de repressão ao tráfico ilegal e a pressão por um processo de emancipação, alguns países ainda se mantinham sob regime escravista, buscando burlar o sistema e manter sua ordem servil. Como afirma Célia Maria Marinho de Azevedo (2003, p. 36), na metade do século XIX, dois grandes países escravistas ainda desafiavam os sentimentos abolicionistas: Estados Unidos e Brasil:

Em meados do século XIX, dois grandes países escravistas do continente americano continuavam a desafiar esta convergência transatlântica de sentimentos antiescravistas. Tanto os Estados Unidos quanto o Brasil causavam especial indignação, pois além de escravizarem grande número de pessoas, contavam com classes de senhores de escravos solidamente enraizadas. Essas classes de senhores apresentavam de certo modo, um espetáculo semelhante: vultuosos interesses econômicos, forte poder político e a convicção profunda de que a escravidão era o melhor dos regimes de trabalho, tanto nos aspectos de lucratividade quanto de controle social.

Brasil e Estados Unidos, que muito se assemelhavam na questão escravista, apresentavam diferenças quanto à organização de seu movimento abolicionista. Enquanto estes podiam contar com um movimento melhor estruturado, com suas centenas de jornais e

sociedades abolicionistas espalhadas pelos estados do norte, aquele ainda não se organizava efetivamente na luta contra a escravidão: “A não ser por alguns isolados escritores antiescravistas, não havia nada que pudesse evocar a imagem de uma comunidade de sentimento abolicionista no Brasil até meados de 1860” (AZEVEDO, 2003, p. 36).

A Guerra Civil Norte-Americana (1861-1865), que provocou discussões sobre o destino da escravidão, marcou seu fim e abriu diferentes propostas de abolição nos locais onde ainda permanecia o regime de cativo.

Clicea Miranda, em *Repercussões da guerra civil americana no destino da escravidão no Brasil - 1861-1888* (2017), ao colocar a escravidão como ponto central para a eclosão dessa guerra, durante a presidência de Abraham Lincoln, demonstra a polarização entre os estados do norte, que buscavam a união nacional e a emancipação escrava, e os estados confederados do sul, que buscavam manter a escravidão: “Enquanto nos Estados Unidos a proposta de abolição da escravatura levava à Guerra Civil, países como Brasil e Cuba, ainda, aparentemente procuravam não se confrontar com a questão, afinal, foram os dois últimos das Américas a pôr fim a essa lógica de trabalho” (2017, p. 48). Deve-se ressaltar que a repercussão da luta abolicionista norte-americana afetou a América do Sul, mais por receio de se repetirem aqui os embates ocorridos do que pela aquisição de um novo pensamento que pudesse rever a questão escrava.

O movimento abolicionista brasileiro, a partir de meados de 1860, começa a empreender ações ainda discretas em direção à luta abolicionista no campo da justiça, do jornalismo e da política. Apesar desse movimento incipiente, o abolicionismo brasileiro somente veio a popularizar-se de forma mais incidente na década de 1880, às portas da extinção do regime escravocrata. Contrariamente ao processo abolicionista norte-americano, os brasileiros buscaram caminhos para evitar o conflito. De acordo com Miranda (2017, p. 48), o mesmo movimento que radicalizou as ações dos nortistas, aproximou-se da América do Sul, adotando um tom mais conservador e propondo uma emancipação gradual e indenizatória.

Em contrapartida, apesar desse teor de emancipação gradual e indenizatória, não se pode afirmar sobre ausência de rebeliões e de resistência em favor da emancipação no Brasil:

As rebeliões escravas representavam, por sua vez, outra via de enfrentamento da escravidão, e ao que tudo indica, algumas estiveram relacionadas com a repercussão da Guerra Civil Americana, como a Revolta do Serro, em Minas Gerais que ocorreu em 1864, e até movimentos como os de 1863 e 1867 na região do Cobre em Cuba,

envolvendo escravos e homens livres de cor (MIRANDA, p. 48, 2017).

As notícias relacionadas a levantes escravos brasileiros foram responsáveis por alardear as autoridades, provocando o medo das elites em relação à população negra. Não se pode olvidar ainda o que aconteceu com o movimento dos jacobinos negros haitianos (Revolução de São Domingos 1791-1804), que resultou na independência do país (Haiti) em relação à França, que era a colônia mais rica e com o maior mercado de escravos. Naquele período, a colônia de São Domingos era responsável pela metade da produção de café e açúcar, representando a inovação do capitalismo colonial e considerada o orgulho francês (DUBOIS, 2004, p. 21). Apesar de não ter ocorrido de forma rápida, a Revolução de São Domingos consolidou-se como o primeiro movimento emancipatório organizado pelos próprios negros libertos e ex-escravos, provocando impacto no mundo colonial¹. Essa revolução na colônia francesa de São Domingos assombrou a sociedade imperial brasileira, especialmente os setores ligados à produção agrícola (AZEVEDO, 2004).

Seguindo rumo ao século XIX, os movimentos pró-abolição foram alcançando seus espaços e adentraram finalmente em meio literário. Nesse sentido, emerge nas páginas da literatura um discurso que ousou enfrentar as próprias concepções vigentes para posicionar-se contra a escravidão. Essas páginas denunciavam as condições degradantes e contrárias à moral do cristianismo, sob a qual viviam os escravos. O olhar sensível e a concepção humana tiveram duas representantes nos territórios onde a escravidão ainda permanecia, como Estados Unidos e Brasil. Trata-se de Harriet B. Stowe (EUA) e Maria Firmina dos Reis (Brasil).

Nesses países, ainda escravistas e assombrados pelos rumos da revolução do Haiti, prevalecia uma organização marcadamente escravagista e polarizada. No entanto, vão surgindo discursos singulares que ousam transgredir a ordem dominante e questionar o lugar de servidão e a crueldade do sistema escravocrata. Aliam-se, para isso, à moral cristã, que pregava a igualdade entre os homens.

¹ A pérola das Antilhas, como era conhecida a colônia, viu seu rumo mudar a partir de 1791, quando Vicent Ogê foi penalizado criminalmente, causando rebelião entre os cativos. Os irmãos negros, com o lema “Escutem a voz da liberdade que fala ao coração de todos nós” foram chamados às armas e a lutar pelo fim do cativeiro. Em 1793, Toussant Louverture liderou o movimento de revolução haitiano, mas, por sua atuação controversa de aproximação de Napoleão, de manutenção de trabalho escravo e tolerância aos proprietários locais, acaba sendo deposto, tendo como sucessor o ex-escravo Dessalives, em 1803. Em 29 de novembro do mesmo ano, foi redigida a declaração preliminar de independência, e um mês depois, foi batizado o novo estado com o nome indígena Haiti. Em 1804, após os revolucionários haitianos derrotarem cerca de 60 mil soldados ingleses e 43 mil soldados de Napoleão, cessaram-se as lutas. Dessalives foi coroado o primeiro chefe de estado haitiano e ajudou a consolidar o primeiro estado independente composto por ex-escravos e libertos (QUEIROZ, 2016).

O ponto de vista adotado pelas autoras – Harriet B. Stowe (EUA) e Maria Firmina dos Reis (Brasil) – revela o lado ignorado da escravidão, a sua condução do ser humano a um estado de submissão que o reduziria a não mais que um corpo escravizado. Sem dúvidas, a escravidão podia ser vista como o pior dos pecados:

Segundo Davis, a transformação da ideia de pecado é a chave para se compreender as origens religiosas do pensamento antiescravista. Por tradição, acreditava-se que após a queda de Adão, a condição natural e legal do homem era a de completa sujeição a Deus, o que implicava numa incapacidade natural de aspirar o justo e legítimo. Enquanto o pecado fosse imaginado tradicionalmente como uma espécie de escravidão, e a servidão externa pudesse ser justificada como um produto do pecado, não seria possível perceber as contradições morais da escravidão (AZEVEDO, 2003, p. 48).

Equivaler escravidão a pecado significou estabelecer uma linguagem abolicionista que se fundamentou e atravessou as obras literárias de Harriet B. Stowe e Maria Firmina dos Reis. Apesar de a ocupação dos espaços por uma mulher ser algo tão limitado, dir-se-ia até negado, as autoras escreveram romances de suma importância para o movimento abolicionista nos dois países. De fato, *A cabana do Pai Tomás*, de Stowe, por sua gigantesca projeção, tornou-se o motor do movimento abolicionista norte-americano. Já com *Úrsula*, de Firmina, a despeito de seu pioneirismo na literatura abolicionista brasileira, a mesma projeção não foi alcançada, em virtude do patriarcalismo fortemente vigente nas relações sociais, estabelecendo limites à participação feminina. Essa questão será melhor aprofundada posteriormente neste trabalho.

Os valores cristãos presentes nas obras de Stowe e Firmina apontavam o caminho para que a condição de desigualdade estabelecida pela escravidão pudesse, então, ser superada, aproximando-se da concepção existencialista-cristã de Kierkegaard, que será aprofundado no capítulo quatro. Essa concepção é evidenciada principalmente na obra de Maria Firmina, que denuncia a negação da existência concreta do indivíduo, enquadrando-o em uma realidade limitada. Sendo assim, a construção de uma ideia abolicionista passava pela desconstrução dos estereótipos negros propagados, estabelecendo a constituição do escravizado como indivíduo, ser humano e irmão da família branca.

Vale ressaltar que a investigação da construção de uma ideia abolicionista baseada em valores cristãos não significa uma desproblematização. Antes, significa compreender os paradoxos existentes nas releituras bíblicas e nas apropriações feitas pelas hierarquias das próprias Igrejas, quer seja pela católica, no Brasil, quer seja pelas protestantes, nos Estados

Unidos, para cujas atuações no cenário escravagista é necessário um olhar atento. Apesar de ideais voltados para a igualdade, ambas as instituições religiosas tiveram participação ativa no processo de escravidão, sobretudo no início da colonização do chamado Novo Mundo. Dessa forma, a visão aqui defendida torna-se complexa por abordar um posicionamento que confronta o próprio sistema e as leis então regentes da sociedade.

A reflexão a respeito dos conceitos de cristianismo, da abolição e da escravidão, assim como do próprio existencialismo kierkegaardiano, permite-nos chegar aos dias de hoje e traçar paralelos que perpassaram séculos. Se, dentro da concepção cristã, as fundamentações religiosas eram regidas por um Deus cuja base interpretativa é a igualdade e a solidariedade, por que os representantes do cristianismo corroboraram a propagação e a manutenção da escravidão durante tanto tempo? No decorrer desta dissertação, tentaremos também perseguir essa questão, não com a anulação de outras que surgem no decorrer de sua escrita, mas com a análise dos elementos que a norteiam.

No primeiro capítulo desta dissertação, a fim de elucidar seu importante e complexo movimento de escrita, será apresentada Maria Firmina dos Reis, quer pelos dados biográficos – nasceu em 25 de março de 1822, filha de Leonor Filipa dos Reis (cuja condição social era “mulata forra” e ex-escrava do comendador Caetano) e de João Pedro Esteves, branco –, quer pelo aprofundamento de seu romance, *Úrsula*. Este é o primeiro romance abolicionista de que se tem conhecimento, anterior, inclusive, ao famoso *A escrava Isaura*, de Bernardo Guimarães, *Úrsula* (1859), e, apesar de estar situado no período romântico, erige reflexões avançadas para o século XIX. Ao contrário dos estereótipos negros circulantes, como a mulata sensual e o negro feroz, os personagens de Firmina, embora não sejam os protagonistas da trama, adquirem relevância na construção de uma identidade.

Ainda no primeiro capítulo, investigaremos como a maioria dos estudos atuais sobre o romance partem desses personagens e do enredo. Tratam-se de análises, de certa forma, artificiais, na medida em que elas não alcançam a concepção de Maria Firmina quanto à escravidão. Sobre esse aspecto, assim elucidada Maria Lúcia Mott:

É preciso lembrar a posição corajosa de Maria Firmina dos Reis ao denunciar a ilegitimidade e violência da escravidão, justamente do Maranhão, província considerada como sendo fortemente escravista. O fato de o vilão da história, aquele que persegue a irmã, mata o cunhado e o pretendente da sobrinha, ser o pior e mais cruel dos senhores, não quer dizer que a escravidão seja legítima para os escravos que possuem um bom senhor. Túlio e Susana, escravos de Luíza B., proprietária boa e compreensiva não aceitam sua condição de ‘miseros cativos’. Maria Firmina situa-se ao lado daqueles autores que condenam a escravidão

porque ela era contrária às leis de Deus, e que acreditavam que o negro, apesar dos anos vividos sob o cativeiro, não tinha perdido suas qualidades naturais. Difere neste ponto de autores contemporâneos, como Macedo, que condenavam a escravidão, dentre outras razões, porque ela corrompia o escravo e consequentemente contaminava a família branca (MOTT, 1989, p. 61).

De fato, a ideia do contágio racial utilizada pela elite como lugar de reafirmação da condição inferior do negro alcançou a literatura. Com efeito, o escravo sempre seria um perigo aos seus senhores, contaminando-os com suas crenças, vícios e maneiras. Argumentos como esses, encontrados no romance *Vítimas Algozes*, de Joaquim Manoel de Macedo, resultariam em uma política de branqueamento racial, classificando a variedade humana em raças superiores e inferiores, como atesta Célia Maria Marinho de Azevedo:

[...] A instituição escravista garantia o lugar social do negro na esfera dos dominados, porém ele não deixava de influir negativamente sobre ‘nós’, sobre os costumes e caráter social dos dominantes brancos. O próprio ‘movimento ascendente da nossa civilização’ fora afetado a ponto de acarretar o atraso do país. Quanto ao trabalho ele se degradara tanto que quase já não se podia pensar em termos de fundação de um novo tempo, pautado pelo progresso e civilização (AZEVEDO, 2004, p. 59)

A diferente visão encontrada em *Úrsula* permite contrapô-la a outras obras do período, como as já citadas anteriormente (*Escrava Isaura* e *Vítimas Algozes*). Apesar de tratarem da questão escravista e da problemática que envolvia o escravizado, a posição dos autores revelava um abolicionismo que acabava por reafirmar a inferioridade do negro com enredos que pregavam desde a liberdade merecida de uma escrava branca (*Escrava Isaura*), até descrições do negro como inimigo doméstico e familiar (*Vítimas Algozes*).

A importância da obra de Maria Firmina dos Reis evidencia-se por meio da compreensão de que seus escritos refletem a angústia dos escravos que viviam sob condições degradantes. Sua obra inaugura o lugar da escrita afro-brasileira comprometida com a humanidade do escravizado, ultrapassando construções pejorativas, como afirma Luísa Lobo:

Esta posição, bastante rara na literatura nacional, deve-se ao fato de a autora ser mulata e ocupar as camadas subalternas da sociedade brasileira, como professora primária. Pôde observar a vida cotidiana do escravo porque também ocupava um lugar social de oprimida, como mulher e afrodescendente (LOBO, 2011, p. 119).

Retomando a aproximação das visões abolicionistas adotadas em *Úrsula*, de Firmina, e em *A Cabana do Pai Tomás*, de Harriet B. Stowe, estabeleceremos, ao longo do segundo capítulo desta dissertação, uma comparação entre contextos e características das obras. O abolicionismo cristão estadunidense (Stowe) e as imagens do negro e da mulher sob a ótica da solidariedade cristã (Firmina) reafirmam a concepção de que as questões existenciais seriam superadas pelos valores da solidariedade embasados em uma moral cristã.

Buscando aproximar o público leitor branco do cotidiano dos negros, Harriet B. Stowe argumentou a partir de suas concepções morais mescladas de críticas à aprovação de leis escravistas, à brutalidade e à instabilidade da escravidão, posicionando-se, inclusive, contra a posição subalterna da mulher. Enquanto isso, Maria Firmina buscou despertar no leitor a solidariedade para com os cativos e a causa abolicionista, enquadrando-se nos moldes vigentes no Brasil.

Úrsula e *A Cabana do Pai Tomás* demonstram na construção de seus enredos uma literatura antiescravista, dotada de um olhar fraterno e solidário para com o escravo. No caso de Firmina, encontra-se ainda a expressão de uma coletividade e ancestralidade trazidas pela memória, tal qual assinalam Martins e Rocha (2005):

[...] no campo da educação, a retomada das discussões sobre a memória tem significado retomar o ‘lugar do sujeito’, já que a memória, concebida como capacidade cognitiva (a memória/conhecimento), ou como função política (memória voluntária e memória coletiva) nos permite repensar os sujeitos diretamente envolvidos em processos educativos, por práticas interventoras, ação institucional e regulamentada mediante dispositivos de regulação social. Esse “lugar da memória do sujeito” contém o vivido e o imaginado, já que a virtualidade é uma das características da memória. [...] à necessidade de procurar e selecionar, no passado, elementos que reforcem o enraizamento desses sujeitos (MARTINS, ROCHA, 2005, p. 95).

Os discursos literários de Maria Firmina dos Reis e Harriet B. Stowe visam à conscientização dos leitores, na medida em que apresentam os sujeitos sociais (negro escravo e mulher) a partir do ponto de vista dos oprimidos. Trata-se de sujeitos que, de alguma forma, resistem ao poder patriarcal e escravocrata, refletem sobre suas condições de vida, rememoram as próprias raízes e posicionam-se perante práticas opressivas e desumanizadoras.

A caracterização dos personagens, a descrição e o desenho dos hábitos sociais do século XIX demonstram a consciência do lugar ocupado por essas mulheres e por aqueles sobre os quais escreviam. O lugar dos personagens femininos e negros dentro da ficção

determina o lugar de onde se fala e para quem se fala. Sendo assim, ambos os discursos literários são carregados de intencionalidade formativa e (por que não dizer) educativa.

Para estabelecer a conexão principal entre as autoras e suas obras, será trabalhado, especialmente no terceiro capítulo, o sentido da solidariedade baseado nos valores cristãos. Ressalta-se que o papel fundamental da solidariedade sob esse viés contrapõe os romances *A cabana do pai Tomás e Ursula* a modelos vigentes que disseminavam imagens moldadas pelo estereótipo do negro opressor e inferior. Para tanto, será investigado nas obras o desenvolvimento do conceito de existencialismo cristão, de Kierkegaard.

A chave para a compreensão do movimento abolicionista literário presente em Firmina e em Stowe encontra sua convergência em conceitos como solidariedade e subjetivação. Essa convergência está na emancipação do corpo físico e da mente, concebendo o negro como indivíduo. A subjetivação permite discutir e assimilar a questão existencial, questionando a negação da figura do escravizado por parte da sociedade.

Ancorada nos conceitos de Kierkegaard, a leitura existencialista cristã sobre Firmina foi desenvolvida, primeiramente, por Bárbara Daibert em *O negro samaritano e a santa virgem de Maria Firmina dos Reis*, em cuja leitura baseia-se a hipótese desta dissertação:

Maria Firmina dos Reis inaugura não apenas um novo olhar em seu romance, partindo do ponto de vista o escravo, mas em sua obra há indícios de uma profunda questão existencial que, para ela, só poderia, na prática, ser resolvida pela via da solidariedade. Apropriando-se do discurso religioso, como sua personagem não nomeada de seu conto, Firmina constrói seu próprio discurso afirmando a necessidade da redenção para um mundo que estava em desacordo. ‘Timidamente’, como convinha, mas sistematicamente, a maranhense apropriou-se dos meios de que dispunha para pregar certa tese que poderia convencer os ouvidos cristãos-católicos de sua época. Assim, sua maior sagacidade foi basear seu próprio clamor em favor da abolição na premissa católica e no discurso dominante da fraternidade, que poderia, quem sabe, pôr fim à sua grande questão existencial (DAIBERT, 2012).

A escrita de Maria Firmina dos Reis pauta-se na perspectiva do outro. Por esse motivo, ela representa não só um novo ponto de vista, mas também a inovação, a revolução e a reflexão provocadas pelas angústias do próprio escravo. A angústia é o retrato da humanização do escravo e a construção de sua subjetividade, já que “só foi possível falar em angústia no momento em que, na história da humanidade, foi possível pensar em uma subjetividade” (PONTE, 2001, p. 29). Partindo dessa questão existencial, pretendemos ver ao longo deste texto como as autoras Stowe e Firmina situam o escravo no lugar de solidariedade.

2 O PIONEIRISMO DE MARIA FIRMINA DOS REIS NO SÉCULO XIX

Antes da emergência dos movimentos literários negros, no século XX, houve alguns precursores no Brasil do século XIX, tradicionalmente masculino. Surgiram poetas negros como João da Cruz e Souza (1861-1898) e Luis Gama (1830-1882). No entanto, para a autoria feminina reservaram-se o silenciamento e as delimitações do período escravagista e patriarcal.

O romance *Úrsula*, de Maria Firmina dos Reis, apesar de silenciado por décadas, representa um movimento inicial de busca pela emancipação de todos a partir da literatura. Inaugurou, assim, uma escrita corajosa de uma autora cuja classe social e a condição de mestiça caracterizavam obstáculos limitadores para sua atuação. Rafael Balseiro Zin, no prefácio ao romance *Firmina*, escrito por Bárbara Simões e publicado em 2019, afirma:

O romance *Úrsula*, sua obra de estreia na literatura, foi publicado em 1859 na cidade de São Luis. Sob o manto protetor ‘uma maranhense’, de forma inédita, a autora aborda a questão da servidão a partir do entendimento do negro, do mesmo modo e que denuncia as duras condições do cativo, revelando as contradições existentes entre a fé cristã, mantida e professada pela sociedade brasileira do século XIX, e as crueldades do sistema escravagista, com seus castigos, torturas e humilhações. Em decorrência disso, Maria Firmina dos Reis é considerada hoje, a primeira mulher a publicar um romance no Brasil, sendo também a primeira mulher negra a realizar tal fato. Infelizmente, por força do destino, ou então por conta das forças estruturantes de uma sociedade desigual como a brasileira, suas ideias ficaram relegadas ao esquecimento por décadas, até que, em 1962, o único exemplar da primeira edição de *Úrsula* que sobreviveu ao tempo foi redescoberto pelo historiador e bibliófilo paraibano Horácio de Almeida, em um sebo na cidade do Rio de Janeiro (FIRMINA, 2019, p. 8).

Úrsula(1859) de Maria Firmina é considerado o primeiro romance de autoria feminina no Brasil. No entanto, em função do patriarcalismo do século XIX, a autora, como tantas outras mulheres do período, escondeu-se sob pseudônimo. “Uma Maranhense” é a alcunha que usa para assinar o romance *Úrsula*, retratando temas como a marginalização da mulher, do escravizado e do índio, como observado também em outras publicações da autora.

O caminho percorrido até chegar ao reconhecimento da autora foi longo e perpassa por outros exemplos até uma tentativa de expressão da voz e de olhares femininos, tais como acompanharemos a seguir.

2.1 O SURGIMENTO DA VOZ FEMININA

A história das mulheres e do surgimento de sua voz envolve aspectos que vieram de fora do Brasil e teceram aqui suas influências e efeitos diversos. As grandes teorias científicas e filosóficas desempenharam importante papel na cultura, influenciando pessoas, grupos e, conseqüentemente, a arte. A Europa edificava-se como polo eurocêntrico, e o imperialismo, muito antes do século XIX, estabelecia padrões tanto para a cultura quanto para as identidades, funcionando, assim, como uma extensão das regras estabelecidas.

O século XIX foi marcado por restrições que consideravam inferior tudo que fugia ao padrão e à classificação, os quais atingiam mulheres, classes trabalhadoras e colonizados. A imagem de uma Europa branca, masculina, letrada e cristã aprofundava o abismo cultural e social que se propagou mundo afora. Diante desse contexto, surgem os primeiros movimentos sociais, como socialismo, a busca pelo sufrágio feminino e uma ideia de “Nova Mulher”. Como afirma Mary Del Priore, em *A história das mulheres no Brasil*:

Nas últimas décadas do século XIX avançava a ideia da Nova Mulher. Esta ideia, muito difundida na Europa, vinha tentar substituir as esquisitices da mulher antiga, a solteirona da literatura ou a da opinião pública, sexualmente reprimida, sobra da onda matrimonial de sua geração, a velha tia morando às custas de um parente mais abonado e cuidando da casa pra ele. A nova mulher pretendia ser sexualmente independente, criticava a insistência da sociedade no casamento como única opção de vida. Tendo tido maiores oportunidades de estudo e desenvolvimento fora do casamento, privilegiava as carreiras profissionais. Às vésperas do século XX, essas ideias estavam difundidas por toda Europa e América do Norte. Na medida em que avançava nas profissões e ocupava espaço significativo no mercado de trabalho, a Nova Mulher, educada e sexualmente livre, acordou as *vozes da conservação*, que se ergueram para gritar em alto e bom som que tais ambições trariam enfermidades, esterilidade e a degeneração da espécie (PRIORE, 2004, p. 454).

O percurso da mulher até poder posicionar-se e lutar por seus direitos acontece de forma lenta e passa por diversos obstáculos, especificamente no Brasil do século XIX. Nesse contexto, a herança dos colonizadores estabeleceu, mais do que nunca, o lugar a ser ocupado pelas mulheres: o de submissão à dominação e razão masculinas.

De acordo com Mary Del Priore, o século XIX, em virtude do surgimento das primeiras narrativas pautadas em experiências originais e individuais, foi considerado o século do romance. Deixando as tradições antigas e buscando as indagações do próprio “eu”, a inspiração para a escrita encontrou no romance um movimento ideal de individualização.

Apesar disso, a leitura ainda era estabelecida pelas divisões de classes, de poder e, sobretudo, de gênero:

A leitura é o que transforma em obra as letras, frases e enredos. E a leitura é sempre determinada pelo lugar ocupado por um leitor na sociedade, num dado momento histórico. Portanto, é feita através do crivo de classe, raça ou gênero. Essas mesmas noções, de classe, raça e gênero são mutáveis e construídas no decorrer da história. Sendo assim, cada romance é um local de interseção de toda uma teia de códigos culturais, convenções, citações, gestos e relações (PRIORE, 2004, p. 424).

Com efeito, enquanto a leitura aprofundava a segregação da mulher na sociedade, o mito do “anjo do lar” corroborava a sua manutenção como submissa e guiada pela razão masculina dominante. A transgressão aos limites que lhe foram impostos (zelar pelo lar e cuidar da nutrição e criação dos filhos) implicava a destituição do lugar de “anjo” e a imposição da pecha de traiçoeira, fortalecendo o movimento vertical homem/mulher estabelecido no século XIX. Diante dessa mentalidade e dessa organização da sociedade, considerando-a como ser inferior, e destinando-lhe sempre a última instância, a ela cabia uma vida de sacrifícios e servidão, presa à total ausência de história própria: “a mulher é musa ou criatura, nunca criadora” (PRIORE, 2004, p. 425).

Ao ocupar o lugar de criação, a visão da mulher, distanciada de qualquer ambiente que não fosse doméstico, propagou-se mundo afora. Mesmo diante das transformações que agitavam a sociedade, o estigma da mulher submissa permanecia, fosse com o avançar da colonização, fosse com a fundação de novas formas de governo.

No Brasil, especialmente no período após 1822, em Recife, destacado como grande centro editorial do Brasil, circulava o *Sentinela da Liberdade*, jornal de inspiração liberal e republicana. De acordo com Priore, em 1823, ele realizou a impressão e distribuição de um manifesto de apoio ao movimento de emancipação feminina, assinado por 120 mulheres da Paraíba. Sua postura era justificada pela afirmação de que, por comporem metade da sociedade, exigiam reassumir os direitos que lhes foram tirados, além de “quebrar os vergonhosos ferros da vil escravidão em que jazíamos” (PRIORE, 2004, p. 426). Embora essas mulheres nunca tenham sido identificadas, elas configuraram o primeiro movimento em prol dos direitos femininos no Brasil.

Após esse primeiro movimento iniciado em Recife, ocorreu, no Rio Grande do Sul, a revolução farroupilha, que propunha a separação da província. Essa revolução contou com a participação ativa das mulheres, nos sentidos pró e contra, tanto em jornais quanto em

reuniões, conforme registros estudados posteriormente. Isso representava uma transgressão aos lugares sociais pré-determinados pela sociedade patriarcal vigente, que, por sua vez, insistia em manter a mulher em constante local de ignorância, sem instrução e inapta a participar da vida pública e política nos lugares em que estavam inseridas.

É preciso ressaltar que a ascensão e o envolvimento de mulheres em movimentos de libertação em território brasileiro já vinham sendo germinados muito antes do impacto das ideias de Simone de Beauvoir, no século XX. Em 1787, Mary Wollstonecraft, considerada uma das fundadoras do feminismo, publicou *Pensamento sobre a educação das filhas*², um dos primeiros livros a abordar a educação feminina e a opressão estrutural imposta às mulheres na sociedade da época (PRIORE, 2004, p.426). Em 1792, com a obra *Reivindicação dos direitos da mulher*, Wollstonecraft defendeu o direito de as mulheres receberem a mesma educação destinada aos homens, estudando para serem muito mais que “esposas ideais”.

No Brasil, em 1832, Dionísia Faria Rocha³, com o pseudônimo de Nísia Floresta, traduziu a obra de Mary Wollstonecraft com o título *Direitos das Mulheres e Injustiça dos Homens*:

Se cada homem, em particular, fosse obrigado a declarar o que sente a respeito do nosso sexo, encontraríamos todos de acordo em dizer que nós somos próprias se não para procriar e nutrir nossos filhos na infância, reger uma casa, servir, obedecer e aprazer aos nossos amos, isto é, a eles homens [...]. Entretanto, eu não posso considerar este raciocínio senão como grandes palavras, expressões ridículas e empoladas, que é mais fácil dizer do que provar (PRIORE, 2004, p. 427).

A chegada dessas ideias ao Brasil, por intermédio de Dionísia, lançou as primeiras sementes da consciência da mulher como indivíduo, permitindo que aquelas que lessem pudessem sentir-se capacitadas e aptas a falar. Contra todas as vertentes, Dionísia, republicana e abolicionista, debatia em jornais temas polêmicos da época, posicionava-se, criando, enfim, uma escola: enfrentando os preconceitos da sociedade patriarcal brasileira, usou “da escrita para reivindicar igualdade e educação para as mulheres” (PRIORE, 2004, p. 426).

² *Thoughts on the education of daughters.*

³ Dionísia Faria Rocha, nascida em 12 de outubro de 1810, em Papari (RN), filha de uma moça analfabeta de família rica e de um escultor e advogado português, foi casada aos 13 anos, mas abandonou o marido no ano seguinte, quando o pai, que sofria perseguição, fugiu para o Recife. Por esse motivo, foi repudiada, contando como único apoio a mãe, já que o pai fora assassinado em 1828, cabendo a ela ajudar a cuidar de seus três irmãos. Em 1832, casou novamente como o advogado e acadêmico Augusto de Faria Rocha, com quem teve dois filhos, e traduziu o livro *Thoughts on the education of daughters*, de Wollstonecraft (*Direitos das mulheres e injustiça dos homens*). Após a morte do marido, Dionísia, em virtude dos valores patriarcais, enfrentou ainda muitas dificuldades, estabelecendo-se sozinha para criar os filhos.

Nesse sentido, não é difícil perceber que esse périplo de mulheres na busca de transgressão ao sistema patriarcal dominante, refutando insistentemente seu encarceramento intelectual, desemboque em alternativa para a expressão de suas vozes. A publicação do romance *Úrsula*, de Maria Firmina dos Reis, em 1859, é um exemplo dessas atuações, de forma que o século do romance, no Brasil, depara-se finalmente com o romance de uma mulher. Além disso, a ótica de Firmina, fugindo às representações literárias da época, fazia emergir questões ignoradas pela cultura dominante, como já apontadas anteriormente, e que serão doravante aprofundadas.

2.2 MARIA FIRMINA DOS REIS

Nascida em São Luís (MA), em 1822, filha mestiça e ilegítima de família de pequenas posses, Maria Firmina dos Reis foi criada em uma casa de mulheres (com a mãe, a avó e as irmãs). Professora e mestra régia (título conferido a professoras formadas e concursadas, na época)⁴, em 1847, foi a única aprovada em concurso para lecionar instrução primária na Vila de São José de Guimarães (MA). Antes que pudesse aposentar-se, Maria Firmina dos Reis fundou, no pequeno vilarejo de Maçaricó (MA), uma escola mista e gratuita, atitude um tanto ousada para quem viveu sob condições de segregação social e racial.

Além de sua atuação no magistério, Firmina publicou, aos 25 anos, o romance *Úrsula*, que proporcionou sua recepção por parte da imprensa e, conseqüentemente, sua entrada oficial na literatura maranhense:

Raro é ver o belo sexo entregar-se a questões de espírito, e deixando os prazeres fáceis do salão propor-se aos afãs das lides literárias. Quando, porém, esse ente, que forma o encanto da nossa peregrinação na vida, se dedica às contemplanções do espírito, surge uma Roland, uma Stael, uma Sand, Uma H. Stowe, que vale cada uma delas mais que bons escritores; porque reúne a graça do estilo, vivas e animadas imagens, deliciosos quadros, e esse sentimento delicado que só o sexo amável sabe exprimir. [...] Em verdade que o é esse livro, que se apresentou sem nome de autora, modestamente e ainda sem apregoadores. As suas descrições são tão naturais e poéticas, que arrebata; enredo tão intrincado que se prende a atenção e os

⁴Aos cinco anos, Maria Firmina dos Reis mudou-se para a vila de São José de Guimarães (MA), ligada ao município de Viamão, próximo à capital maranhense, onde foi acolhida por uma tia materna, em melhor situação econômica, o que foi fundamental para garantir sua primeira formação educacional (MOTT, 1988). Além disso, recebeu apoio do jornalista, escritor e gramático Francisco Sotero dos Reis (primo também por parte de mãe), a quem deveu sua cultura (LOBO, 1993, p. 224). Maria Firmina não deixou imagens ou fotografias, de forma que sua única representação é um busto em homenagem ao sesquicentenário de seu nascimento, esculpido pelo artista plástico Flory Gama, que se baseou em descrições prestadas pelos cidadãos de Guimarães.

sentidos do leitor; o diálogo é animado e fácil; os caracteres estão bem desenhados – como de Túlio, do Comendador, de Tancredo e Úrsula. Sua autora, D. Maria Firmina dos Reis, professora de português na vila Guimarães, revelou um grande talento literário, porquanto com poucos e acanhadíssimos estudos, ainda menos leitura do que há de bom e grandioso na literatura francesa e inglesa, o que fez, deve-o a si, a seu fértil e prodigioso engenho, e a mais ninguém. Oferecemos aos nossos leitores algumas de suas produções, que vêm dar todo o brilho e realce á nossa “Marmota”, que ufana-se de poder contar doravante com tão distinta colaboradora, que servirá por certo de incentivo ás nossas belas, que talvez com o exemplo, cobrem animo, e se atrevam a cultivar tanto talento, que anda por acaso por aí oculto⁵.

Ao longo do século XIX, depois da publicação do seu romance, Maria Firmina dos Reis escreveu e publicou textos em diversos periódicos maranhenses. Apesar da visibilidade alcançada na época do lançamento, Firmina não foi eximida de, posteriormente, tornar-se vítima do silenciamento durante boa parte do século XX. Com efeito, numa sociedade patriarcal, eivada de ilustrados e privilegiados autores, não estranha a classificação do romance *Úrsula*, de autoria feminina e às margens do cânone de então, como uma produção de origem “acanhada e humilde”, como se observa em “A verdadeira marmota” sobre o seu lançamento.

O romance foi anunciado em periódicos como “A Imprensa”, “A Moderação”, “O Noticiário”, “A Verdadeira Marmota” e “Jardim dos Maranhenses”, que circulavam em São Luís do Maranhão. Como afirmado anteriormente, apesar do lançamento, o romance *Úrsula* e sua autora permaneceram no esquecimento até a elaboração de uma edição fac-similar preparada por Horácio de Almeida, em 1975, conforme cita Eduardo Assis Duarte:

O resultado é que uma espessa cortina de fumaça envolveu a autora ao longo de mais de um século. Silvio Romero e José Veríssimo a ignoraram. E muitos dentre os expoentes de nossa historiografia literária canônica fazem o mesmo, à exceção de Sacramento Blake e Raimundo de Menezes (DUARTE, 2004, p. 267)

A segregação feminina, a não habitação de espaços políticos e sociais influenciaram diretamente a escrita de Firmina, sua vida intelectual e sua participação na imprensa maranhense. Embora o espaço social regido pelo patriarcalismo delimitasse a atuação feminina, Maria Firmina demonstrava caráter ativo, participava de movimentos políticos e antologias sociais, sempre defendendo os valores nos quais acreditava. Conta-se que, quando

⁵ “A verdadeira marmota”, 13 de maio de 1861 (jornal maranhense da época). DAIBERT, B. S. Remexendo arquivos: abolição e existencialismo em Maria Firmina dos Reis. In: Maria Firmina dos Reis: faces de uma precursora. Ed. Malê. Rio de Janeiro, 2018.

foi admitida no magistério, aos 25 anos, os responsáveis por sua nomeação queriam que fosse de “palanquim” (espécie de carruagem carregada por escravos) receber seu título, no entanto, ela recusou com a afirmativa de que “Negro não é animal para se andar montado nele”⁶, e seguiu a pé. Firmina morreu cega e pobre, aos 95 anos, ao lado da ex-escrava Mariazinha, que foi mãe de um de seus filhos de criação.

O olhar de solidariedade e a fraternidade cristã atravessam toda sua obra, estabelecendo um processo de libertação que abrange negros e mulheres. A concepção de compaixão e preceitos cristãos baseia-se no argumento de que todos são filhos de um mesmo pai, não cabendo, portanto, ao homem escravizar seu próprio irmão.

Como abolicionista que era, Firmina construiu a imagem do negro humanizado, nomeado, angustiado e desejoso de dias melhores. A ancestralidade africana, a sabedoria e a herança cultural, que eram valores negados pela sociedade patriarcal e escravocrata dominante, são traduzidas nas vozes dos personagens, entre os quais se destacam: o jovem cativo Túlio, de quem a negra Susana sempre cuidara e um dia é por ela encontrado, tornando-se consolo para sua dor incurável; Susana, que, tendo sido livre um dia, rememora as saudades de casa e dos laços familiares rompidos pela escravidão; Antero, que foi trazido da África ainda jovem e, quando ancião, trabalhava como carcereiro em troca de cachaça.

Da mesma forma que em *Úrsula* (1859), no conto *A Escrava* (1887), lançado um ano antes da abolição da escravatura, Maria Firmina, valendo-se de seu conhecimento e de sua participação nas redes abolicionistas, prenunciava esse evento histórico, pondo na voz de seus narradores a defesa da liberdade aos escravos. Assim se constrói o enredo: em um salão, pessoas “da sociedade” discutem diversos temas até que se inicia um debate sobre o “elemento servil”, quando entra em cena “uma senhora”, que toma a palavra e passa a centralizar a discussão. Ela narra a trágica história de Joana, uma escrava em fuga:

E depois, o caráter que nos imprime, e nos envergonha!

O escravo é olhado por todos como vítima – e o é.

O senhor, que papel representa na opinião social?

O senhor é o verdugo – e esta qualificação é hedionda.

Eu vou narrar-vos, se me quiserdes prestar atenção, um fato que ultimamente se me deu. Poderia citar-vos uma infinidade deles; mas este basta, para provar o que acabo de dizer sobre o algoz e a vítima (REIS, 2018, p. 165)

⁶ ZAHIDÉ, L. Uma pioneira: Maria Firmina dos Reis. In: Maria Firmina dos Reis: faces de uma precursora. Ed. Malê. Rio de Janeiro, 2018.

No conto, Firmina inverte os papéis sociais: os negros, de algozes passam a ser vistos somente como as vítimas da escravidão.

Para Maria Firmina dos Reis, como a escravidão feria um dos princípios básicos do cristianismo, que é a filiação de todos a um mesmo pai, teria de fundar-se tal instituição para que todos pudessem olhar o negro como um semelhante. Com essa concepção, sua obra reitera constantemente esta pergunta: quem é que gostaria de ver escravizado seu irmão? “O hino de libertação aos escravos”, um quarteto escrito logo após a abolição da escravidão, canta a necessidade e indispensabilidade da liberdade aos cativos:

Quebrou-se enfim a cadeia
Da nefanda Escravidão!
Aqueles que antes oprimias,
Hoje terás como irmão!

Além da defesa da liberdade dos escravos, encontra-se na obra de Maria Firmina dos Reis o embate entre colonizador e colonizado exposto pelo romance indianista *Gupeva* (publicado no jornal “Jardim das maranhenses”), cujo tema retrata a impossibilidade de um encontro harmonioso entre raças e cujo enredo é assim explicitado por Mary Del Priore:

A história se desenvolve a partir de um episódio das lendas brasileiras, o batizado de Paraguaçu, princesa do Brasil. Ao partir para a França para o evento comemorado com grandes festas e tendo como madrinha Catarina de Médicis, a princesa do Brasil leva uma companheira muito querida, Épica. Na França, em meio às festividades, Épica se apaixona por um conde local e com ele vai viver. Logo percebe seu desinteresse e, desiludida, volta à terra natal para dar à luz uma filha, que recebe o nome da mãe, e morrer nos braços do guerreiro que sempre a amara, Gupeva. Anos depois, o velho Gupeva ataca o jovem marinheiro francês que havia se apaixonado pela jovem Épica, tentando impedi-lo de se aproximar da moça, pois os dois eram meio irmãos. Os três acabam morrendo no embate, e os corpos são descobertos por marinheiros franceses que, estarecidos, percebem a semelhança dos jovens (PRIORE, 2004, p. 438).

Apesar do texto marcado pela tragicidade da relação colonizador x colonizado, a obra de Maria Firmina dos Reis reflete seu posicionamento revolucionário quanto a assuntos, como afirmado anteriormente, destinados ao público masculino e patriarcal, inaugurando um novo lugar da mulher na então sociedade excludente. Com efeito, no mesmo século XIX, como dissemos, marcado pela escrita predominantemente masculina, Maria Firmina dos Reis, sob o pseudônimo de “Uma maranhense”, publica seu primeiro romance em 1859.

Necessário se faz lembrar que, antes da publicação de *Úrsula*, em 1859, outros romances foram publicados por mulheres no Brasil:

Em 1850 é publicado em Niterói o romance histórico de Nísia Floresta, intitulado *Dedicação de uma amiga*, em quatro volumes, trazendo apenas as iniciais B. A. como assinatura. Este romance deve ser considerado o primeiro romance escrito por uma mulher no Brasil. As duas narrativas de Nísia Floresta, publicadas em 1847, no Rio de Janeiro – *Daciz ou A jovem incompleta*, e *Fany ou O modelo das Donzelas* – são pequenas e com objetivos muito didáticos e moralistas. E não podemos esquecer o romance de cunho político, *Mistérios del Plata*, de Juana Paula Manso de Noronha, publicado no *Jornal das Senhoras*, por ela fundado em 1852. E, ao classificarmos *Úrsula* e *D. Narcisa de Villar* por sua organização, extensão, enredo completo, podemos afirmar que estão entre as primeiras publicadas no Brasil, com formato de Romance propriamente (MUZART, 2018, p. 22).

No entanto, é fundamental ressaltar que, no século XIX, entre essas produções literárias femininas ou de outros escritores da época e a de Maria Firmina dos Reis, há um hiato muito significativo: enquanto aquelas tinham objetivos morais e didáticos e enquanto aqueles abordavam a escravidão sob a ótica patriarcal, a autora de *Úrsula*, muito em virtude de sua origem e de sua postura abolicionista, inverte a abordagem. Apesar do silêncio a ela imposto, ousou, diferentemente das demais escritoras, que trilharam a via do moralismo didático, dar voz às classes mais estigmatizadas pelo sistema e pela organização social: mulheres e negros.

Apesar do posterior esquecimento, por décadas, Maria Firmina dos Reis está renascendo no século XXI. Sua voz de liberdade, fraternidade e solidariedade, sua ótica de retomada dos princípios do cristianismo como bases fundamentais para defesa da abolição ganham espaço numa época em que emergem lutas do movimento negro e estudos buscando a valorização cultural de origem afro-brasileira.

2.3 O ABOLICIONISMO DA ELITE CULTURAL DO BRASIL DO SÉCULO XIX

Marcado pelo declínio do período escravagista no Brasil, o século XIX trouxe à luz uma literatura abolicionista produzida pela elite escravocrata. Sob ótica elitizada e em conformidade com as ideias correntes da época, a temática da escravidão abordada por essa literatura é, no mínimo, questionável, uma vez que evidencia ações e estratégias da elite para abordar a emancipação, de forma gradativa, em território nacional. Dessa forma, o discurso de libertação, eivado de representações estereotipadas, acabou por reproduzir a condição de

inferioridade do negro. Nesse sentido, serão abordadas duas obras do século XIX, de grande circulação e consideradas abolicionistas: *A Escrava Isaura*, de Bernardo de Guimarães, e *Vítimas Algozes*, de Joaquim Manoel de Macedo.

2.3.1 A ESCRAVA ISAURA

Começemos a análise por duas passagens do romance: pela letra da canção entoada por Isaura no primeiro capítulo e pela fala da personagem Malvina (esposa do vilão Leôncio).

Eis a canção:

Desd'o berço respirando
Os ares da escravidão,
Como semente lançada
Em terra de maldição,
A vida passo chorando
Minha triste condição.

Os meus braços estão presos,
A ninguém posso abraçar,
Nem meus lábios,
nem meus olhos
Não podem de amor falar;
Deu-me Deus um coração
Somente para penar.

Ao ar livre das campinas
Seu perfume exala a flor;
Canta a aura em liberdade
Do bosque o alado cantor;
Só para a pobre cativa
Não há canções, nem amor.

Cala-te, pobre cativa;
Teus queixumes crimes são;
E uma afronta esse canto,
Que exprime tua aflição.
A vida não te pertence,
Não é teu teu coração (GUIMARÃES, 1999, p. 3)

Passemos à fala de Malvina:

Não gosto que a cantes, não, Isaura. Hão de pensar que és maltratada, que és uma escrava infeliz, vítima de senhores bárbaros e cruéis. Entretanto passas aqui uma vida que faria inveja a muita gente livre. Gozas da estima de teus senhores. Deram-te uma educação, como não tiveram muitas ricas e ilustres damas que eu conheço. És formosa, e tens uma cor linda, que ninguém dirá que gira em tuas veias uma só gota de sangue africano (GUIMARÃES, 1999, p. 43).

Sobre a canção, o autor, já no introito, traça a sina de sua heroína: moldada sob o perfil ideal de escrava branca, submissa e resignada com a situação de cativa, ela tem sua voz silenciada. Reafirmando as relações dos senhores para com os escravos, a concepção de amor do vilão tem Isaura – a escrava branca – como objeto a ser possuído. O fato de ela ser escrava é empecilho para que ela possa se ver livre de seu senhor, que a persegue para ser seu dono, impedindo-a de alcançar a liberdade e casar com o homem que ama. Como podemos perceber, o enredo caracteriza-se, como todo romance romântico da época, pela temática da subjetividade, do sentimentalismo, do amor puro e da busca de um final feliz para o casal de heróis.

Interferindo diretamente no desfecho da narrativa romântica, a escravidão, na obra, é abordada sob a ótica da elite: a protagonista, até alcançar a liberdade, transita entre dois mundos – o da educação elitizada recebida de sua senhora e o da vivência cativa, porém de pele branca. Isaura é o estereótipo da escrava idealizada: a despeito de refletir sobre a realidade do cativo, entendendo-o como maldição, internaliza a condição escrava, como evidencia a canção, resignando-se diante dela.

Na segunda passagem, da mesma forma, a escravidão é tratada de modo idealizado: na voz de Malvina, Isaura deveria conformar-se com o cativo, dados os privilégios de que desfrutava propiciados por aqueles que tanto bem lhe fizeram. Desse modo, a canção, por si só, seria ingratidão. De acordo com Malvina, o fato de Isaura ter certos benefícios compensaria sua falta de liberdade. Isaura está sempre no limiar: é quase branca e quase livre. Na voz de Malvina, enaltecendo a condição privilegiada de Isaura, evidencia-se o papel da literatura produzida pela elite, buscando demonstrar o digno tratamento dado aos escravos, que seria o suficiente para manter o *status quo* do Brasil oitocentista.

A imagem da escrava branca – “És formosa, e tens uma cor linda, que ninguém dirá que gira em tuas veias uma só gota de sangue africano” – é construída em detrimento da figura do escravo. O contraste criado revela o desprezo pelo africano, dotado dos sentimentos mais vis, que carregaria em suas veias o sangue amaldiçoado, já que a escravidão é atribuída ao Diabo, e em suas feições estariam os traços grosseiros da inferioridade racial. Na perspectiva da obra, invejar o branco faz parte da natureza infame do negro. Com efeito, não são raras as tentativas do narrador da obra em questão de apagar a relação de Isaura com qualquer característica africana.

A idealização da escrava Isaura bem como a tentativa de apagamento de qualquer relação sua com os traços africanos estende-se à figura do abolicionista: buscando combater

os malefícios da escravidão em nome do amor, Álvaro, o bacharel branco e salvador de Isaura, “tinha ódio a todos os privilégios e distinções sociais, e é escusado dizer que era liberal, republicano e quase socialista” (GUIMARÃES, 1999, p. 45).

Embora Álvaro seja caracterizado na obra como um Quaker, em referência a grupos religiosos americanos protestantes que aparecem no romance *A cabana do Pai Tomás*, a figura do branco, ético e salvador, é assim representada por Álvaro distorcida. Seu empenho restringe-se à causa de Isaura, em detrimento do abolicionismo pleno. De fato, na passagem a seguir, a voz de Álvaro contrasta a figura idealizada de Isaura com a imagem abjeta dos escravos:

Encarreguei-me de conduzi-la. Oh! Se a visses então!... Através das lágrimas, que lhe arrancava sua cruel situação, transparecia, em todo o seu brilho, a dignidade humana. Nada havia nela que denunciasse a abjeção do escravo, ou que não revelasse a candura e nobreza de sua alma. Era o anjo da dor exilado do céu e arrastado perante os tribunais humanos (GUIMARÃES, 1999, p. 68).

Nota-se no fragmento que o amor do personagem abolicionista de Bernardo Guimarães pela escrava Isaura apaga qualquer indício de raça africana em seus traços e feições. Isso instiga questionamentos: se Isaura fosse negra, a idealização do amor branco e puro seria substituída por numa possível idealização de estereótipo negro?

Infame e cruel direito é esse, meu caro Geraldo. É já um escárnio dar-se o nome de direito a uma instituição bárbara, contra qual protestam altamente a civilização, a moral e a religião. Porém, tolerar a sociedade que um senhor tirano e brutal, levado por motivos infames e vergonhosos, tenha direito de torturar uma frágil e inocente criatura, só porque teve a desdita de nascer escrava, é o requinte da celeradez e da abominação (GUIMARÃES, 1999, p. 69).

Álvaro é movido não pela abominação à escravidão, e sim pelo amor a uma escrava branca e elitizada, que não poderia comparar-se a uma cativa negra. A condição de Isaura é questionada, e não a condição da escravidão: “Pode um homem ou a sociedade inteira contrariar as vistas do criador, e transformar em uma vil escrava o anjo que sobre a terra caiu das mãos de Deus?” (GUIMARÃES, 1999, p. 70).

O desfecho do romance apresenta o suicídio de Leôncio, o vilão e indigno do amor puro de Isaura. Bernardo Guimarães demonstra um amor com final feliz em que a escrava branca alcança sua liberdade e o direito de amar. Os outros cativos seguem escravos, presos em sua organização e contidos dentro da opressão da escravidão.

Bernardo Guimarães, ao escrever *A escrava Isaura*, toca na questão da escravidão, mas de forma a reforçar a supremacia branca através de argumentos que reforçam a necessidade de libertar Isaura por ser branca e linda, “bonita demais para mucama”. (GUIMARÃES, 1999, p. 42) Em comparação com as outras escravas, Isaura era dona de “certa dignidade e orgulho, proveniente talvez da consciência de sua superioridade, e ela sem o querer sobressaía entre as outras, bela e donosa” (GUIMARÃES, 1999, p. 53).

2.3.2 VÍTIMAS ALGOZES

Em *As vítimas algozes* (obra dividida em três contos – “Simeão, o crioulo”; “Pai-Raiol, o feiticeiro”; “Lucinda, a mucama”), publicada em 1869, Joaquim Manoel de Macedo faz uma defesa da abolição da escravatura utilizando o argumento do medo. Nos três contos, abordando a religião e os costumes oriundos da África, evidencia-se, de forma preconceituosa, a representação e reprodução dos estereótipos vigentes no século XIX, mas que continuam perpetuando-se até os dias de hoje. Cada conto aborda aspectos negativos dos escravos, que são sempre vistos como inimigos dos seus respectivos senhores e a eles opostos: de um lado, os senhores bondosos; de outro, os escravos ingratos e perversos.

Na primeira narrativa, “Simeão, o crioulo”, Simão é o escravo criado pela família de Domingos Caetano como “filho” durante a infância, vai crescendo e tomando consciência de sua condição. Ansioso por obter liberdade e fortuna, alia-se a um criminoso da vizinhança e promove a chacina da família que o abrigara, com o intuito de roubar os bens. Ao final da narrativa, termina enforcado. Fica evidente que a imagem do negro é distorcida pela instituição da escravidão, e não pelo tratamento dado pelos senhores:

[...] crioulo de raça pura africana, mas cujos caracteres físicos favoravelmente modificados pelo clima e pela influência natural do país onde nascera, não tinham sido ainda distorcidos pelos serviços rigorosos da escravidão, embora ele fosse escravo (MACEDO, 1991, p. 5-6).

Contrariamente a Simeão e aos demais negros da fazenda, caracterizados pejorativamente como indecentes, selvagens e desgraçados, a filha de Caetano (Angélica) é uma adorável e honesta moça. Embora criado sob o cuidado de seu senhor e com privilégios de que os demais escravos não desfrutavam, Simeão revolta-se contra ele, revelando (na voz do narrador) sua ingratidão, no dia em que toma uma surra por furtar joias da casa:

O ingrato se tornou odiento e inimigo figadal de seus benfeitores. [...] Tudo isto é repugnante, é repulsivo, é horrível; mas tudo isto se acha intimamente ligado com a escravidão, e absolutamente inseparável dela. Onde há escravos é força que haja açoute. Onde há açoute é força que haja ódio. Onde há ódio é fácil haver vingança e crimes. [...] O negro escravo é assim. Se o não quereis assim, acabai com a escravidão (MACEDO, 1991, p. 11).

A reiteração didática do imperativo “acabai com a escravidão”, como essencial para alcançar a paz, não anula a concepção negativa sobre o escravo Simeão: além de perverso e ingrato (características intimamente ligadas à condição de cativo), teve acrescida à sua personalidade a dissimulação. Esta pode ser observada na atitude de Simeão, que finge sofrer e passa a dedicar-se integralmente a Domingos Caetano (senhor) quando este adoece e lhe promete a liberdade caso morresse. A obediência do escravo ao seu senhor passou de obrigação a dissimulação, alimentando secretamente o ódio e a maldade. No dia da morte de Domingos – e da festa de liberdade de Simeão –, este tem uma de suas maiores decepções:

[...] ficara escravo de Angélica e a ela recomendado com afetuoso interesse, devendo entrar no gozo de plena liberdade por morte de sua senhora. O crioulo caiu das nuvens. Era ainda escravo, embora condicionalmente. [...] Dar prazo da liberdade a morte de alguém é excitar um apetite de hiena no coração do escravo, é fazê-lo aspirar à morte de quem enquanto vivo lhe demora a alforria (MACEDO, 1991, p. 34-49).

O desenrolar desses fatos, que culmina na consumação dos atos de vingança por parte de Simeão, é alimentado, de acordo com a voz do narrador, pelo ódio do escravo em virtude de sua natureza corrompida:

Simeão aproximou-se do leito, e sem compaixão da fraqueza, sem lembrança dos benefícios, filho celerado da escravidão que é horror, demônio da ingratidão e perversidade, levantou o machado, e descarregou-o sobre a cabeça de Angélica, que morreu sem expirar (...). A lei matou Simeão na forca. A escravidão multiplica os Simeão nas casas e fazendas onde há escravos. Este Simeão vos horroriza?... Pois eu vos juro que a forca não o matou de uma vez; ele existe e existirá enquanto existir a escravidão no Brasil. Se quereis matar Simeão, acabar com Simeão, matai a mãe do crime, acabai com a escravidão. A forca que matou Simeão é impotente, e inutilmente imoral. Há só uma forca que vos pode livrar dos escravos ingratos e perversos, dos inimigos que vos cercam em vossas casas. É a forca santa do carrasco anjo: é a civilização armando a lei que enforce para sempre a escravidão (MACEDO, ps. 39-41).

Na segunda parte do livro, “Pai-Raiol, o feiticeiro”, nos deparamos com a descrição de um escravo, feiticeiro de má fama. Ele é comprado por Paulo Borges em um lote de vinte escravos, do qual também faz parte Esméria, sua amante. Juntos, tramam a derrocada da família de seus senhores. Esméria seduz o dono da fazenda, cuja esposa morre de desgosto. Assumindo a casa, Esméria também envenena os filhos de Paulo Borges. Desmascarados, Pai-Raiol morre em luta com outro escravo, e Esméria é presa. Paulo Borges termina só e cheio de remorso.

A narrativa aborda a feitiçaria e o terror que ela causava nos senhores. O negro feiticeiro era abominável e visto como um envenenador, mentiroso e assassino, capaz de usar a arte das trevas contra os seus senhores e aqueles de igual condição:

O Pai-Raiol era pela escravidão vítima, e pela organização ou por sua natureza mau: a reação dos sentimentos da vítima, e os instintos, as inspirações da natureza má o tornavam fera; mas em sua ferocidade estava longe de ser leão, era leopardo. Desenganado dos irmãos escravos, detestando essa fraternidade que não lhe facilitava seguros instrumentos de imenso mal, de guerra assassina contra os senhores, ele contava só consigo e em si próprio se embrenhava (MACEDO, 1991, p. 53).

Pai-Raiol é vítima, feiticeiro e algoz. Assim que passa a habitar a fazenda de Paulo Borges, o gado começa a morrer, e o canal é completamente destruído por misterioso incêndio. Diante desses fatos trágicos, o próprio feiticeiro, conquistando a confiança do seu senhor, mostra-lhe a planta responsável pelo envenenamento dos animais. Conquistada a confiança, começa a instigar sua comparsa Esméria, que trabalha dentro da casa senhorial cuidando das crianças, a seduzir o patrão. Ela, além de seduzir, instruída por Pai-Raiol, envenena esposa e filhos de Paulo Borges, tornando-o escravo de sua própria escrava.

Na voz do autor, ao longo do conto, assim como a torpeza da escravidão é contagiosa, o corpo negro é corruptor: o grande perigo para o senhor de escravos não é o adultério, mas sim com quem ele é praticado: “o senhor que se degrada ao ponto de distinguir como mulher uma sua escrava é mais do que imoral” (MACEDO, p. 82). Usando de seus costumes para derrotar o seu senhor, o negro é a soma de todos os males, é a visão do inimigo e nunca foge a esse papel. Assim, para Macedo, o grande problema é a escravidão, pois ela vitimiza os escravos, os quais, por sua vez, tornam-se algozes de seus senhores.

Relevante é atentar para a figura do feiticeiro, que detinha certos conhecimentos sobre elementos da natureza, como manipulação de ervas, encantamento de animais, enfim, práticas que eram denominadas como feitiçaria. Embora o narrador não se exima da sedução pelos

rituais do imaginário africano, ele não se mostra crédulo nesses conhecimentos. A menção à feitiçaria mostra-se preconceituosa, desconsiderando-se a cultura de um povo, de forma que a concepção que permeia o conto é a de que feitiçaria “é coisa de negro”, e não de homem branco. Para além disso, é nítida no texto a separação entre o negro africano e o mestiço, cabendo àquele uma caracterização distorcida e pejorativa, quase animalesca, e, a este, uma caracterização eufemística.

Por fim, é importante considerar que, como se expôs no romance *Vítimas Algozes*, era uma realidade do século XIX o preconceito contra a religiosidade afro-brasileira e o consequente medo da feitiçaria. Vale à pena igualmente considerar que essa realidade atravessou o século XX e se manifesta ainda hoje sob forma de ataques intolerantes a rituais e centros de umbanda e candomblé no Brasil.

Por fim, a terceira parte da obra *Vítimas Algozes* apresenta o conto “Lucinda, a mucama”: Plácido Rodrigues, ao ver a tristeza de sua afilhada, Cândida, dá-lhe de presente, no seu décimo primeiro aniversário, uma mucama, Lucinda. Esta passa a exercer forte influência sobre a menina, tornando-se, nos anos seguintes, sua única confidente. No decorrer dessa relação confidencial, ensina-lhe, entre outras lições, o que ocorre quando a menina se torna moça, desperta-lhe curiosidade pelos rapazes, ministra-lhe lições de flerte e namoro, mostra-lhe ser mais divertido namorar vários homens ao mesmo tempo. Com o aparecimento do francês Souvanel, por quem Cândida se apaixona, consolida-se o drama. A escrava torna-se amante dele, com quem estabelece a seguinte trama: consumir o ato sexual com a donzela para forçar o casamento de ambos; casado com Cândida e senhor de Lucinda, ter poder de livrá-la da escravidão; consumados esses passos, ambos fugiriam. No entanto, Frederico, amigo da família e pretendente de Cândida, descobre que Souvanel era um farsante: na verdade, era Paulo Dermany, um procurado criminoso, que acaba preso, sendo deportado para a França. Lucinda foge, mas é capturada e abandonada por seus antigos senhores. E Frederico, um “anjo” virtuoso, perdoa Cândida, casando-se com ela.

Ao realizar a leitura das narrativas que compõem a obra *Vítimas Algozes*, evidencia-se a ideia central de que o contato com o negro é corruptor, e a sujeira do escravo contamina seu senhor. O narrador revela ao leitor, por meio de seus personagens, que a abolição deve vir porque o convívio com os escravizados é extremamente nocivo, contaminando e destruindo a todos ao redor.

Apesar de embasada no corrente argumento antiescravagista, a obra *Vítimas Algozes* não está centrada em uma defesa dos direitos humanos ou da igualdade social. A abolição é defendida não como um direito pleno dos negros, mas pelo medo de eles contaminarem os

brancos. Com efeito, além de disseminar o medo e o preconceito, a obra condena hábitos, religiosidade e tradições africanas. “O escravo africano é o rei do feitiço. Ele o trouxe para o Brasil como o levou para quantas colônias o mandaram comprar, apanhar, surpreender, caçar em seus bosques e em suas aldeias selvagens da pátria.” (MACEDO, 1991, p. 42) Para onde quer que siga o escravo, ele levará os maus hábitos e representará sempre um perigo aos seus senhores:

Mas o africano vendido, escravo pelo corpo, livre sempre pela alma, de que não se cuidou, que não se esclareceu, em que não se fez acender a luz da religião única verdadeira, conservou puros e ilesos os costumes, seus erros, seus prejuízos selvagens, e inoculou-os todos na terra da proscricção e do cativoiro. O gérmen lançado superabundante no solo desenvolveu-se, a planta cresceu, floresceu e frutificou: os frutos foram quase todos venenosos. Um corrompeu a língua falada pelos senhores. Outro corrompeu os costumes e abriu fontes de desmoralização. Ainda outro corrompeu as santas crenças religiosas do povo, introduzindo nelas ilusões infantis, ideias absurdas e terrores quiméricos. E entre estes (para não falar de muitos mais) fundou e propagou a alucinação do feitiço com todas as suas consequências muitas vezes desastrosas. E assim o negro d’África, reduzido à ignomínia da escravidão, malfez logo e naturalmente a sociedade opressora, viciando-a, aviltando-a pondo-a também um pouco asselvajada, como ele (MACEDO, 1991, p. 42-43).

A obra é construída sobre o sentimento de pânico dos senhores de escravos, que são vítimas de envenenamento e violência física. Esses fatos amedrontam a população branca e sugerem como única solução possível a emancipação gradual dos escravos, com plena indenização para seus senhores por parte do governo. Essa é a tese reiterada desde o prólogo e reafirmada na conclusão de cada uma das narrativas, nas quais Joaquim Manoel de Macedo associa escravidão e traição: o duelo é sempre entre senhores bondosos, personificados nas mais distintas figuras, e escravos traiçoeiros.

De fato, no artigo “As personagens negras na literatura brasileira oitocentista: os quadros da escravidão de Joaquim Manuel de Macedo”, Luft e Welter advertem que essas três narrativas de Macedo estão marcadas pela exemplaridade de diversos tipos de negros que inundam a literatura: feiticeiros, escravas assassinas, moleques traiçoeiros, mucamas lascivas, mulatos espertalhões, negros desocupados, entre outros. O objetivo dessa literatura era demonstrar o quanto a presença do escravo na intimidade doméstica podia comprometer a estabilidade social:

Portanto, ao defender a tese de que a escravidão criava vítimas oprimidas socialmente, mas com uma perversão imoral e uma influência corruptora, o romance considerado antiescravista de Macedo quer convencer os seus leitores de que é preciso libertar os escravos não por razões humanitárias, mas porque os cativos, imiscuídos nos sobrados e nas casas-grandes, introduzem, no seio das famílias brancas, a corrupção física e moral, contribuindo para o aumento do temor senhorial (LUFT, WELTER, 2009, s/p).

No entanto, ainda que Macedo atribua os defeitos morais de tais personagens à instituição da escravidão, sua descrição sobre os cativos é tão impiedosamente desfavorável que se torna difícil pensar na possibilidade de que eles, uma vez libertos, pudessem participar da vida política e usufruir direitos de cidadania.

Ao chegar à casa de seus senhores para desempenhar o papel de mucama, Lucinda é colocada em contraste com a jovem filha do casal. Esse contraste revela que a escrava tem a sensualidade e a lascívia como características inerentes à sua condição:

A escrava entregue aos desprezos da escravidão, crescendo no meio da prática dos vícios mais escandalosos e repugnantes, desde a infância, desde a primeira infância testemunhando torpezas de luxúria, e ouvindo eloquência lodosa da palavra sem freio, fica pervertida muito antes de ter consciência de sua perversão e não pode mais viver sem violenta imposição fora da atmosfera empestada de semelhantes costumes, e das suas ideias sensuais; [...] Aos treze anos de idade a mucama de Cândida só respirava lascívia em desejos, ações e palavras de fogo infernal: sua natureza era sob esse ponto de vista impetuosa, ardente e infrene (MACEDO, 1991, p. 171-172).

Na visão de Macedo, já que o escravo foi influenciado pela escravidão desde o nascimento, Lucinda já era corrompida desde o início e faria o mesmo com sua “sinhazinha” e com seus senhores. Por não ter obtido educação moral, Lucinda não é confiável e age com dissimulação e maldade contra Cândida, sua senhora. Esta, ao sofrer as influências daquela, caracterizada como corruptora, tem na figura de Frederico aquele que realmente poderia ajudá-la e dar-lhe todo seu bem-querer:

A mucama de Cândida já conhecia Frederico e o aborrecia pela completa indiferença com que ele havia mostrado quase ignorar a sua existência. As escravas também têm suas vaidades, embora torpes: são as vaidades que lhes concede a escravidão, torpes, como ela.

Além desse ressentimento, que aliás abonava a moralidade de Frederico, o grave caráter deste, o seu proceder, as claras disposições do ânimo circunspeto e frio, indicavam que o seu viver seria como o seu caráter, modesto, zeloso de sua reputação, sério, e reservado, e que na sua casa a honestidade, a prudência, e o sábio culto do dever, moderariam a impetuosa paixão dos gozos da vaidade de Cândida, e por consequência imporiam

ordem à família, respeito aos costumes são, e não dariam margem aos cálculos de expansão libertina e aos dourados sonhos de um dia achar fortuna, com que a mucama muito se preocupava (MACEDO, 1991, p.210).

Para Lucinda, Cândida deveria relacionar-se com alguém que pudesse dar-lhe as vantagens que julgava merecer, e Frederico não era essa pessoa:

O que convinha a Lucinda, era para sua senhora um noivo estouvado, libidinoso, extravagante e rico; era o chefe de família desgovernando, na casa a licença aproveitando a desordem, e o desatino dos senhores facilitando a devassidão dos escravos (MACEDO, 1991, p.210).

Enquanto fingia, aos olhos dos seus senhores, ser submissa e boa, Lucinda articulava sua trama para obter liberdade: tramando o enlace de Cândida com Souvanel, que, tornando-se patrão, dar-lhe-ia a liberdade, expõe sua senhora às mais humilhantes situações para uma mulher daquele período:

A negra perguntou, rindo-se e requebrando-se: – E se casar com minha senhora... como há de ser? – Eu te libertarei no dia do meu casamento, juro-o por todos os santos do céu, juro-o pela minha honra, que serás liberta... – E adeus amores! Disse Lucinda. – Oh não! Cândida será minha esposa; tu, porém, linda crioula, serás sempre a minha amante, e minha só (MACEDO, 1991, p. 232).

Relevante notar que, para Lucinda, os meios não importam, desde que, ao final, sua liberdade seja obtida. Como fruto da escravidão, a jovem escrava usa das armas que tem para buscar a condição de mulher livre. Ao final da narrativa, a tão sonhada liberdade não chega, porque, mesmo após todas suas peripécias, terminou presa e entregue à justiça:

Alguns dias depois os noivos e seus pais preparavam-se para voltar a seu lares, quando um agente policial, ou interesseiro procurador se apresentou na casa de Florêncio da Silva, anunciando que se achavam detidos e presos na casa de correção, um pajem, e uma negra crioula que se confessavam escravos, dando o nome de Florêncio, como o de seu senhor. Frederico avançou para o agente policial, e tomando a palavra ao sogro, disse: – Nossos escravos ou não, nós os abandonamos ao seu destino; pois que de nós fugiram, rejeitamo-los. – Então... como ficam eles? – Pouco nos importa isso: a liberdade, como prêmio, eles a não merecem; como direito, a sociedade ou o governo, que lhos outorgue. Eles nos fugiram, nós os abandonamos (MACEDO, 1991, p.211)

Como se pode perceber, ao fim e ao cabo, a integração do negro à sociedade jamais poderia ocorrer, porque, na visão da elite, ele já estava corrompido, sendo sua natureza fruto

de sua inferioridade. Macedo estabelece limites para a articulação de pensamento autônomo do cativo, não permitindo que os episódios narrados possam refletir sua imagem como alguém martirizado e consciente do lugar de opressão que habita. O escravo de Macedo não realiza ações por resistência ao sistema escravocrata ou como forma de luta por liberdade, mas por sua natureza corrompida, capaz de destruir tudo ao seu redor. Os planos articulados pelos personagens nas narrativas são detalhados de forma a levar o leitor da época a temer o africano, enxergando-o como inimigo doméstico e familiar.

Diante dessas três narrativas, fica a questão de como Maria Firmina dos Reis (1859) estabeleceu em sua obra uma visão do negro completamente distinta daquela que circulava no século XIX entre os principais escritores abolicionistas. Na próxima sessão, serão analisadas as concepções adotadas pela autora e por Harriet B. Stowe (1852) para a construção da imagem do escravizado como um ser humano em condição de igualdade e, portanto, merecedor de liberdade. Seja nos Estados Unidos da América, seja no Brasil, a escravidão representou um marco negativo na história da humanidade. Presente desde os tempos coloniais e com seus reflexos arraigados até os dias de hoje, lidar com essa questão delicada não é e nunca foi fácil, especialmente no século XIX escravagista e patriarcal. Cada uma das autoras, Firmina e Stowe, a seu modo e diante das limitações impostas pelo período, produziu obras que modificaram o olhar sobre o escravo, inaugurando uma literatura de outro teor abolicionista.

3. COMPARAÇÃO DE CONTEXTOS: ESTADOS UNIDOS E BRASIL

Brasil e Estados Unidos diferenciaram-se em relação ao trato da escravidão e suas questões. A condução do processo abolicionista passou por diferenças fundamentais, a começar pela participação ativa do protestantismo reformado nos Estados Unidos, posicionando-se em favor do processo de emancipação como direito divino. Enquanto isso, no Brasil, a religião Católica Ibérica predominante não participou ativamente do processo de abolição, que assumiu um viés majoritariamente político. A expansão da luta abolicionista promoveu duas imagens distintas entre Estados Unidos e Brasil.

Para compreender a diferença entre Brasil e Estados Unidos quanto à escravidão, é preciso, antes, ainda que brevemente, atentar para fatores da cultura ocidental que contribuíram diretamente para a formação e a consolidação dos ideais abolicionistas. Com efeito, Célia Maria Marinho de Azevedo, em *Abolicionismo – Estados Unidos e Brasil – uma história comparada* (2003) apresenta quatro fontes de impulsos antiescravistas, considerados de fundamental importância para a consolidação do protestantismo britânico interferindo diretamente na luta abolicionista: a filosofia social secularizada, que buscava a redefinição dos lugares de cativo e da ordem racional regente dos seres humanos; a popularização da ética benevolente, que trazia o homem como um ser dotado de sentimentos e bondade interior, fatores importantes para a ascensão do espírito liberal; a fé evangélica, que atuava na conversão e santificação do indivíduo, tornando-se sinônimo de caridade e autocontrole; o primitivismo, que foi responsável pela ideia do nobre selvagem, modificando o etnocentrismo europeu e favorecendo as diferenças culturais do negro.

A começar pela organização dos abolicionistas britânicos, é possível observar que sua articulação girava em torno da imprensa e de seu papel no cenário internacional. O trato das questões escravistas em diferentes locais e perspectivas proporcionou a experiência necessária para a fundação da Sociedade Britânica e Estrangeira contra a escravidão. O objetivo dessa sociedade, conforme Azevedo (2003), era corresponder-se com abolicionistas de diferentes países e expandir a comunidade antiescravista.

Diante do cenário de expansão da luta abolicionista, Estados Unidos e Brasil causavam especial indignação, tanto por terem um número grandioso de escravos, quanto por constituírem uma enraizada classe de senhores (AZEVEDO, 2004, p. 38). Apesar da semelhança no trato da escravidão, eram os estadunidenses que, no cenário internacional, carregavam a imagem de pior escravidão do mundo, sendo, por isso, incompatível com uma terra marcada por lutas em favor da liberdade:

Os abolicionistas acreditavam que os americanos mereciam ser condenados, mais do que quaisquer outros povos escravistas, não só por serem cruéis para com seus escravos, mas também por renegarem princípios humanitários proclamados por eles mesmos, agindo desse modo hipocritamente com relação ao resto do mundo (AZEVEDO, 2004, p. 38).

A partir do momento em que os Estados Unidos, especialmente a parte sulista, foram considerados o pior exemplo de escravidão, surgiu, então, a necessidade de combatê-la veementemente. De fato, esse combate no país, que era o maior representante do sistema escravocrata, impulsionava o êxito da campanha abolicionista. Para fundamentar as razões abolicionistas, foram empregados argumentos de natureza religiosa e filosófica, considerados os grandes marcadores do abolicionismo norte-americano. A escravidão violava os princípios da liberdade individual estabelecidos tanto pelas leis humanas quanto pelos princípios cristãos. Enquanto isso, no Brasil, as razões políticas sempre anteciparam as razões religiosas, de forma que os interesses coloniais brasileiros sempre derrotaram a razão cristã fundamentando-se nos interesses econômicos que moviam a elite. Ressalta-se que, adiante, será abordada a aliança entre Igreja e Estado até o fim da monarquia.

Após a independência brasileira, as manifestações em favor da abolição foram majoritariamente de origem política. Em meados do século XIX, o Brasil passou por grandes transformações demográficas, e diversas remessas de escravos africanos aportaram continuamente em terras brasileiras, até o decreto da Lei Eusébio de Queirós, proibindo o tráfico de escravos da África em 1850:

A independência trouxe importante mudança no enfoque da discussão da escravidão. Não se tratava mais de pessoas ligadas a metrópole discutindo a escravidão na colônia, depois de ter sido ela abolida na própria metrópole. Tratava-se agora de cidadãos de um país em formação, para os quais a escravidão representava um problema muito mais sério. O problema não era mais de economia metropolitana e de moral cristã. Era pura e simplesmente de formação de uma nação. Os motivos religiosos passavam a segundo plano; o motivo nacional vinha para o proscênio. E como se tratava de uma nação que começava a ser construída de cima para baixo, não é de se estranhar que a maioria dos que inicialmente se ocuparam do tema tenha pertencido aos membros da elite política (CARVALHO, 1998, p. 48).

Fator essencial na diferenciação entre Estados Unidos e Brasil, a organização abolicionista foi, de acordo com José Murilo de Carvalho (1998), movida por diferentes razões e consolidada a partir de diferentes processos. Isso resultou no que hoje podemos chamar de linguagens distintas, a respeito das quais Célia Maria Marinho de Azevedo ressalta:

Podemos dizer que o abolicionismo americano falava a linguagem da religião, cuja a imagem central é a de Deus e sua imposição de uma lei suprema sobre a sociedade. Já os abolicionistas brasileiros adotavam uma linguagem secular na qual a figura central é o progresso e suas correspondentes leis humanas (AZEVEDO, 2004, p. 44).

Dessa forma, enquanto o abolicionismo americano assentou-se na linguagem da religião, estabelecendo-a como verdade absoluta, o brasileiro moldou-se nas imagens do progresso e nas leis humanas fundamentadas na verdade relativa.

Além das linguagens utilizadas para tratar da abolição, a diferenciação entre Estados Unidos e Brasil ocorreu também pela formação das imagens, também distintas, sobre os senhores estadunidenses e brasileiros: enquanto estes caracterizavam-se pela equivocada imagem de humanitários, aqueles eram caracterizados como cruéis e impiedosos. A construção e circulação dessas imagens confrontaram o inferno racial americano com o paraíso racial brasileiro, estabelecendo um paradigma ideológico cuja manutenção se deveu à corrente ideia de que a escravidão brasileira era moderada e pautada na conduta do escravo diante de seu senhor: “O senhor de escravo não teria de ser cruel se o escravo se comportasse passivamente. Mas, cessando a docilidade do escravo, emergia a crueldade do senhor” (AZEVEDO, 2004, p. 89).

Na medida em que a escravidão brasileira permaneceu por longo tempo pautada na ideia da boa relação entre senhores e escravos, a radicalização da postura abolicionista no Brasil deu-se somente por volta de 1880. Os horrores da escravidão eram mais escandalosos em terras norte-americanas, muito em função da não incorporação dos códigos civis romanos e da coexistência, mesmo após a independência, de república e escravidão. Sobre isso, Célia Maria Marinho de Azevedo afirma:

O tema da inconsistência da revolução americana parecia dirigir-se especialmente aos cidadãos do norte. Embora não fossem pecadores como os senhores de escravos do sul, os cidadãos do norte eram, porém, culpados de incongruência em relação aos princípios da união, colaborando para disseminar o pecado de roubo de seres humanos (AZEVEDO, 2004, p. 81).

A disparidade entre os polos norte e sul dos Estados Unidos, considerados os piores exemplos na instituição escravista, pôde ser observada nas obras literárias. Exemplos como *A cabana do Pai Tomás*, de Harriet B. Stowe, e *Incidentes na vida de uma menina escrava*, de Harriet Ann Jacobs, evidenciam o temor por parte dos escravos de serem levados ao sul, onde os senhores eram cruéis.

Além das questões tratadas anteriormente, a imagem do escravo também foi fator de diferenciação entre os abolicionistas americanos e os brasileiros. Com efeito, para a historiadora Célia Marinho, os primeiros enxergavam o escravo como irmão da família humana, enquanto os segundos reproduziam a imagem do escravo como um inimigo doméstico. Essas representações da imagem do escravo permearam o imaginário popular e entraram no campo literário, reproduzindo estereótipos negativos, principalmente no Brasil, como vimos no capítulo anterior, sobre as obras reproduzidas no século XIX, como *Vitimas Algozes* e *A escrava Isaura*.

Assim como os estereótipos criados, o racismo também surgiu de questões ideológicas pautadas na superioridade de uma classe/raça sobre a outra, inferiorizando os seres humanos sob justificativa científica. Quanto às tratativas raciais, o Brasil não se posicionou efetivamente. Embora alguns discursos abolicionistas do século XIX até clamassem pela integração do negro à sociedade, os motivos dessa necessidade de integração vinham da disseminação cultural do medo, como afirma Eisenberg:

O racismo do século passado não foi um elemento onipresente da espécie humana, nem uma distorção encoberta pelas cópulas desenfreadas entre as raças, mas uma construção ideológica, fruto de conjunturas históricas, na qual os interesses materiais das classes dominantes encontraram uma justificativa científica para a importação dos europeus, e a inferiorização da maioria dos brasileiros (EISENBERG, 1987, p. 13).

Além disso, acreditava-se que o negro, de natureza inferior, acabaria por corroer a sociedade. Estigmatizado e estereotipado como inútil, indesejável e insignificante na sociedade patriarcal, o escravo era considerado incapaz de agir e sentir-se como homem livre, e, por não saber ser livre, não se adaptaria a outra forma de trabalho, que não o compulsório. Dessa forma, sua incapacidade mental era considerada um obstáculo à formação do mercado de trabalho livre. A busca de alternativas para o problema do negro fez surgir a esperança do embranquecimento da população, tendo como principal alternativa a supremacia do imigrante europeu, motivo pelo qual se tornaram frequentes as políticas que facilitavam a imigração, para promover o progresso. Essa população branca europeia, de acordo com a mentalidade da época, tinha qualidades inexistentes no homem negro: era disciplinada e responsável.

A liberdade alcançada não tirava os negros da condição de pobreza; pelo contrário, reafirmava. Com o passar do tempo, foram relegadas as ideias que visavam as condições de liberdade para os ex-escravos, de forma que seus direitos foram excluídos, a começar pelo

direito ao voto, observando-se ainda o aumento desordenado da violência contra eles (CARVALHO, 1998).

Nos Estados Unidos, a segregação não cessou com a abolição, e o racismo relegava a população negra à camada mais inferior da sociedade. As tentativas de abrandar os efeitos da escravidão, por parte dos religiosos, serviram apenas como formas de controle e manutenção do trabalho servil.

De forma geral, a escravidão não cessou com a abolição, uma vez que seus reflexos permanecem até os dias de hoje nas condições precárias de sobrevivência das populações negras, as quais são submetidas a situações de precariedade social e permanecem como vítimas de manifestações do racismo que contaminam inteiramente a população dos dois países em questão.

3.1 PAPEL DO CRISTIANISMO NAS ABOLIÇÕES ESTADUNIDENSE E BRASILEIRA

O romantismo literário e o discurso humanitário confundiam-se nos ataques de escritores abolicionistas à escravidão. Fundamentados em princípios políticos, éticos e religiosos, impulsionavam o reformismo progressista do norte dos Estados Unidos, difundindo morais contra a escravidão e situando-a não só como problema social, mas também como pecado contra a Bíblia.

A primeira metade do século XIX nos Estados Unidos foi marcada por um movimento histórico, intelectual e literário, que pregava novas ideias e comportamentos a respeito de assuntos diversos, entre os quais a escravidão. Embora não previssem a participação feminina em sua constituição, as novas concepções, baseadas em elementos como o iluminismo, pregavam um mundo onde a felicidade era adquirida pela capacidade do próprio homem. Com efeito, sobrelevou-se forte tendência ao individualismo, à valorização das qualidades emocionais e intuitivas do homem, cujas ações não deveriam fundamentar-se somente no intelecto, mas no emocional, que carregava consigo a verdade da existência.

Com a nova concepção humana em circulação cujos preceitos afastavam-se do ambiente religioso, o clero ortodoxo americano buscou também reformular seus valores, substituindo a figura do Deus soberano por um Deus mais acolhedor e disposto a salvar os pecadores. Esse movimento, de acordo com Marcelle D. C. Braga (2011), foi chamado de “O Grande Despertar”:

Esse momento foi chamado de Segundo Grande Despertar ou Grande Revival, que absorveu e alterou o cristianismo protestante, através da proposta do otimismo romântico, deixando espaço para o individualismo da cultura norte-americana, sem transformá-lo em pecado. Uma de suas fases iniciou-se em Kentucky, com grandes espetáculos de entusiasmo religioso que, logo, se difundiu pelo Oeste (BRAGA, 2011, p. 25).

Essas ideias influenciaram as novas Igrejas Cristãs, e o renascimento moderado foi usado como alternativa para combater correntes radicais, como o unitarismo. É necessário lembrar que, apesar de religião e política se confundirem nos Estados Unidos e no Brasil, essa relação se deu de forma diversa, muito em função dos contextos sociais e das ideias que circulavam, além da crucial diferença entre as bases católica e protestante.

A linguagem cristã americana destaca-se pela presença do *quakerismo*: os chamados Quakers manifestavam-se contra a escravidão desde a segunda metade do século XVIII. Sua atuação política começa em 1783 com uma petição enviada ao parlamento inglês. Diante disso, a sociedade Quaker, segundo José Murilo de Carvalho (1998, p. 37), representou uma rara afirmação de igualdade entre os homens e de fraternidade cristã:

Feita a abolição do tráfico para as colônias inglesas em 1807, a luta dos Quakers e de outros abolicionistas que a eles se juntavam passou a visar à abolição geral do tráfico. Em 1823 eles novamente forneceram a base para a organização da sociedade contra a Escravidão.

De acordo com Carvalho (1998), apesar dessa posição pró-abolição, os Quakers tornaram-se proprietários de escravos no princípio do regime escravista norte-americano, pelo fato de o abolicionismo, inicialmente, ainda não ser um movimento unificado. Diante disso, “somente na metade do século XVIII é que a posição antiescravista foi adotada, o que se deu muito em função do movimento chamado de O Grande Despertar.” (p. 37).

Num movimento de endurecimento de postura, os membros das comunidades *Quakers* decidiram expulsar aqueles que insistissem na comercialização e manutenção de escravos. Mesmo após 1863, quando ocorreu a abolição, o combate contra a instituição escravista continuava fundamentado no argumento religioso.

O movimento cristão e suas novas concepções pró-abolição afetaram Harriet B. Stowe e influenciaram diretamente em sua produção:

Os irmãos e o marido de Harriet e ela própria também se envolveram na vida política e religiosa, como reformadores, educadores e pregadores. O considerado ‘pai do Renascentismo moderno’, Charles Grandison Finney, uniu o fervor emocional e técnicas novas nos assuntos religiosos, pregou em

casas, aceitou a participação integral de mulheres, etc., e assim, conseguiu firmar o ‘presbiterianismo’ nas regiões do Oeste. Ele adotou o princípio otimista do livre-arbítrio e adicionou o Perfeccionismo, fazendo com que a reforma só dependesse da perfeição moral do indivíduo. Seus discípulos se envolveram na causa abolicionista, misturando o entusiasmo religioso e a obrigação da reforma moral (BRAGA, 2011, p. 25).

Os novos valores do clero ortodoxo influenciaram as conclusões de Harriet B. Stowe a respeito da escravidão. Além disso, pode-se notar a presença do Perfeccionismo Cristão que, na segunda metade do século XIX, apoiou as buscas por liberdade política e espiritual, substituindo a alienação e o desespero pelas otimistas e positivas afirmações da promessa americana:

A particular contribuição dos perfeccionistas cristãos para a maioria dos movimentos foi a afirmação que a autoridade bíblica verificava suas crenças e fornecia um lugar especial para a América na trajetória do divino. Eles afirmavam que a doutrina do pecado inato que se espalhava pelo protestantismo americano era errada. Defendiam que Deus havia feito um pacto com Adão (depois reafirmado com Abraão e Moisés) que fazia o homem escravizado por um pecado inato e preso aos dez Mandamentos, estabelecendo uma lei moral. Posteriormente, com o sacrifício de Cristo e a reparação dos pecados dos homens, se constituiu um novo pacto, o homem foi liberado do pecado e compartilhou, nas palavras da perfeccionista cristã Asa Mahan, ‘a gloriosa liberdade das crianças de Deus’ (BRAGA, 2011, p. 25).

Dessa forma, para a visão perfeccionista cristã, a escravidão existiu durante todo o Velho Testamento, regida pela relação senhor/escravo e reafirmada com passagens bíblicas, conforme cita Braga:

A defesa da escravidão se mostrava justificável pela retórica bíblica, nas passagens de Noé e de São Paulo. Noé teria condenado uma parte da humanidade (filhos de Cam) à servidão perpétua, porque Cam viu o pai desnudo. Enquanto em Paulo nota-se uma defesa da fidelidade do servo ao senhor. Sendo que essa tolerância religiosa foi reconhecida somente até o século XVIII em Roma. Contudo, não se limitou à esfera religiosa essa defesa, o imperador Justiniano, no século VI, promulgou um código que permitia a posse de pessoas, a hereditariedade da servidão e os poderes de senhores e de escravos. Os tratados internacionais também reconheciam a instituição (até o século XVIII), com reconhecimento por países como: França, Inglaterra, Portugal, Países Baixos e Dinamarca (BRAGA, 2011, p. 26).

Segundo a leitura teológica dos perfeccionistas cristãos, Deus havia enviado Cristo para estabelecer com os homens um novo acordo baseado na concepção dos seres humanos como racionais e que deveria ser mantido voluntariamente pelo amor cristão. Finalmente

estabelecida, a liberdade espiritual do homem não lhe permitiria concordar com práticas opressoras como a escravidão: se a alma é livre, não se aprisiona o corpo.

No Sul dos Estados Unidos, a escravidão dos africanos violava o novo acordo firmado entre Deus e a humanidade. Os argumentos antiescravistas sustentaram-se a partir da análise do pecado da escravidão como principal ideal a ser combatido. Sob esse viés, Stowe acreditava que, quando os americanos percebessem o pecado horrível da escravidão, eles a aboliriam voluntariamente (BRAGA, 2011).

Enquanto, nos Estados Unidos, o novo acordo e a reforma religiosa reposicionaram escravidão e abolição, no Brasil, as lideranças católicas subordinavam-se ao poderio do Estado e a razões mais propriamente políticas que religiosas. Isso pode ser compreendido pelo fato de a escravidão ter-se instaurado no Brasil com a chegada dos europeus e, conseqüentemente, da própria Igreja Católica. Esta, grande proprietária de escravos e de latifúndios, constituía a base da monarquia nacional. Nas palavras do historiador José Oscar Beozzo (BEOZZO, 1980), a Igreja foi um “cimento moral que deu consistência à aliança em três elementos”: Igreja, monarquia e escravidão.

Com relação ao movimento abolicionista, Beozzo (BEOZZO, 1980) aponta que o clero brasileiro se manteve em posição de nulidade, de forma que, embora algumas ordens religiosas tenham libertado aos poucos seus cativos, a maioria permaneceu em regime escravocrata até o fim. A escravidão e a Igreja, portanto, eram estreitamente ligadas e constituíam a base sociedade brasileira desde o período de colonização.

Há historiadores, como Riolando Azzi (AZZI, 1981), que, além de acusarem a posição nula da Igreja com relação à escravidão, também afirmam o apoio do clero ao regime escravocrata. Durante o período colonial, apesar dessa posição controversa e de discursos aludindo à incompatibilidade entre escravidão e cristianismo, essa incompatibilidade era logo superada pela necessidade do trabalho cativo para o funcionamento da sociedade. Com efeito, religiosos, como o jesuíta Padre Vieira, expressavam posição ambígua ao defenderem, por exemplo, a não escravização dos índios, como ocorria na política reducionista maranhense desenvolvida pela companhia de Jesus. De acordo com José Murilo de Carvalho, esse posicionamento era bem distinto na tratativa da escravidão africana:

Mas no caso da escravidão africana seu pensamento dava grande guinada. Em um dos sermões pregados na década de 1680, ele discute com clareza o problema e usa a velha tese da relação entre escravidão e pecado para aconselhar aos escravos a obediência (CARVALHO, 1998, p. 40).

Um dos argumentos usados para justificar a escravidão africana tem relação direta com os escritos bíblicos:

Supostamente, os negros (etíopes) seriam descendentes de Cam, o filho de Noé, que fora amaldiçoado pelo pai por ter zombado de sua nudez. Tal vinculação já fora feita por Santo Agostinho e São Jerônimo. Para este último, os etíopes (negros) se caracterizaram por estarem profundamente mergulhados em vícios (*penitus in vitio demersi sunt*) (...). A Bíblia fornecia, assim, um argumento racista em favor da escravidão que viria a calhar quando esta, nos tempos modernos, se concentrou em vítimas negras. A imoralidade atribuída por quase todos os comentaristas aos escravos negros encontrava também aí fácil sustentação (CARVALHO, 1998, p. 41).

O discurso dos religiosos a respeito da escravidão foi caminhando ao longo do período e alcançando novos adeptos, como o padre Jorge Benci, que também observava a escravidão como fruto do pecado original. Baseado no que chamava de economia cristã, que era organizada pelos senhores de escravos e fundamentada nas pregações de São Paulo, o padre sempre lembrava os deveres senhoriais e escravos: os senhores deveriam agir como pais de família, tendo seus escravos como parte dela (CARVALHO, 1998).

Embora as pregações destinadas aos escravos tocassem em questões como o cativeiro físico, sempre destacavam que, pior que ter o corpo aprisionado, é ter a alma aprisionada pelo pecado, sendo que a única saída para alcançarem a liberdade da alma era praticando a obediência aos seus senhores:

Deviam obedecer aos senhores como se servissem a Deus, pois assim obedeceriam como pessoas livres. E vinha a citação de São Paulo, que se tornaria clássica entre os defensores da escravidão... Assim fazendo, teriam o seu próprio Deus como seu servo no céu. A ênfase era no pecado como escravidão e não na escravidão como pecado (CARVALHO, 1998, p. 40).

Diante dessa situação, pregando aos cativos que fossem obedientes, a Igreja limitava-se a amenizar os males da escravidão e a aconselhar aos senhores tratamento cristão aos seus escravos. A escravidão, que se legitimou como forma de expandir a fé cristã, atuou também na construção da imagem de escravos como bons trabalhadores, fazendo do Cristianismo a melhor garantia contra qualquer forma de insurreição por parte dos cativos contra seus senhores.

De acordo com David Brion Davis (2001), na mentalidade cristã, se fosse por motivo justo, a escravidão não seria pecado. O regime escravagista foi concebido como salvação dos africanos nas sociedades cristãs do Novo Mundo e, mais que isso, uma alternativa para uma

vida segura e feliz. Nesse sentido, como se pode perceber, o discurso cristão brasileiro foi majoritariamente ambíguo.

No entanto, é preciso ressaltar que, para além dessa visão ambígua sobre a escravidão, há representantes, como José Joaquim Azeredo Coutinho, para os quais a escravidão não estava diretamente ligada à razão cristã, mas à organização colonial, devendo, portanto, sobressaírem-se fatores econômicos. Coutinho atendia ao pensamento de que a escravidão africana não poderia terminar repentinamente, uma vez que a própria Europa demorou cerca de dois séculos para concretizar a abolição. De acordo com José Murilo de Carvalho, a situação da escravidão brasileira alcançou nova proporção após a independência:

A independência trouxe importante mudança no enfoque da discussão da escravidão. Não se tratava mais de pessoas ligadas a metrópole discutindo a escravidão na colônia, depois de ter sido ela abolida na própria metrópole. Tratava-se agora de cidadãos de um país em formação, para os quais a escravidão representava um problema muito mais sério. O problema não era mais de economia metropolitana e de moral cristã. Era pura e simplesmente de formação de uma nação. Os motivos religiosos passavam a segundo plano; o motivo nacional vinha para o proscênio. E como se tratava de uma nação que começava a ser construída de cima para baixo, não é de se estranhar que a maioria dos que inicialmente se ocuparam do tema tenha pertencido aos membros da elite política (CARVALHO, 1998, p. 48).

Nesse contexto de independência, em meio a revoltas regionais separatistas, criava-se a demanda por formação de uma identidade nacional alinhada à necessidade da criação da ideia de uma nação homogênea. Se, antes, importava apenas à metrópole que a colônia cumprisse suas demandas com obediências, com a independência política de Portugal surge no Brasil a necessidade de identidade nacional que justificasse e promovesse um sentimento nacional e de povo, já que: “como poderá haver uma constituição liberal e duradoura em um país continuamente habitado por uma imensa multidão de escravos brutais e inimigos?” (ANDRADA e SILVA, p. 7).

A visão de Bonifácio de Andrada e Silva afirmava que a escravidão impedia a formação de um estado nacional pelos seguintes motivos: primeiro, por sua incompatibilidade com a liberdade individual (governo liberal); segundo, pela ameaça interna que representavam os escravos como inimigos da sociedade; por fim, pela ameaça à segurança externa do país em virtude da incapacidade dos escravos de formar uma força armada e de defesa do país. Como se pode perceber, a despeito de sua visão ter sido considerada, na época, inovadora, ela não se exime do caráter também ambíguo e preconceituoso.

Como reforço contra a escravidão, José Bonifácio de Andrada e Silva endossa seus argumentos fundamentando-se também em razões cristãs e filosóficas. Seguindo a linha estruturada no pensamento Quaker, a escravidão era combatida como um pecado: as citações bíblicas, que antes a fundamentavam, foram substituídas por trechos do novo testamento, mais humanitários e pautados pela busca da igualdade básica entre seres humanos. José Bonifácio de Andrada e Silva ainda acusava o clero de corrupção:

A nossa religião é fé pela mor parte de um sistema de superstições e abusos antissociais; o nosso clero [...] é o primeiro que se serve de escravos e os acumula para enriquecer pelo comércio e pela agricultura, e para formar muitas vezes das desgraçadas escravas um harém turco (ANDRADA E SILVA, 1963, p. 13).

Como afirma Carvalho (1998, p. 50), José Bonifácio, por situar o direito de liberdade acima do direito de propriedade, representou um pensamento avançado na época: “A sociedade civil estaria violando sua finalidade de promover a felicidade de todos se sancionasse a escravidão”. A escravidão era, portanto, antieconômica e incompatível com a indústria e com o progresso técnico. Como um dos principais articuladores da independência brasileira, José Bonifácio sabia que a abolição imediata seria politicamente inviável, apresentando, diante disso, medidas para que a liberdade dos escravos fosse restituída aos poucos.

3.2 A CABANA DO PAI TOMÁS

A obra *A Cabana do Pai Tomás*, de Harriet Beecher Stowe (1811-1896), foi escrita em um período de efervescência religiosa, social, política e econômica estadunidense. Atualmente, diversos pesquisadores, entre os quais Marcelle C. Braga⁷, debruçam-se sobre sua importância no território norte-americano:

No século XIX, os estados do Norte dos Estados Unidos alargavam seus setores industriais, incentivando o trabalho livre; enquanto no Sul, as culturas de tabaco, açúcar e, principalmente, algodão cresciam e alavancavam o comércio de escravos. A imprensa e as igrejas buscavam mobilizar a população através da divulgação da crescente exploração dos escravos, mostrando um cenário de violência e restrições (BRAGA, 2011, p. s/p).

⁷ *Refúgio do difícil e do terrível: a construção da questão escravista no romance oitocentista Uncle Tom's Cabin, de Harriet Beecher Stowe* (dissertação de mestrado).

O romance baseia-se na vida do escravo Pai Tomás, cuja trajetória até o sul dos Estados Unidos, passando por três senhores – Shelby, Saint-Clare e Simeão Legree –, é marcada por constante processo de degradação. O primeiro senhor tinha escravos destinados a afazeres domésticos e manutenção de sua fazenda, em Kentucky. Sob a promessa de um dia ser liberto, Tomás sempre realizava seu trabalho com zelo e orgulho. No entanto, como promessas feitas sob o julgo da escravidão são facilmente quebradas, ele teve sua liberdade negociada como forma de pagamento de uma dívida de Shelby com Haley, um rico mercador escravocrata, o qual exigiu dois escravos como pagamento: Pai Tomás (o melhor deles) e o garotinho Harry (filho da escrava Elisa). Apesar de a proposta não lhe agradar, Shelby acabou cedendo sob a condição de que, antes de um ano, Tomás não fosse vendido para que ele o readquirisse.

No navio, Pai Tomás salvou de afogamento no rio Mississippi a pequena Evangeline, filha de Saint-Clare e vítima de uma doença letal, a qual, grata por tal feito, pediu ao pai para comprar o velho escravo. Na nova fazenda, o cuidado e a compaixão de Tom para com a pequena Evangeline são colocados em evidência:

Tom ficava muitas vezes no quarto de Eva. Eva tinha ataques de nervos, e sentia um grande alívio se lhe pegassem ao colo. Era uma felicidade para Tom deitar-lhe a cabeça numa almofada e passear com ela nos braços na galeria ou na sala. E quando soprava do lago uma brisa mais fresca, ou Evangeline, de manhã, se encontrava um pouco melhor, levava-a a passear debaixo das laranjeiras do jardim, ou sentavam-se ambos, e o pai Tomás cantava alguns dos seus cânticos favoritos (STOWE, 1969, p.43).

Apesar de sempre bem cuidado, Pai Tomás sentia-se profundamente triste em razão da saudade da família, e Evangeline, percebendo sua tristeza, implorou por sua libertação. Sabendo que a filha não teria muito tempo de vida, Saint-Clare preparou os papéis de alforria, entretanto, antes que pudesse conceder a liberdade de Tomás, presenciou a morte da filha, falecendo também, logo em seguida, de tristeza. Pai Tomás passou a ser propriedade da Senhora Saint-Clare, que, diferentemente do marido e da filha, não nutria pelos cativos qualquer generosidade, de forma que, na primeira oportunidade, vendeu-o, com os demais escravos, para o mercado em Nova Orleans, onde foi comprado por seu terceiro senhor – Simeão Legree – homem cruel e dono de uma fazenda de algodão no interior da Louisiana.

No caminho, foram retirados todos os seus pertences, inclusive sua bíblia. Na fazenda do Sr. Legree, a despeito dos pesados trabalhos e dos castigos a que eram submetidos os escravos por não atingirem as metas diárias, Tomás mantinha sua religiosidade e devoção.

Seu espírito resignado e sua religiosidade incomodavam Legree, que não media esforços para corromper seu espírito e sua índole: frequentemente levava-o ao tronco por recusar-se a castigar seus irmãos cativos. Muito machucado e debilitado pelos terríveis e sucessivos castigos sofridos, Tomás, antes de falecer, pôde ver George Shelby, filho de seu primeiro senhor, que, buscando cumprir a promessa do pai, decidiu comprar Tomás novamente, dar-lhe a liberdade e levá-lo de volta aos seus. Todavia o jovem assiste à morte de Tom (como era carinhosamente chamado pelos Shelby) em seus braços, após terrível açoite, só podendo o jovem branco levar de volta a Kentucky o corpo do escravo. E na fazenda onde Tomás viveu e deixou sua família, de onde foi arrancado como pagamento de dívida, ficou estabelecido pelo jovem Shelby que todos os seus escravos seriam livres, podendo permanecer trabalhando, mas com a condição de assalariados. O jovem tornou Tomás um símbolo da luta pela liberdade.

Nesse ponto, vale retornar ao primeiro senhor de Pai Tomás – Sr. Shelby – em cuja fazenda destacavam-se dois núcleos familiares: um formado pelo casal Cloé e Tomás; e outro pelo casal Elisa (escrava de Shelby) e George (escravo da fazenda vizinha). Quanto ao segundo núcleo, Elisa, criada pela senhora Shelby, recebera educação de moça branca, sob os moldes da elite, o que afastava de suas feições qualquer traço da escravidão; George, inteligente, dotado de visível engenhosidade e operário de uma fábrica cujo dono, imbuído da concepção de superioridade de uma raça sobre outra, era submetido a pesados trabalhos no campo. Seu senhor, recusando-se a aceitar suas criações ou o menor sinal de sua inteligência, dispunha do direito de propriedade sobre George, impondo-lhe castigos desumanos.

Diante dessa situação insuportável e desesperadora, George alertou a esposa sobre seus planos de fugir para o Canadá, deixando-a com o filho na fazenda de Shelby. E assim o fez. Entretanto, ouvindo a negociação entre Shelby e o rico mercador escravocrata Haley, segundo a qual ficou acertada a venda de Tomás e do seu pequeno Harry, Elisa avisou Tomás e sua família do destino que o aguardava e fugiu, durante a noite, com seu filho para o Canadá. No dia seguinte, ao não encontrar Harry, Haley levou Tomás para ser comercializado e embrenhou-se na caçada da mãe e do filho, os quais, chegando ao Canadá, têm finalmente um desfecho feliz. A decisão de George e Elisa evidencia que as relações estabelecidas no cativeiro exigem escolhas: aceitar o jugo dos grilhões ou buscar a liberdade.

Nesse ponto, vale um breve cotejo com *A Escrava Isaura*, de Bernardo Guimarães: até certo ponto, a construção das duas personagens – Eliza e Isaura – assemelha-se: afora o fato de ambas serem caçadas, elas recebem educação elitista:

Educada desde a infância pela sua senhora, Elisa fora sempre a preferida a quem se dá demasiado mimo. Quem tenha viajado pelo Sul pôde notar a elegância requintada, a suavidade da voz e das maneiras, que parecem ser o dom particular de certas mulatas. Essas graças naturais das mestiças estão muitas vezes ligadas a uma beleza verdadeiramente fascinante, e quase sempre realçada por encantos pessoais. Casara com um homem da sua condição, inteligente e hábil, que vivia numa propriedade vizinha. Chamava-se Jorge Harris (STOWE, 1969, p. 21).

Os moldes a elas impostos afastavam de suas feições qualquer traço da escravidão. Forjada na idealização do romantismo brasileiro, a personagem de Bernardo Guimarães recebera educação esmerada, desfrutando de privilégios e nunca sendo tratada como cativa, apesar da condição escrava. Elisa, uma escrava de pele clara, também fora criada por sua senhora, recebendo educação de moça branca. No entanto, as semelhanças entre as personagens não vão além.

O decorrer da história de Elisa e seu papel no romance de Stowe não se resumem a um final feliz de liberdade e amor romântico. O fato de seu marido ser negro, a luta pela liberdade do filho, bem como a manutenção de seu núcleo familiar a despeito da escravidão apontam para o distanciamento das personagens. Afastar-se dos privilégios em prol da liberdade do filho demonstra que nem toda bondade senhorial pode suprir ou ignorar os limites estabelecidos pelo sistema escravocrata: a despeito de todos os benefícios, Elisa era uma mercadoria. Diferentemente de Isaura, Elisa não tinha um salvador branco e de posses, por ela apaixonado e disposto a salvá-la da escravidão. Ao casar com cativo e constituir família, seguindo valores cristãos, ela cumpre seu papel de esposa, sem, no entanto, abrir mão da força de uma mulher movida pela sede da liberdade, que não mede esforços para alcançá-la.

Como se pode perceber, a liberdade é regida pelo sistema econômico. Dentro da lógica escravocrata, ela é negociável, de forma que o cativo não passa de mercadoria pela qual até se pode cultivar certa estima, como ocorre com Tomás e Elisa, mas, ao menor sinal de desequilíbrio ou necessidade, será facilmente substituída. Em outras palavras, consubstancia-se sobre a liberdade a ideia de que mesmo os senhores mais bondosos são capazes de se desfazerem de seus “queridos” escravos, caso seja necessário. Enfim, a bondade não consegue minimizar os horrores representados pelo sistema escravocrata.

A descrição de Tomás é feita com base em suas características morais, revelando detalhes que fazem dele um homem dotado de sentimentos benevolentes:

A essa mesa estava sentado o pai Tomás, o melhor trabalhador do Senhor Shelby. Como Tom é o herói da nossa história, devemos descrevê-lo aos nossos leitores. Era um homem forte e bem

constituído, com o peito largo, membros fortes e rosto de ébano lúcido; um rosto de traços nitidamente africanos, caracterizado por uma expressão de bom senso grave e firme, aliado a uma grande ternura e bondade. Havia em todo o seu aspecto uma dignidade e um respeito por si próprio, unidos a uma simplicidade humilde e confiante (STOWE, 1969, p. 22).

Construído sob a égide da dignidade e da bondade, o personagem Tomás não tem o espírito embrutecido pela escravidão, ao contrário do que ocorria em outras obras, naquele contexto, cujos personagens eram destituídos desses atributos morais. Enquanto outros autores afastam seus personagens da retratação humanizada, Stowe aproxima Tom da resignação cristã, na medida em que ele se dispõe a passar por qualquer sacrifício em favor de outrem.

No romance de Harriet percebe-se a importância dada à educação destinada aos escravizados, que funciona como um direito para todos os filhos de Deus. Clamando os leitores por sensibilização com a causa abolicionista, a autora negou o estereótipo do negro animalesco e mostrou seus sentimentos. A construção do personagem Tomás evidencia essa concepção: o lado humano do negro, sua compaixão, seu apelo e doação pelo bem de outrem revelam sua bondade e seu espírito elevado; mesmo diante de sua condição de submissão, seu coração nunca deixou de prestar aos outros os mais belos sentimentos e cuidados.

Retomando o enredo, enquanto a casa do velho pai Tomás era tomada pela memória da liberdade, como num sopro de luz em meio à escuridão, Eliza encontra o marido no Canadá. Graças às boas condições financeiras da irmã de George, madame Thoux, a família pode instalar-se para depois seguir rumo à França e de lá para a Libéria, com o objetivo de levar o cristianismo e a civilização aos seus iguais.

Marcado pelas discussões a respeito da escravidão, o romance adquire fama e relevância, sendo apontado por alguns historiadores como um dos deflagradores da Guerra Civil Americana (1861-1865):

Para apresentar uma perspectiva crítica da escravidão aos seus leitores, Stowe construiu um texto pautado em um narrador onisciente, estimulando a reflexão de questões problemáticas frente à permanência da instituição na sociedade norte-americana. Refletindo questões de fé, moral e as adversidades da escravidão. Ele buscou também oferecer uma riqueza de detalhes sobre as moradias e sobre os personagens, construindo uma narrativa que tentava apresentar ao leitor esse mundo. Deste modo, interfere na narração, dirige-se ao leitor, comenta e faz julgamentos sobre as passagens e personagens (BRAGA, 2011, p. 70).

O fato de ter sido escrito por uma mulher, o que era incomum na época, tornou *A cabana do pai Tomás* uma obra inovadora. Vale ressaltar que, apesar de o romance adequar-se aos valores do período, seguindo os padrões femininos domésticos, ele tratou de temas controversos, como a escravidão e o papel das mulheres no movimento de escrita.

A defesa da abolição fundamentou-se na obra de Harriet Beecher Stowe a partir dos valores cristãos, presentes por todo o romance, buscando expressar a importância da conversão moral. As personagens femininas representam fontes das boas condutas morais: Eliza, por exemplo, educada em moldes cristãos, evoca a resiliência para superar as adversidades, como se observa na sua fala ao marido: “– Que vais fazer, George? Não faças algum disparate. Se acreditas em Deus e procederes bem, ele há-de salvar-te” (STOWE, 1969, p. 19). Sua voz reporta à de Stowe, que, como educadora cristã, criada nos moldes do cristianismo, passa pela personagem suas opiniões e diretrizes:

A escritora, nascida no estado de Connecticut, vinha de uma das famílias mais renomadas do protestantismo norte-americano. Seu pai era um expoente do calvinismo reformado, e o marido, Calvin Stowe, era teólogo e pregador. Harriet atuava como professora, escrevia inicialmente para o deleite limitado de seu círculo social, e foi mãe de sete filhos (BRAGA, 2011, p. 70).

As questões políticas retratadas no romance evidenciam as difíceis condições de vida dos escravos. Um exemplo disso é a aprovação da lei do escravo fugitivo, que ameaça a segurança de Eliza e do filho após a fuga. Em 1852, como forma de aplacar a acirrada disputa entre estados do sul e do norte, essa lei foi aprovada, estabelecendo que pessoas negras escravizadas que fugissem do Sul para quaisquer estados livres do Norte deveriam entretanto e apesar de sua fuga ser capturadas e devolvidas aos seus donos, pois tratava-se de propriedade particular em qualquer lugar do país.

Diante dessa situação fica o questionamento: Como se colocar diante do cumprimento da lei, e ainda assim ser a única esperança de liberdade de um cativo que busca acolhida? Esse foi o dilema vivido pelo Senador John Van Tromp, um dos que aprovaram e ratificaram a nova lei, que restringia ainda mais as condições de vida dos escravos. O conflito interno vivido pelo político era o mesmo despertado na mente do leitor, e assim como o senador que acolheu uma família escrava, esperava-se que os leitores se sensibilizassem com a causa abolicionista:

O honesto John van Tromp fora outrora um rico fazendeiro e possuidor de escravos em Kentucky e, contra todas as aparências, senhor de um grande coração. Humano e generoso, fora durante muito tempo testemunha impotente de um sistema igualmente funesto ao opressor e ao oprimido. Finalmente, não aguentou mais; aquele nobre coração estoirou. Agarrou na pasta, atravessou o Ohio, comprou uma vasta propriedade, libertou os escravos, homens, mulheres e crianças, meteu-os numa carruagem e entregou-lhes a terra para eles cultivarem. Depois partiu para a baía e retirou-se numa quinta sossegada a fim de viver em paz com a sua consciência (STOWE, 1969, p. 53).

A liberdade não poderia nunca ser negociada ou parcialmente concedida. O escravo, por mais que tivesse vida boa, estaria sempre sob ameaça da instabilidade. Ao menor sinal de desequilíbrio, ele nunca seria escolhido, ele sempre iria partir, sempre seria substituído. A visão desse aspecto como algo desumano e incompatível com os bons costumes e morais faz do romance um instrumento de denúncia da instituição escravista, que, como se não bastasse romper com a liberdade, traz consigo preconceitos e valores conflitantes com a moral cristã, como quiseram mostrar os Quakers.

A Cabana do Pai Tomás representa as diferentes relações construídas por negros e brancos, os valores e limites estabelecidos. A construção da identidade do escravizado passa pelo molde e crivo do branco, que, conforme as condições que oferece, cria seres moldados por seus princípios. A imagem dos diferentes senhores de Tomás revela o contraste de condições oferecidas aos cativos. Dentro de uma perspectiva cristã, o velho Tom é, portanto, a maior prova de que o escravo, mesmo diante das adversidades e dos piores castigos, não é corruptor ou corruptível. A degradação da escravidão não atingiu a alma de Tomás, cuja vida foi um percurso desde a quase liberdade (no início) até a completa escravização (no final), culminando na liberdade plena e absoluta: a morte. Seu único conforto durante sua trajetória foi a certeza de que a sua confiança em seu Deus sempre o guiaria e lhe garantiria misericórdia, o que nenhum senhor poderia oferecer-lhe.

Percebe-se no romance a preocupação de Harriet em evidenciar que, apesar de todos os males, a esperança de dias melhores não morre jamais, porque o senhor haveria de despertar no leitor a consciência de que o escravo é um igual. Essa concepção fraterna do cativo vinha das vozes femininas, seja pela expressão de seus sentimentos, seja pela bondade da menina Evangeline (atenção para o nome da personagem!), que se compadece pelo escravo. Para Harriet, a beleza vista na bondade de seus personagens está associada ao caráter, de forma que sua distorção compromete a imagem dos mesmos.

Os maus senhores de escravos do Sul, por exemplo, são representados pela figura de Legree, que era a própria depauperação do sistema escravocrata: a maldade corroe seus

valores e degradou sua casa. Embora, ao comprar Tomás, Legree pretendesse corroer o espírito do cativo, reproduzindo o que foi feito de sua vida, o espírito resignado do escravo prostra-se para as verdades divinas que aprendeu, representando o próprio bem. Há de se questionar se o homem branco, senhor de escravos, sempre foi mau ou corrompido pelo sistema e pela criação. A negação da imagem do negro bom e humano feria as relações de dominação estabelecidas e aprofundavam a raiz do preconceito, destinando ao cativo o lugar de inferioridade: degradado e indigno de ter o sangue igual ao dos brancos.

A negação da imagem do negro como ser humano está presente no romance, representando abordagem da diferenciação baseada na divisão de raças em superiores e inferiores. Essa afirmação vem justamente da Senhora Sain't Claire, evidenciando que a educação elitista feminina também promovia essa separação:

- Você não acredita que Deus os fez do mesmo sangue que a nós? – Disse Sra. Ophelia, rapidamente.
- Não, de fato eu não acredito! Uma bela história, de verdade! Eles são uma raça degradada.
- Você não acredita que eles tenham almas imortais? – disse Sra. Ophelia, com crescente indignação.
- Oh, bem. – disse Marie, bocejando – isso, é claro – ninguém duvida. Mas supô-los nossos iguais, você sabe, como se fôssemos comparáveis, é impossível! (STOWE, 1969, p. 96).

Questionar a imortalidade da alma do negro é retirá-lo da esfera dos mandamentos cristãos, como se os dizeres bíblicos não lhe fossem direcionados. A voz da senhora Sain't Claire é a voz do pensamento escravista que, por julgar o africano como um povo inferior, entende que é certo escravizá-lo. O preconceito é apontado na evidência de todos os sofrimentos e humilhações pelos quais passavam os escravos.

O escravo Tomás, de comportamento exemplar, que teve chance de fugir no início do romance e passou pelo crivo e julgo da senhora Sain't Clare, é o mesmo em toda narrativa. Permaneceu submisso, fazendo sempre o que dele se esperava, independentemente da situação. Talvez uma fuga de Tomás pudesse representar a liberdade em pedaços, uma vez que caminhar só com a sua liberdade seria renegar seus princípios e seus semelhantes, que continuariam presos; não fugindo, sentenciava seu destino de sacrificar-se para salvar os demais. Assemelhando-se a Cristo, que se deixou imolar no calvário de açoites para a liberdade dos seus, Tomás nasceu, cuidou, doou-se para o outro, sem ter corrompido seus valores. Sua fidelidade incorruptível, sua piedade e sua honestidade são elementos incontestáveis e confirmam a defesa de que os negros – vítimas das ações de seus senhores, oprimidos em uma vida desumana – são tão bons quanto os brancos.

Pai, marido, amigo e crédulo, Tom representa o que Stowe busca levar ao leitor, convencendo-o de que a escravidão é uma ameaça à santidade da família e às condutas morais e cristãs. Sua morte desperta no leitor o senso de justiça e de busca por direitos iguais para todos, começando pelas leis divinas e amparando os cativos para serem, enfim, livres de corpo e de espírito.

Símbolo da liberdade, Tomás precisou ter, aos olhos de seu, outrora, pequeno senhor George Shelby (filho do seu primeiro senhor), sua carne dilacerada para que a liberdade pudesse chegar aos demais cativos da fazenda. George apresentou Tomás como exemplo e parâmetro moral para se alcançar a liberdade:

– Amigos, foi sobre a sepultura desse homem e na presença de Deus, que protestei nunca mais ter escravos, e de jamais concorrer para que ninguém fosse separado da família e dos amigos, ou morresse, como ele morreu, numa plantação longínqua. Por isso, quando pensarem na sua liberdade, lembrem-se de que a devem à memória desse homem, provem-lhe todo o seu reconhecimento e gratidão, tratando com respeito a mulher e os filhos que deixou. Sempre que virem A CABANA DO PAI TOMÁS, lembrem-se de que são livres, e que essa casa lhes recorde a sua honradez exemplar, e para o imitarem, sejam como ele, fiéis, honrados e cristãos (STOWE, 1969, p. 184).

A atitude do jovem Shelby é o arremate que busca despertar no leitor, diante da desigualdade de condições e da ausência de liberdade, o olhar sensível a todas as condutas desgraçadamente inaceitáveis contra os escravos, as quais não poderiam mais continuar. Tomás passa a representar o mártir a partir do qual a liberdade pôde chegar aos demais. Numa analogia cristã, a liberdade devolvida aos negros era necessária para que os brancos pudessem agir como cristãos, seguindo os mandamentos para, enfim, serem salvos.

Por fim, vale acrescentar alguns dados sobre Harriet Beecher Stowe: pertencendo a uma família religiosa – filha de um dos clérigos protestantes mais famosos dos EUA e irmã de ministros da Igreja –, esposa de um pregador e professor, tornou-se educadora moral aos 14 anos, e, nessa circunscrição de tradição familiar, todos os seus filhos também se tornaram pregadores. Tendo como substrato essa formação religiosa, Stowe desenvolveu uma longa carreira de escritora, publicando romances, contos infantis e poemas, em colunas de jornais. Além disso, após a Guerra Civil, a autora abriu uma escola na Flórida, primeiramente restrita a crianças negras, mas, posteriormente, devido a dificuldades para mantê-la, aberta a alunos não negros.

De acordo com Marcelle C. Braga (2011), o romance de Harriet B. Stowe aproximava o público leitor do cotidiano dos cativos, evidenciando as concepções morais e a crítica à

organização escravista vigente. Com efeito, como já afirmado anteriormente, sua obra foi marcada pela concepção religiosa da solidariedade e pela defesa das boas condutas que poderiam salvar o homem: tais condutas consistiam, por exemplo, no direito à leitura da bíblia, que está diretamente ligada ao direito de saber ler e às obrigações religiosas. No romance, apesar de (ou em virtude de) todas as situações conflitantes que afetavam o escravo Tomás, ele estava sempre carregando consigo a Bíblia: “O pai Tomás, apesar da rapidez desta mudança de traje, conseguiu passar a sua querida bíblia de uma algibeira para outra. Em boa hora, porque Legree, depois de lhe tornar a pôr as algemas, começou a inspeção do conteúdo das algibeiras” (STOWE, 1969, s/p). Essa descrição do escravo apoiado na Bíblia e revestido de resignação cristã demonstrava um ser humano que, como os demais, sofria e merecia compaixão.

Nessa tentativa de dimensionar o cruel sistema escravocrata, que não permitia ao cativo questionar o próprio sofrimento, uma vez que ele não era visto como ser humano, Harriet, a despeito da relevância de sua obra, sofreu muitas críticas em virtude de sua atuação incomodar grande parte machista e escravista da sociedade norte-americana.

3.3 ÚRSULA

Maria Firmina dos Reis foi a primeira escritora negra de que se tem notícia na literatura brasileira. O pioneirismo e a denúncia das opressões sofridas por negros e mulheres no século XIX fizeram de Firmina personalidade histórica. Ana Maria Hadad Batista, no artigo “Úrsula e outras obras: dos ressoares de vozes resistentes”, integrando a edição que compila a obra de Maria Firmina no ano de seu centenário, afirma:

Nessa perspectiva, olhamos para a extraordinária coletânea de Úrsula e outras obras, obra composta por um romance, dois contos e um livro de poemas. Sua autora, Maria Firmina dos Reis, mulher desconhecida em sua época, negra, bastarda e nordestina, emerge do quase anonimato feminino do século XIX para ser reconhecida hoje como a primeira romancista brasileira. Marguerite Yourcenar afirma que ‘Há almas que nos fazem acreditar que a alma existe. Nem sempre são as mais geniais, porque as mais geniais são as que souberam melhor se exprimir. São às vezes almas balbuciantes, quase sempre silenciosas’.¹ Esse é, justamente, o caso de Maria Firmina dos Reis. A sua obra exprime, em diversos sentidos, uma alma boa, sensível, profundamente afetada pelas dores da escravidão e, em especial, pela condição feminina nesse período infame no Brasil. A escritora destaca a história das mulheres que, perversamente sujeitadas a pessoas sem caráter e sem a mínima piedade e compaixão, enfrentaram situações aterrorizantes e desumanas.

Antes mesmo da publicação de *Navio negreiro*, de Castro Alves, declamado pela primeira vez em 1868, Firmina já havia descrito, em *Úrsula*, 1859, a crueldade do tráfico negreiro e o sofrimento encontrado nos porões dos navios mercantes que traziam os cativos africanos para as terras brasileiras:

Meteram-me a mim e a mais trezentos companheiros de infortúnio e de cativo no estreito e infecto porão de um navio. Trinta dias de cruéis tormentos, e de falta absoluta de tudo quanto é mais necessário à vida passamos nessa sepultura até que abordamos às praias brasileiras. Para caber a mercadoria humana no porão fomos amarrados em pé e para que não houvesse receio de revolta, acorrentados como os animais ferozes das nossas matas, que se levam para recreio dos potentados da Europa. Davam-nos a água imunda, podre e dada com mesquinhez, a comida má e ainda mais porca: vimos morrer ao nosso lado muitos companheiros à falta de ar, de alimento e de água. É horrível lembrar que criaturas humanas tratem a seus semelhantes assim e que não lhes doa a consciência de levá-los à sepultura asfixiados e famintos! (REIS, 2018, p. 71).

Num inédito exercício de posicionamento crítico diante da escravidão, juntando-se ao coro dos que clamavam pela abolição da escravatura, Maria Firmina, mais do que colocar-se como abolicionista, dá voz aos escravos, como a personagem Susana, que passou pelos mais cruéis martírios junto aos seus, além de viver a dor da separação familiar, já que fora brutalmente arrancada de seu lar.

O romance inicia-se com a história do jovem Tancredo que, após passar seis anos estudando Direito em São Paulo, volta para a província e apaixona-se pela prima Adelaide. Uma oferta de emprego para uma cidade distante faz com que ele se ausente por mais um ano, porém, em virtude da morte da mãe nesse período, ele retorna ao lar. O retorno reserva uma surpresa: seu pai se casara com Adelaide. Abatido, Tancredo sai de casa a cavalo e em seguida sofre um acidente. É socorrido por Túlio, escravo de uma fazenda falida no nordeste do Maranhão, cujas donas eram a jovem Úrsula e a mãe, doente e dependente dos cuidados da única filha. Túlio torna-se amigo de Tancredo, e este se apaixona pela jovem. Por razões de negócios, Tancredo precisa afastar-se após sua recuperação. Garantindo seu retorno no prazo de quinze dias, deixou a mãe de Úrsula tranquila quanto às suas intenções.

No entanto, durante sua ausência, o comendador Fernando P. – tio de Úrsula – reaparece, declarando-se arrependido por todo o mal que fizera contra sua irmã e seu cunhado, já falecido, alegando pretensão de reparar seu erro, casando-se com Úrsula e tornando-a sua herdeira. Após esse reencontro, a mãe de Úrsula morre, deixando a jovem em situação desesperadora. A escrava Susana relata os acontecimentos a Tancredo e o envia ao

encontro de Úrsula, que estava no cemitério, visitando o túmulo da mãe. Acompanhado de Túlio, Tancredo parte para o cemitério e encontra a jovem desacordada ao lado do túmulo da mãe. Inicialmente com a intenção de protegê-la de seu tio e para que pudessem casar com segurança, os dois jovens levam-na para um convento.

Furioso por descobrir que Úrsula saíra para visitar o túmulo da mãe, o comendador Fernando P., além de acusar Susana de ser cúmplice da fuga da jovem e ordenar que a velha escrava fosse levada até sua fazenda e torturada até a morte, ordena que seus empregados procurem Úrsula, Tancredo e Túlio. Este acaba capturado e, ao recusar-se a revelar o paradeiro de seu amigo e de Úrsula, termina preso, mas consegue escapar da prisão, enganando o carcereiro, um velho escravo amargurado e alcoólatra. Na tentativa de avisar Úrsula e Tancredo do plano de emboscada planejado pelo comendador, Túlio termina assassinado. Tancredo, mesmo cercado pelos capangas do comendador, consegue dar um tiro no vilão, mas é morto a punhaladas por ele, que ignora os apelos da jovem noiva: “Luta desesperada travou-se entre ambos. Os asseclas do comendador agarraram Tancredo pelas costas, e o covarde comendador embebeu-lhe no peito o punhal que trazia na mão” (REIS, 2004, p. 215). Poucos dias depois, Úrsula fica louca e morre. Fernando, que desejava desposar a própria sobrinha, termina seus dias em um convento, onde, após sua morte, foi chamado de Frei Luís de Santa Úrsula, “o louco”.

Com seu enredo de perseguição e tragédias amorosas, *Úrsula* revela, para além do drama familiar, os malefícios da escravidão. Assim como ocorre em *A Cabana do Pai Tomás*, a sociedade representada no romance *Úrsula* é igualmente fragmentada e degradada. Essa fragmentação e degradação decorrem de preconceitos arraigados na sociedade patriarcal e escravocrata. Símbolos dos cárceres físicos e mentais, as senzalas apontam para os conflitos do século XIX gerados pela relação entre negros e brancos, numa complexa relação entre dominante e dominado, senhor e escravo, interferindo diretamente na sociedade.

Úrsula consegue unir na figura do vilão Fernando P. dois exemplos de alvos que a sociedade do século XIX, moldada por uma identidade cultural escravista e patriarcal, dominava e limitava: negros e mulheres. Diante disso, Maria Firmina dos Reis – mulher, negra e educada sob os moldes da sociedade patriarcal – questiona, a partir da obra literária, a despeito das limitações do período, o etnocentrismo escravocrata e o patriarcalismo excludente, problematizando os lugares sociais da mulher e do negro. Por fim, embora coadjuvante do romance, a escravidão, além de trazer à tona elementos históricos, sociais e até mesmo psíquicos, é abordada sob a inédita ótica feminina.

3.3.1 A IMPORTÂNCIA DOS PERSONAGENS DE *ÚRSULA*

Conforme citado por Eduardo de Assis Duarte, no artigo “Literatura afro-brasileira: um conceito em construção”, o romance *Úrsula*, de posicionamento antiescravagista, é fundador da literatura afro-brasileira, ao lado de *Primeiras trovas burlescas de Getulino*, do poeta Luís Gama, ambos publicados em 1859. A obra de Maria Firmina dos Reis permaneceu no esquecimento por muito tempo, segundo Muzart (2000), em virtude de ter sido editada na periferia, longe da Corte, além de ter sido escrita por uma mulher negra.

Além de ser mulher, intelectual e negra, Maria Firmina dos Reis não pertencia a nenhum grupo metropolitano. Segundo Zélia M. Bora (2006), ela criou uma visão diferenciada frente aos demais discursos, tais como os que dizem respeito a questões importantes sobre o sujeito afrodescendente no Brasil. Em seu ineditismo e narrado sob o olhar e perspectiva do sujeito oprimido, o romance fala por todos os afetados pela organização escravocrata e patriarcal, levando o leitor a visitar o lugar de opressão e sofrimento do cativo, num exercício de compadecimento, compaixão e humanização: “Ele, no entanto resignava-se; e se uma lágrima a desesperação lhe arrancava, escondia-a no fundo da sua miséria. Assim é que o triste escravo arrasta a vida de desgostos e de martírios, sem esperança e sem gozos!” (REIS, 2004, p. 22).

Sendo local de voz dos antepassados, dos negros oprimidos, a escrita firminiana abre espaço para que personagens secundários falem e retratem por sua própria visão a questão da escravidão e suas concepções de liberdade, da verdadeira liberdade. Memórias e temas ignorados pela elite são trazidos à tona por personagens, como Susana, que ganha um capítulo dedicado às suas reflexões e lembranças de um tempo de liberdade:

Ainda não tinha vencido cem braças de caminho, quando um assobio, que repercutiu nas matas, me veio orientar acerca do perigo iminente, que aí me aguardava. E logo dois homens apareceram, e amarraram-me com cordas. Era uma prisioneira – era uma escrava! Foi em balde que supliquei em nome da minha filha, que me restituíssem a liberdade: os bárbaros sorriam-se de minhas lágrimas, e olhavam-me sem compaixão [...]. Meteram-me a mim e a mais trezentos companheiros de infortúnio e de cativo no estreito e infecto porão de um navio. Trinta dias de cruéis tormentos, e de falta absoluta de tudo quanto é necessário à vida passamos nessa sepultura até que abordamos as praias brasileiras. Para caber a mercadoria humana no porão fomos amarrados em pé para que não houvesse receio de revolta, acorrentados como animais ferozes das nossas matas que se levam para recreio dos potentados da Europa (REIS, 2004, p. 116-7).

Os horrores da escravidão tornaram-se traumas, feridas abertas pelo resto da vida, e a sensibilidade ao sofrimento dos negros humaniza, evidenciando que, perante Deus, não existem diferenças entre eles e os brancos:

Davam-nos a água imunda, podre e dada com mesquinhez, a comida má e ainda mais porca: vimos morrer ao nosso lado muitos companheiros à falta de ar, de alimento e de água. É horrível lembrar que criaturas humanas tratem a seus semelhantes assim e que não lhes doa a consciência de levá-los à sepultura asfixiados e famintos! Muitos não deixavam chegar esse último extremo – davam-se à morte. Nos últimos dias não houve mais alimento. Os mais insofridos entraram a vozerar. Grande Deus! Da escotilha lançaram sobre nós água e breu fervendo, que escaldou-nos e veio dar morte aos cabeças do motim. A dor da perda da pátria, dos entes caros, da liberdade foram sufocadas nessa viagem pelo horror constante de tamanhas atrocidades (REIS, 2004, p. 117).

Refletindo sobre as condições de igualdade dos homens perante Deus e reconhecendo-os como semelhantes e merecedores da liberdade, a anciã Susana, como memória viva, é como a própria África, que tem de seu seio os filhos arrancados e sofre ao vê-los padecer. O diálogo entre ela e Túlio demonstra um encontro de gerações que guardam um único desejo, o da liberdade, embora sejam distintos os olhares a respeito do que ela possa ser:

– Túlio, – continuou – não sabes quanto sofro quando recordo-me de que nossa querida menina vai tão breve ficar só no mundo! Só, Túlio! Quem a acompanhará? quem poderá consolá-la! Eu? Não. Pouco poderei demorar-me neste mundo. Meu filho, acho bom que não te vás. Que te adianta trocares um cativo por outro! E sabes tu se ao o encontrarás melhor? (...) – Oh! Quanto a isso não, mãe Susana – tornou Túlio – (...). Não troco cativo por cativo, oh, não! troco escravidão por liberdade, por ampla liberdade! (...) – Tu! Tu livre? ah não me iludas! – exclamou a velha africana abrindo uns grandes olhos. Meu filho, tu és já livre?... (REIS, 2004, pp. 113 - 114).

Tendo vivido a liberdade em sua terra natal, Susana fala com sabedoria. Túlio, o escravo recém-alforriado, que concebe a liberdade como um direito de poder partir e igualar seu corpo à mente livre que sempre tivera, vê a escravidão como cárcere apenas do corpo:

– [...] Porque ao africano seu semelhante disse: – és meu! – ele curvou a fronte, e humilde, e rastejando qual erva, que se calcou aos pés, o vai seguindo? Porque o que é senhor, o que é livre, tem segura em suas mãos ambas a cadeia, que lhe oprime os pulsos. Cadeia infame e rigorosa, a que chamam: – escravidão?!... E entretanto este também era livre, livre como um pássaro, como o ar; porque no seu país não se é escravo. Ele escuta a nênia plangente de seu pai, escuta a canção sentida

que cai dos lábios de sua mãe, e sente como eles, que é livre. Oh! a mente! Isso sim ninguém a pode escravizar! Nas asas do pensamento o homem remonta-se aos ardentes sertões da África, vê os areais sem fim da pátria e procura abrigar-se debaixo daquelas árvores sombrias do oásis, quando o sol requeima e o vento sopra quente e abrasador: [...]. Desperta, porém, em breve dessa doce ilusão, ou antes sonho em que engolfara, e a realidade opressora lhe aparece – é escravo em terra estranha! [...] foge a doce ilusão de um momento, como ilha movediça; porque a alma está encerrada nas prisões do corpo! (REIS, 2004, pp. 38-9).

A reflexão de Túlio sobre os cativos físico e mental demonstra que sua imagem foi concebida como indivíduo humanizado que ele é e, como tal, com subjetividade, sentimento e pensamento. O jovem escravo tem seu espírito moldado pela bondade e pelos bons valores cristãos:

Reunindo todas as suas forças, o jovem escravo arrancou de sobre o pé ulcerado do desconhecido o cavalo morto, e deixando-o por um momento, correu à fonte para onde uma hora antes se dirigia, encheu o cântaro, e com extrema velocidade voltou para junto do enfermo, que com desvelado interesse procurou reanimar. Banhou - lhe a fronte com água fresca, depois de ter com piedosa bondade colocado - lhe a cabeça sobre seus joelhos. Só Deus testemunhava aquela cena tocante e admirável, tão cheia de unção e de caridoso desvelo! E ele continuava a sua obra de piedade, esperando ansioso a ressurreição do desconhecido, que tanto o interessava (REIS, 2004, p. 23).

Ao compadecer-se da dor de um estranho, Túlio demonstra a bondade natural de seu espírito. O jovem cativo é a afirmação de que nem os piores martírios trazidos pela escravidão poderiam corrompê-lo, fazendo-o parâmetro moral, portador das virtudes cristãs. As únicas testemunhas do ato de Túlio são o jovem enfermo e Deus, demonstrando que o cuidado ao próximo, e mais que isso, sua humanidade, era inerente ao seu espírito e índole.

No romance encontramos outra personagem negra que representa a dimensão entre raça e cultura: o Pai Antero. Responsável por cuidar para que Túlio não fugisse, o velho escravo era alcóolatra e via em seu vício uma saída para a condição de escravidão em que vivia. Fazendo do álcool seu refúgio, ele rememora seus costumes:

Pois ouça-me, conselheiro: na minha terra há um dia em cada semana, que se dedica à festa do fetiche, e nesse dia, como não se trabalha, a gente diverte-se, brinca, bebe. Oh! Lá então é vinho de palmeira mil vezes melhor que cachaça, e ainda que tiquira (REIS, 2004, p. 122).

Ao encontrar Pai Antero e ao conviver com mãe Susana, as experiências de Túlio revelam o contraste das formas de sobrevivência em meio escravo. Antero suportou as

mazelas da escravidão embebedando-se, porque somente assim poderia fugir da realidade e voltar, mesmo que em alucinação, para a sua terra. A anciã Susana dedicou-se a cuidar de suas senhoras e do pequeno Túlio, a quem recebeu como um filho, por quem padeceu, dando a vida pelos seus:

– Susana! Hás de pagar-me! – bradou fora de si – Não zombarás de mim impunemente. Ao inferno descerás, negra maldita, e todo o meu rigor não bastará para a tua punição. Foi de balde que tentaste iludir-me! O coração bem me dizia que a não acharia aqui!... (REIS, 2004, p. 184).

– Vedes? – lhe disse apontando com o dedo na direção do poente – É ela, – é Susana! O comendador levantou maquinalmente a cabeça e olhou. Em uma rede velha levavam dois pretos um cadáver envolto em grosseira e exígua mortalha; iam-no sepultar! Então Fernando P... estremeceu; porque aos ouvidos ecoou-lhe uma voz tremenda e horrível que o gelou de medo. Era o remorso pungente e agudo, que sem tréguas nem pausa acicalava o seu coração fibra por fibra. Escondeu o rosto, espavorido, e meneando a cabeça disse: – Não! Não fui eu! – Fostes! – tornou-lhe o padre com o acento de que vai julgar – A infeliz sucumbiu à força de horríveis tratos. Martirizastes a pobre velha, inocente, e que não teve parte na desapareção de Úrsula! (REIS, 2004, pp. 224-5).

As personagens firminianas são compostas de fraternidade e compaixão. Assim como Susana, Túlio deu a vida por aqueles que amava. Compadecer-se do outro é a mais concreta prova de que o cativo era um ser humano. Olhar aqueles que estão abaixo em nível hierárquico é honroso, mas olhar com compaixão para os que estão acima é, na escrita firminiana, fraternidade.

A autora ocupa um espaço público, o espaço da escrita, o que, em geral, não era permitido às mulheres, e o usa como atuação política, questionando a legitimidade da escravidão e os valores da sociedade patriarcal. Na voz das personagens da obra de Maria Firmina dos Reis estão os relatos sobre a escravidão sob o ponto de vista dos escravos, os quais trazem suas memórias da terra natal e da travessia até chegar ao Brasil, bem como da violência a que eram submetidos. Susana, Túlio e Antero representam a voz dos seus irmãos escravizados e anseiam pela liberdade de corpo e mente, não a liberdade questionável sociedade patriarcal vigente, que limitava as mulheres. Só o cativo sabe o valor da verdadeira liberdade.

4 A PERSPECTIVA DA SOLIDARIEDADE NA OBRA LITERÁRIA

Antes de refletir sobre a solidariedade na obra literária, é importante pensar no sentido denotativo do termo solidariedade. De acordo com o dicionário Michaelis online:

Trata-se da ação de quem é solidário, de quem está disposto a ajudar, acompanhar ou defender o outro em quaisquer circunstâncias; compadecimento com as dificuldades ou sofrimentos alheios e com a pobreza; assistência moral; identificação com a miséria alheia; predisposição à partilha de interesses e opiniões, bem como ao propósito de ajudar, amparar e apoiar. (MICHAELIS, 2022, s/p)

Dadas essas definições, a solidariedade pode ser compreendida como a junção de todos os aspectos citados e, para além disso, como ressignificação de ações que envolvem olhares sensíveis à dor do outro. Essa sensibilidade à dor alheia, no contexto literário, consolida uma representação que busca sensibilizar o leitor.

Para além, pode-se dizer que o entendimento sobre a concepção e representação da solidariedade na obra literária passa por trajetos históricos, obras e conceitos que fundamentam o sentido de ser solidário, especialmente, nas obras literárias do século XIX. Nesta sessão, discutir-se-á como se deu a concepção de solidariedade nas obras de Maria Firmina dos Reis e Harriet B. Stowe, e como por meio dela paradigmas de uma instituição como a escravidão puderam ser questionados.

4.1 O EXISTENCIALISMO DE KIERKEGAARD E O ROMANCE ABOLICIONISTA

Refletir sobre a solidariedade na obra literária, principalmente no século XIX, requer um exercício de análise e reposicionamento de teorias e sujeitos. Como visto ao longo desta pesquisa, a obra literária pode ser dividida em títulos que, de certa forma, tratam de pontos de vista semelhantes. No caso do século XIX, quando a maioria das obras versava sobre a escravidão como algo inerente à existência do indivíduo negro, destacam-se dois títulos justamente por seguirem o caminho inverso: *A Cabana do Pai Tomás*, de Harriet B. Stowe, e *Úrsula*, de Maria Firmina dos Reis. Ambos representam a concepção Kierkegaardiana por meio de conceitos cristãos, como a solidariedade, que ressignificaram o lugar do cativo e sua concepção como indivíduo.

O filósofo Soren Kierkegaard (1818-1855) defendeu o conceito de existencialismo como algo próprio da forma de pensar e viver do homem. Entre outros aspectos, destacam-se

temas como a discussão sobre a vida terrena, os sentimentos e a existência do homem, que estão diretamente ligados à ideia da subjetividade, sendo esta uma espécie de elo indispensável para o existir do homem. Kierkegaard entende que o homem só pode existir em sua subjetividade, por meio da qual – somente por meio dela – pode constituir-se como verdadeiro indivíduo. Dessa forma, o existencialismo surge como uma reflexão a respeito do pouco espaço destinado ao indivíduo concreto, ou seja, da indefinição sobre sua própria existência.

Considerado o “Pai da filosofia Existencialista”, Kierkegaard pensa no homem como um ser existente, capaz de refletir sobre suas atitudes e, justamente por isso, seu pensamento baseia-se na existência do homem desde o seu interior, isto é, desde sua concretização e formação como indivíduo. Para Kierkegaard, assim como para Sócrates, o conhecimento é irrelevante se direcionado apenas ao mundo externo, sem o conhecimento de si mesmo como sujeito.

Segundo Kierkegaard, a existência do homem coloca-o diante de alternativas que o obrigam a fazer escolhas:

A vida do homem é existência, é relação com o mundo e com os outros; é preocupação com sua sobrevivência, é antecipação e projeto, desenvolvimento de um programa que está se escrevendo, saída fora de si da vida, é essa continuidade contrariada por discontinuidades, as das escolhas que é preciso efetuar o tempo todo (LE BLANC, 2003, p. 48).

O pensamento kierkegardiano reforça que toda existência não é um simples existir, e sim uma forma ou estágio específico de existência. Para ele “o existir” do homem configura-se como possibilidade indeterminada, positiva ou negativa, mas ativa. Atrelado a essas concepções, o existencialismo cristão de Kierkegaard ocupa-se em discutir a vida terrena e questões como sentimento e subjetividade, que a todo instante a cercam.

Dessa forma cabe uma reflexão sobre o papel do existencialismo cristão, de Kierkegaard, nas obras *A Cabana do Pai Tomás*, de Harriet B. Stowe, e *Úrsula*, de Maria Firmina dos Reis, principalmente nos aspectos que envolvem a defesa da abolição da escravatura, associada à imagen de cativos constituídos como indivíduos dotados de subjetividade.

A essência, que identifica o fundamental na natureza de algo ou alguém, definindo sua existência e distinguindo um objeto do outro, é parte fundamental do pensamento Kierkegardiano. Entretanto, para que o homem possa alcançar sua essência, é necessário estabelecer uma ligação entre as ideias de liberdade e possibilidade que estão relacionadas

com a existência humana. Dessa relação é possível esboçar o percurso a ser seguido pelas autoras Harriet B. Stowe e Maria Firmina dos Reis e depois pelo próprio leitor.

A liberdade de escolha, pressuposto fundamental para o exercício da liberdade, é algo inexistente na formação e no pensamento do sistema escravocrata. Descobrir esse lugar, especialmente no século XIX, foi uma tarefa árdua que coube às autoras e aos respectivos romances. A partir do momento em que a obra literária ressignifica o lugar do negro, retirando-o da objetificação e tornando-o, de certa forma, autônomo e capaz de expressar seus próprios sentimentos e fazer ouvir sua voz, pode-se dizer que houve um exercício inédito de evidência da subjetividade do cativo. O negro passa a figurar em um lugar que até então fora-lhe negado, não só pela sociedade patriarcal e escravocrata, mas também pelos autores do período. Pensar, refletir e questionar são ações naturais do homem, porém, quando são praticadas pelo escravo, transformam-se em transgressões. O pensar do cativo leva-o ao estado anterior à própria existência, levando-o finalmente a conscientizar-se de seu lugar como indivíduo concreto. E uma vez existindo, aquilo que era simples pensamento, sonho vago de liberdade, passa a ser possibilidade, formando um elo, uma ponte para o concreto.

O romance *Úrsula*, de Maria Firmina dos Reis, ao trazer os cativos ocupando a posição de indivíduos, promove a inversão dos padrões morais e chama a atenção para a posição ocupada pelo escravo na narrativa. Esse lugar demonstra que, para além dos sentimentos, os cativos têm coração e sentem compaixão mesmo por aqueles que fazem parte de um sistema que os ignora. Ao encontrar Tancredo, Túlio, o jovem cativo, age com compaixão:

– Senhor! – balbuciou o negro – vosso estado... Eu – continuou com acabrunhamento, que a escravidão gerava – suposto nenhum serviço vos possa prestar, todavia quisera poder ser-vos útil! Perdoai-me!

– Eu? – atalhou o cavaleiro com efusão de reconhecimento – eu perdoar-te! Pudera todos os corações assemelharem-se ao teu.

[...]

Entretanto o pobre negro, fiel ao humilde hábito do escravo, com os braços cruzados sobre o peito, descaía agora a vista para a terra, aguardando tímido uma nova interrogação (REIS, 1988, p. 26).

Túlio sente-se “acabrunhado” porque a instituição escravista o fizera acreditar que seu lugar não existia, apagando-o como ser humano, levando-o a abdicar de sua existência. Em meio às contradições vividas pelo indivíduo cativo, entende-se que Túlio age por sua própria escolha e conforme seu coração ordena. O escravo firminiano tem consciência de sua condição, internalizando os lugares sociais distribuídos pela sociedade patriarcal, porém, ao

dispor-se a ajudar o jovem enfermo, Túlio faz uma escolha, uma reflexão, revelando sua condição de subjetividade e compaixão. Embora o corpo escravo tenha padecido crueldades e maus tratos, a mente permaneceu intacta, adormecida e, paradoxalmente, livre.

A ideia de que os escravos compartilhavam sentimentos diversos, como qualquer outro indivíduo, aparece também em Harriet B. Stowe, quando a descrição de Tomás (caracterizado como indivíduo de forma particular) foge ao estereótipo dos cativos do século XIX:

A essa mesa estava sentado o pai Tomás, o melhor trabalhador do Senhor Shelby. Como Tom é o herói da nossa história, devemos descrevê-lo aos nossos leitores. Era um homem forte e bem constituído, com o peito largo, membros fortes e rosto de ébano luzidio; um rosto de traços nitidamente africanos, caracterizado por uma expressão de bom senso grave e firme, aliado a uma grande ternura e bondade. Havia em todo o seu aspecto uma dignidade e um respeito por si próprio, unidos a uma simplicidade humilde e confiante (STOWE, p. 22).

O leitor de Stowe depara-se com um Tomás que, num processo de ressignificação, toma o papel central da narrativa, é o herói. O indivíduo cativo descrito conforme suas características físicas e psicológicas inverte a lógica escravista. A trajetória de Tomás, tomado de angústia, dor e desespero, faz dele um indivíduo concreto, existente. O existencialismo de Kierkegaard relaciona o viver ao fazer, às paixões e à vivência das emoções experimentadas. O indivíduo: eis a categoria pela qual devem passar, sob o ponto de vista religioso, a época, a história, a humanidade (PV, p. 109). Nesse sentido, Tom é um indivíduo concreto.

A partir do momento em que Tomás é separado de sua família e vendido como escravo, o leitor é induzido a compreender quão prejudicial é a escravidão. Embora a instituição escravagista idealizasse a realidade, apagando, obscurecendo qualquer traço de singularidade do indivíduo negro, Tomás surge no lugar socialmente a ele destinado, porém com traços psicológicos que demonstram sua subjetividade: ele é um indivíduo como qualquer outro e, ainda assim, diferente de todos. O percurso do velho cativo pode ser comparado a um encontro de dor, angústia e desespero que tem consolo somente na resignação cristã que ele carrega consigo. No momento em que Tomás morre, a narrativa chega ao clímax da tensão, repleta de elementos que provocam indignação no leitor, que assimila o evento como grande injustiça.

Já em *Úrsula*, de Maria Firmina dos Reis, é apresentada a representação do cativo jovem, nascido em meio escravista, mas apanhado pela bondade da velha escrava Susana e de

sua enferma senhora. Tal personagem é Túlio, que demonstra mente livre para questionar e escolher, dispondo-se a passar pelas experiências da vida e pensando autonomamente:

Reunindo todas as suas forças, o jovem escravo arrancou de sobre o pé ulcerado do desconhecido o cavalo morto, e deixando-o por um momento, correu à fonte para onde uma hora antes se dirigia, encheu o cântaro, e com extrema velocidade voltou para junto do enfermo, que com desvelado interesse procurou reanimar. Banhou-lhe a fronte com água fresca, depois de ter com piedosa bondade colocado-lhe a cabeça sobre seus joelhos. Só Deus testemunhava aquela cena tocante e admirável, tão cheia de unção e de caridoso desvelo! E ele continuava a sua obra de piedade, esperando ansioso a ressurreição do desconhecido, que tanto o interessava (REIS, 2004, p. 23).

Cada experiência vivida é singular: no caso de Túlio, a ação espontânea de oferecer ajuda a Tancredo vem acompanhada da ansiedade por ver o jovem moço branco retomar a consciência. A única preocupação do jovem cativo era a recuperação de Tancredo, sem exigir nada em troca, configurando pura manifestação de solidariedade presente em um espírito que não fora corroído pela dureza do sistema escravagista. Diante de qualquer tentativa de animalização do escravo, Túlio surge como ser humano de “essência boa” e alma.

O jovem escravo Túlio e o velho Tomás demonstram que, por mais que o sistema escravocrata tente idealizar uma realidade que exclua o negro da categoria de ser humano, isso não pode ser feito. A existência do indivíduo precede qualquer pensamento; sendo assim, o sistema, que acreditava ser constituído de razão, não pode apagar a existência do cativo enquanto sujeito. Apesar das imposições da instituição escravocrata, Firmina e Stowe entendem que o indivíduo, uma vez concreto, não deve ser sacrificado e, apelando para a fé cristã, questionam: se Deus fez todos da mesma forma, por que haveria então prevalência de um homem sobre o outro?

A escravidão institucionalizou-se como um sistema opressor criado pelo homem branco como forma de organizar a sociedade. De acordo com Kierkegaard, o relacionamento do homem consigo e com o outro é uma possibilidade em aberto, sendo suas percepções a base para a realização de qualquer julgamento. Conforme realiza esses julgamentos, o homem toma decisões que interferem diretamente na organização social. Pensar o indivíduo negro como ser anulado de qualquer traço de humanidade, de modo que a ele seja dado o lugar da servidão, é escolher por ele sem lhe dar sequer a possibilidade de outras opções. Apenas Deus, segundo a lógica do existencialismo cristão de Kierkegaard, pode reformular a realidade, e isso é reforçado tanto em *A Cabana do pai Tomás* quanto em *Úrsula*.

A escravidão tem como princípio a imposição de uma raça/classe sobre a outra. Dessa forma, entende-se a escravidão como um impedimento ao negro de conduzir sua própria vida, alienando-o enquanto indivíduo e fazendo-se perder de si mesmo. Em um movimento que reflete a existência inautêntica, embora o sistema imponha o lugar do cativo, quando o escravo reage expressando seus sentimentos, ocorre o resgate da subjetividade. Maria Firmina dos Reis e Harriet B. Stowe vão além do enfoque no indivíduo negro: em termos Kierkegardianos, evidencia-se uma existência autêntica que pode ser observada também na relação dos cativos com Deus.

O europeu estabelece a ordem escravocrata porque não se encontra inserido nela: ao afastar-se, não sabe ou ignora as noções de sofrimento e crueldade causadas pela escravidão, contrariando totalmente os preceitos divinos. Para Kierkegaard, não se pode compreender a realidade com uma visão externa, sendo necessário, para isso, nela estar inserido e vivê-la. Desta forma compreendemos que Maria Firmina, ao incluir o negro na esfera do humano, como sujeito agente de suas escolhas sentimentais, contesta a escravidão de forma muito específica, revelando um ponto de vista interno, por ser mulher e negra.

De um ponto de vista autoral, quando Firmina apresenta em *Úrsula* os relatos dos negros, é como se compartilhasse o próprio relato, ligando os personagens por uma linha ancestral, que retoma a constituição do escravo como indivíduo, humano e dotado de subjetividade. Os personagens não são ligados somente por sua condição, são também ligados por memórias e ensinamentos ancestrais que remetem ao verdadeiro sentido de liberdade. A solidariedade firminiana é um posicionamento inédito de alguém que vê no cativo seu semelhante e sofre com sua condição. A dor do cativo é sua própria dor: “Estas últimas palavras despertaram no coração da velha escrava uma recordação dolorosa; soltou um gemido magoado, curvou a fronte para a terra, e com ambas as mãos cobriu os olhos (REIS, 2004, p. 69)”.

Assim como Firmina faz em *Úrsula*, Harriet transmite aos seus personagens seus próprios valores, concepções e preceitos morais. A religiosidade dela se apresenta em Tomás, por exemplo, de forma contundente, seja pela Bíblia por ele carregada, seja por sua postura de fé inabalável, crendo sempre que a vontade Divina é maior que qualquer força contrária. No caso de Stowe, embora não haja inserção direta no meio escravocrata, o combate é feito diretamente com o texto.

Isso nos leva a entender que a existência torna o homem não só indivíduo, mas também fator de subjetividade. Dessa forma, a obra de Maria Firmina alinha-se ao pensamento de Kierkegaard como defensora de uma teoria existencialista que não pode ser

fixada ou delimitada por sistemas ou conceitos, uma vez que o subjetivo (ou a própria existência) é resultado de um devir que realoca o homem em constante lugar de expressão e liberdade. Por ser a escravidão um sistema opressor, ela é incompatível com a existência.

Conforme Kierkegaard, a incompatibilidade da escravidão com o cristianismo tem base na própria negativa do sistema em reconhecer todos os sujeitos como indivíduos, negando sua existência:

Meu principal pensamento era que, em nossa era, devido à grande ampliação do conhecimento, havíamos nos esquecido do que quer dizer existir, e também o que significa intimidade; o equívoco entre filosofia especulativa e cristianismo tem base. Agora resolvi voltar ao máximo possível, para não falar nada específico do modo cristão de existência... Se os homens se esqueceram do que significa existir religiosamente, também esqueceram, sem dúvida, do que significa existir como seres humanos; isso precisa ser dito. Mas, acima de tudo, não pode ser feito de modo dogmatizante, porque então a confusão instantaneamente se apropriaria desse esforço de esclarecimento e o transformaria em novo equívoco, como se existir consistisse em compreender algo sobre isso ou aquilo (KIERKEGAARD, 1992, p. 223).

Desse modo, a escravidão é fruto da desobediência dos homens em relação aos dogmas que a própria religiosidade pregava. Sendo assim, a escravidão precisa reorganizar a realidade com base no que classifica como digno e indigno, com padrões de gênero, classe, raça. Isso é organizado de modo a desconstruir a existência a partir da privação de liberdade: não podendo viver como um ser livre a fim de fazer escolhas próprias, o homem passa a não existir como indivíduo, já que o ato de fazer as escolhas é definidor e inerente ao humano pela perspectiva kierkegaardiana.

Outro aspecto evidenciado em Kierkegaard e que reafirma a categoria da existência é a capacidade do indivíduo de passar por diferentes estágios da vida de forma particular, entre eles a angústia. A presença da angústia ao longo da vida é algo inerente ao ser humano, motivo pelo qual personagens escravos que expressam seu temor, dor, angústia reafirmam-se como seres existentes. A angústia nada mais é que o resultado do paradoxo entre o existir de fato e as contradições que vêm junto com a existência. Assim, entende-se que, a partir do momento em que o escravo expressa suas angústias a partir de memórias dramáticas, ele passa então a existir: estar em estado de angústia é um movimento de subjetividade:

Estava atenuada de aflição, a dor era-lhe viva, assoberbava-lhe o coração.

– Ah! Pelo céu! – exclamou o jovem negro enternecido. – Sim, pelo céu, para que essas recordações!?

– Não matam, meu filho. Se matassem, há muito que morrerá, pois vivem comigo todas as horas.
Vou contar-te o meu cativo (REIS, 2004, p. 70).

No excerto anterior, extraído do romance *Úrsula*, a escrava Susana expõe sua dor, apesar de ocupar lugar de exclusão que a impede de exercer, a princípio, escolhas e tomar decisões sobre sua vida, resiste de forma subjetiva. Prova disso são as lembranças e sentimentos que traz em forma de memória de sua terra natal e de suas relações com familiares perdidos. A recusa de Firmina em aceitar as condições impostas pela escravidão questiona a ideia da não existência do negro enquanto sujeito. Os personagens negros de Maria Firmina, por meio de atos como o de lembrar, sentir, angustiar-se e até mesmo de desesperar-se, que parecem simples, demonstram um olhar solidário ao escravo considerado como igual ao branco e merecedor de liberdade, portanto.

Kierkegaard aborda a relação do paradoxo da fé em seu livro *Temor e tremor*, de 1979, no qual reflete sobre o sacrifício de Isaac, solicitado a Jacó por Deus, conforme relatado em episódio bíblico, no livro de Gênesis 22:

Depois dessas coisas, pôs Deus Abraão à prova e lhe disse: Abraão! Este lhe respondeu: Eis-me aqui! Acrescentou Deus: Toma teu filho, teu único filho, Isaac, a quem amas, e vai-te à terra de Moriá; oferece-o ali em holocausto, sobre um dos montes, que eu te mostrarei (KIERKEGAARD, 1979, p. 119).

O sacrifício de Isaac ultrapassa qualquer limite de compreensão, uma vez que o dever de Abraão como pai é proteger o filho. Já nesse ponto configura-se o primeiro dilema a ser resolvido: razão x fé. A partir do momento em que Abraão aceita o sacrifício do filho, por mais absurdo que seja, eleva-se ao mais alto padrão de religiosidade, colocando seu dever para com Deus acima do dever moral para com a comunidade e a razão. Ele finalmente realiza o que Kierkegaard chama de “salto para a fé”, em que o absurdo, o paradoxo, é aceito em nome da fé em Deus.

De forma simbólica, há que se relacionar Abraão aos personagens Tomás, Túlio e Susana a partir do momento em que escolhem o absurdo, o paradoxo da morte, ao invés de traírem a quem amavam. Ao contrário de Abraão, os personagens de Firmina e Stowe sacrificam a si mesmos em prol de sua crença. A religiosidade atravessa especialmente o personagem Tomás que, mesmo diante das maiores provações, deve manter-se resignado, confiante naquilo que, para ele, Deus lhe havia preparado, de forma que sua morte resulte na liberdade dos irmãos escravos.

Inseridos na realidade brasileira do século XIX, Susana e Túlio padecem por seus senhores como uma metáfora de alguém que dá sua vida por amor. Susana aceitou o açoite até a morte ao invés de entregar o paradeiro de sua senhora. Túlio morreu indo salvar a vida do amigo que outrora lhe concedera a liberdade, cumprindo, assim, seu dever para com ele. Doando-se ao sacrifício por um dever maior, Tomás, Túlio e Susana são uma metáfora do próprio Isaac, quase a ser imolado em sacrifício no monte Moriá, mas, muito mais ainda, de Jesus, este imolado em favor da salvação de outros pecadores, segundo a lógica cristã.

De forma íntima, Kierkegaard liga o indivíduo a Deus pela escolha, pela abdicação livre e voluntária de algo para doar-se a um propósito maior. O sacrifício feito em nome da fé é necessário para que, subjetivamente, o homem possa alcançar sua verdade. Essa verdade, nos romances de Firmina e Stowe, consiste em reconhecer a todos como filhos de um único deus, portanto irmãos e merecedores da liberdade, nem que para isso precisem padecer em nome dela.

Vale ressaltar que a liberdade, nos romances de Firmina e Stowe, não é alcançada pelos seus personagens. Eles são sacrificados para que seus irmãos possam gozar da liberdade, chegando ao ápice do que Kierkegaard chama de absurdo, a paixão, a fé pura. Para o filósofo, a religiosidade é o estágio religioso em que o indivíduo vê-se diante de uma escolha, um paradoxo. Fica evidente que, diante de determinadas situações, o homem pode apresentar dois tipos de religiosidade: a primeira, natural e racional, concentra sua origem na própria necessidade natural do indivíduo; a segunda é ligada à resignação diante dos paradoxos e absurdos a que o ser humano é exposto, sem qualquer garantia sobre os resultados das escolhas, que são feitas pela verdade subjetiva.

O fato de a Igreja católica não ter-se posicionado oficialmente a favor da abolição no Brasil faz da escrita de *Úrsula* um questionamento aos próprios valores cristãos, uma vez que eles são utilizados como preceitos de liberdades, seguindo as morais do cristianismo, as quais, por sua vez, eram ignoradas pela própria Igreja. Kierkegaard que, desde a infância foi criado sob os preceitos da fé cristã tradicional, acaba por questioná-la, justamente por não atender à realidade existencial do ser humano. Para ele, por exemplo, a Dinamarca não vivia a fé genuína em Cristo porque tinha caído na tentação de servir a Cristo e ao Estado ao mesmo tempo. Fato que também se apresentou no Brasil, porém a Igreja brasileira, por ser subordinada ao estado, atendia às suas diretrizes, contribuindo para a manutenção da escravidão e para a negação do indivíduo como um ser existente.

Kierkegaard critica a postura de alguns religiosos contemporâneos, que, segundo ele, entendiam que cristão seria todo aquele justificado por Cristo Jesus pela fé. Ao contrário, para

Kierkegaard no livro Pós-escrito às migalhas filosóficas(2013) , muitos religiosos estavam acomodados na certeza especulativa dos dogmas e na ideia equivocada de que eram cristãos porque haviam nascido na instituição cristã-luterana. No entanto, para Kierkegaard, a religião cristã não é dogma, tampouco instituição política de Estado. Para ele, o que faz um cristão verdadeiro é a experiência fundamental e singular do indivíduo com Cristo pela fé, o que acontece, portanto, no estágio que ele denomina religioso. Tendo o ser humano caminhado nas trilhas dos estágios estético e ético (político), ele só pode encontrar sentido existencial na sua relação com Deus no estágio religioso

Ainda em alinhamento com a teoria existencialista de Kierkegaard, fica estabelecido que somente Deus pode reformular a realidade, já que ele representa o absoluto: “o indivíduo: eis a categoria pela qual devem passar, sob o ponto de vista religioso, a época, a história, a humanidade” (PV. p. 109). Deus é o sujeito de todo devir da existência, único conhecedor da realidade por completo.

A existência dada por Deus é a conquista do próprio “eu” como uma afirmação de individualidade e subjetividade: “o homem é o espírito. Mas o que é o espírito? É o ‘eu’” (DH. p. 195). Enquanto Deus é o absoluto, a racionalidade humana age corroendo a existência, não permitindo que haja relação de completude entre o homem e Deus. A escravidão, como representação de um sistema humano racional, não pode conviver com a existência, na medida em que uma vai agir para abolir a outra, aniquilar sua particularidade, sua singularidade. A coesão humana, ao buscar aniquilar o indivíduo, vai segregá-lo definitivamente da existência. De acordo com Kierkegaard:

Certo pensador eleva a construção imensa um sistema, um sistema universal que abraça toda existência e história do mundo, etc. – mas, se alguém atentar na sua vida privada, descobre com pasmo este enorme ridículo: que ele próprio habita esse vasto palácio de elevadas abóbadas, mas um barracão lateral, uma pocilga, na melhor das hipóteses o cacifo porteiro! E zanga-se se alguém ousa uma palavra para lhe fazer notar essa contradição. Pois que lhe importa viver no erro, logo que construa o seu sistema...com a ajuda desse erro (KIERKEGAARD, 1979, p. 359).

Como todo sistema opressor, o sistema escravocrata impede que o ser humano tome consciência da sua singularidade, impedindo a realização das escolhas pessoais e a reflexão sobre questões existenciais. Contra essa visão, Maria Firmina dos Reis apresenta um escravo que, apesar de saber de sua condição, não permite que sua mente fique em cativeiro, estabelecendo um elemento de consciência do ser:

O que é senhor, o que é livre, tem segura em suas mãos ambas a cadeia, que lhe oprime os pulsos. Cadeia infame e rigorosa, a que chamam escravidão? E entretanto este também era livre, livre como o pássaro, como o ar; porque no seu país não se é escravo. Ele escuta a nênia plangente de seu pai, escuta a canção sentida que cai dos lábios de sua mãe, e sente como eles, que é livre; porque a razão lhe diz, e a alma o compreende. Oh, a mente! Isso sim ninguém a pode escravizar! Nas asas do pensamento o homem remonta-se aos ardentes sertões da África (REIS, 2004, p. 29).

O sistema não absorve as particularidades do indivíduo, uma vez que assumi-las implica reconhecer a existência de um “eu” com características próprias. A subjetividade faz com que o homem estabeleça uma relação entre a realidade e a ética, uma vez que, para fazer escolhas e cumprir as demandas da vida, é necessário conceber que esses itens não podem existir fora da realidade. Realizar escolhas é expressar-se como indivíduo: “a decisão só pode ser encontrada na subjetividade” (KIERKEGAARD, 1992, p. 32).

O processo de subjetividade movimenta o escravo do lugar de objeto ao lugar do sujeito. Assim, no romance *Úrsula*, em virtude da busca do sujeito/escravo por seu lugar no mundo, pode-se estabelecer relação entre o existencialismo kierkegaardiano e a subjetividade. Como reiterado anteriormente, Firmina, comprometida politicamente com a recuperação e com a narrativa da condição de ser negro em território escravocrata, parte da perspectiva interna, humanizando o negro e trazendo a visão bárbara do homem europeu. O questionamento e o movimento inovador, que fizeram de *Úrsula* o marco da literatura afro-brasileira, também contribuíram para o esquecimento do romance e, conseqüentemente, da autora, como afirma Eduardo de Assis Duarte:

Como era comum nessa época em que as mulheres viviam submetidas a inúmeras limitações e preconceitos, Maria Firmina dos Reis omite seu nome tanto na capa quanto na folha de rosto de *Úrsula*, ali consignando apenas o pseudônimo ‘uma maranhense’... Desta forma, a ausência do nome, aliada à indicação da autoria feminina e, ainda, a procedência da distante província nordestina, juntam-se conforme veremos, ao tratamento absolutamente inovador dado ao tema da escravidão no contexto do patriarcado brasileiro. O resultado é que uma espessa cortina de silêncio envolveu a autora ao longo de mais de um século. Sílvio Romero e José Veríssimo a ignoraram. E os demais expoentes da historiografia literária fazem o mesmo. À exceção de Sacramento Blake, nenhum deles a menciona. O romance está ausente das páginas de Antônio Cândido, Afrânio Coutinho, Lúcia Miguel Pereira, Nelson Werneck Sodré e Alfredo Bosi, entre outros (DUARTE, 2004, p. 254).

De acordo com especialistas, como Zahidé Lupinacci Muzart (2000), o fato de Maria Firmina ser mulher e negra influenciou diretamente para que seu romance não repercutisse ao

longo do tempo. Apesar disso, sua escrita e posicionamento não foram silenciados, mesmo diante das dificuldades, os valores defendidos em seu romance permaneceram e caminham ao longo do tempo. A solidariedade transcende o tempo, assim como a obra de Maria Firmina. Cabe ainda dizer que Stowe, ao contrário de Firmina, uma mulher branca, não passou pelo apagamento que Firmina sofreu com sua obra literária: *A cabana do Pai Tomás* conheceu sucesso absoluto e posterior à sua publicação, tendo recebido do presidente Lincoln o título de “a jovem que provocou a guerra civil”.

4.2 ABOLIÇÃO POR SOLIDARIEDADE

Como já vimos, é verdade que o negro aparece no Romantismo brasileiro como elemento estranho, situado à margem das temáticas tradicionais, que enxergavam no índio o principal elemento de nacionalidade, sendo assim representado na literatura. Enquanto as abordagens que surgiam apresentavam o negro a partir de visão estereotipada, Maria Firmina questiona o nacionalismo literário excludente, como afirma Charles Martin:

Se a literatura de José de Alencar e Gonçalves Dias tentava criar uma identidade nacional a partir do indianismo, excluindo ou ignorando o traço afrodescendente, este mesmo traço aparecerá em autores como Castro Alves, Joaquim Manoel de Macedo e Bernardo Guimarães. Entretanto, a abordagem de Maria Firmina é única, por dois motivos. Além de trazer uma desestabilização no nacionalismo literário desenhado até então, apresentando um ponto de vista diferente daquele que tentava explicar a nação (o indianista); afasta-se dos autores acima mencionados em que o traço afrodescendente aparece. Isso porque parte de um ponto de vista do escravo, como afirma Charles Martin no prefácio da terceira edição de *Úrsula*: ‘o negro não é apenas colocado na trama em pé de igualdade frente ao Cavaleiro. Mais que isto, ele é a base de comparação para que o leitor aprecie o valor do herói branco’ (MARTIN, 1988, p. 26-27).

De fato, o indianismo é a chave com que muitos escritores românticos vão tentar encontrar explicação para a identidade nacional em formação no Brasil.

Bárbara Simões ainda ressalta que a própria Maria Firmina dos Reis chegou a recorrer ao projeto nacionalista indianista ao publicar a novela indianista *Guapeava*, entre os números 14 e 17 do periódico local *Echos da Juventude*.

Guapeava não é apenas uma obra indianista. É uma novela com visão pessimista, com uma tese em si mesma: mundos irreconciliáveis habitam o mesmo território e querem compor uma nação. O final, trágico, atenta para o

fato de que a solidariedade tem seus limites diante do orgulho humano (SIMÕES, 2012, p.s/p).

Porém, a visão de Firmina, mesmo quando recorre ao indianismo enquanto chave de explicação para identidade brasileira, é profundamente pessimista, porque, enquanto em Alencar a morte de Iracema ao menos acontece depois da geração de um filho mestiço, em Firmina, o encontro é fatal e não gera frutos.

O encontro das diferenças pode levar à morte, e na escrita firminiana surge a questão existencial que envolve o negro, a escravidão e a abolição. Enquanto a literatura canônica apresentava a abolição sob o olhar de elite, Firmina toma o caminho da conscientização do indivíduo sobre seu lugar de ser no mundo, desenhando um movimento de liberdade do imaginário e do ideário negro, como evidencia as palavras de Túlio: “a mente, essa ninguém pode escravizar.”

O jovem escravo Túlio representa, na obra de Maria Firmina, os mais profundos e puros sentimentos. Quando ocorre o encontro entre ele e o filho de fazendeiro Tancredo, a primeira impressão é marcada pelo silêncio, já que o branco se encontra debilitado e em estado de mudez. Quando o moço branco, sob os cuidados do jovem escravo, recupera a fala, afirma: “Pudera todos os corações assemelhem-se ao teu” (REIS, 2004, p. 25). Configura-se aqui um olhar interno que se atenta à essência do indivíduo negro, enxergando-o e elevando-o à sua singularidade. De acordo com Barbara Simões, ocorre uma inversão de pontos de vista que reafirmam o posicionamento inédito de Firmina:

Ora, se por um lado, como afirma Assis Duarte, há uma inversão do ponto de vista, uma vez que é a partir dos sentimentos do escravo que os sentimentos do branco se definem, sendo o primeiro – e não o segundo – o ponto de comparação e paradigma de bons e nobres sentimentos, por outro, é o primeiro quem devolve a linguagem ao segundo. Se avançarmos um pouco na história, entendemos porque Tancredo é encontrado semimorto pelo escravo Túlio. Em *flashback*, aparece um episódio, narrado por Tancredo a Úrsula, que explica por que o mancebo havia perdido a motivação de sua vida a ponto de ter sido encontrado semimorto por Túlio (SIMÕES, 2012, s/p)

A mudez de Tancredo, diante dos infortúnios e da dor sofridos, cede lugar a uma linguagem de almas que se solidarizam:

As duas almas que ali se encontram são solidões que se solidarizam, encontrando uma na outra refúgio para suas existências. O refúgio,

entretanto, terá que ser buscado por um viés cristão, que crescerá no gesto solidário a ser descrito após o silêncio do encontro (SIMÕES, 2012, s/p.)

Túlio, ao socorrer Tancredo e conduzi-lo até Úrsula, devolve-lhe a vida. De acordo com Bárbara Simões “se em um primeiro momento a comunicação entre o branco e o escravo era impossível, tal comunicação se deu através de ‘almas que se falaram’” (SIMOES, 2012, s/p.). As almas se falaram porque são iguais, e a religiosidade católica dominante nesse momento é que fornece os argumentos para defender a tese de que os negros não poderiam ser escravizados por serem as almas iguais. A argumentação esta reafirmada na voz do próprio Tancredo:

Dia virá em que os homens reconheçam que são todos irmãos [...] amaldiçoo em teu nome ao primeiro homem que escravizou a seu semelhante [...] o branco desdenhou a generosidade do negro, e cuspiu sobre a pureza dos seus sentimentos! Sim, acerbo deve ser o seu sofrer, e eles não o compreendem!! Mas, Túlio, espera; porque Deus não desdenha aquele que ama seu próximo... e eu te auguro um melhor futuro (REIS, 2004, p. 28).

Apesar de herói improvável, negado, inferiorizado, colocado em lugar de submissão, Túlio dá ao leitor e à sociedade vigente a grande lição da caridade, do preceito cristão da solidariedade, tão grande e pura, que o leva à morte. Estabelecendo uma relação de comparação, em *A Cabana do Pai Tomás*, essa figura caridosa, bondosa e pura é representada pelo próprio Tomás, que, mesmo em condição de cativo e separado da família para saldar as dívidas de seu antigo senhor, mantém seu espírito intacto e dedica aos que o cercam o mesmo carinho e fidelidade que dedicou à sua família. Diferente de Túlio, Tomás resigna-se diante da escravidão e agarra-se à fé cristã, seu elo de esperança e força que o mantiveram vivo.

Outro fator importante e que representa desconstrução nos referidos romances é a presença de núcleos afetivos mesmo em contexto adverso. Como dito anteriormente, foi possível aos escravos fazer parte de uma história de amor e serem núcleos de amor. Mas como isso ocorre?

4.3 A FORMAÇÃO DOS NÚCLEOS AFETIVOS

No século XIX, o viajante francês Charles Ribeyrolles descreveu que jamais havia visto nos cubículos dos escravos sinais de esperança ou de recordações, da mesma forma que a família não fazia parte da vida dos escravos. De acordo com Robert Slenes, no livro *Na Senzala uma flor* (1999), até a década de 1970, os relatos dos viajantes haviam norteado a historiografia brasileira, a partir do entendimento de que a vida dos cativos era marcada pela promiscuidade, pelo desregramento e pela violência. A instabilidade das uniões e a promiscuidade, consideradas características da vida escrava, foram associadas à deficiência política dos escravos, ou seja, à sua nulidade como sujeitos históricos. Por essa abordagem, por definição, a escravidão havia destruído a possibilidade de família escrava.

Numa análise de contextos adversos, personagens escravas, como as dos romances *Úrsula* e *A Cabana do Pai Tomás*, demonstram a existência de núcleos familiares afetivos que sustentavam os fatores psicológicos e, mais que isso, traziam motivação, dando ao cativo valores sentimentais, reflexões existenciais do indivíduo. Maria Firmina demonstra a relação de afetividade entre os escravos Túlio e Susana, que é uma espécie de grande anciã, símbolo de ancestralidade africana e ocupa o lugar de mãe de Túlio. O amor do escravizado é puro, preocupado, cuidadoso:

E havia uma mulher escrava, negra como ele; mas boa, e compassiva, que lhe serviu de mãe enquanto lhe serviu essa idade lisonjeira e feliz, única na vida do homem que se grava no coração com caracteres de amor – única, cuja recordação nos apraz, e em que... (REIS, 2004, p. 67).

Para R. Slenes (1999), cujas pesquisas inserem-se em uma perspectiva de história sociológica thompsoniana (*History from Below*), a recuperação da visão do escravo sobre valores como casamento, moradia, acesso a espaços para o cultivo, entre outros temas, lança luzes sobre sua relação com a política de domínio do senhor. Ou seja, a formação de laços de parentesco e a preservação de heranças culturais africanas passam a ser entendidas como formas de *resistência* à política senhorial.

Dessa forma, entendemos que, mesmo diante da brusca separação vivida por Susana, que foi arrancada da família africana, ela ainda reconstrói laços afetivos em terras brasileiras, amando Túlio, cuidando e atribuindo a ele as feições de um filho, mas sem esquecer a família deixada na África. Quando Susana é castigada pelo vilão comendador Fernando P., por não dizer onde estava Úrsula, ela afronta a ordem escravista em nome do amor por Túlio e Úrsula.

A família escrava normalmente não deve ser considerada como elemento dentro de uma lógica escravista. Porém, segundo Robert Slenes (1999), as relações familiares existiam e resistiam dentro do sistema escravocrata brasileiro. A existência delas não enfraqueceu a resistência dos escravos diante de seus senhores; pelo contrário, os escravizados negros no Brasil foram fortalecidos pelos laços de solidariedade e pelas heranças africanas. Assim, pode-se depreender que a família escrava não ajudava a manter o escravismo por meio de suposta proteção, pacificação e organização dos cativos, mas constituía-se como fator de enfrentamento e manutenção da subjetividade .

Um exemplo da relação afetiva entre escravos é a formação de dois núcleos familiares bem consolidados em *A Cabana do Pai Tomás*, em que Harriet B. Stowe descreve duas famílias com organizações distintas, mas que coexistem em meio à escravidão: a família de Tom com filhos e esposa, descrita como um lar muito afetivo; a família de Eliza, que casa-se com George, escravo de outra propriedade, mas que têm o filho e uma forte relação, chegando ao ponto de fugirem em nome da liberdade e da manutenção da família unida.

A experiência do cativo portanto não apaga as lembranças da África nem os laços familiares destruídos pela escravidão. Assim como os viajantes, a sociedade patriarcal, além de não compreender os hábitos e as tradições africanas, não concebia os escravos como indivíduos capazes de formar laços afetivos ou de nutrir qualquer sentimento diferente da agressividade e da selvageria. Desta forma, ao representar a afetividade e a existência dos núcleos familiares constituídos por escravos, as autoras descontrolam a negação da existência desses núcleos, provando mais uma vez a ideia da constituição dos negros como indivíduos com reflexões, sentimentos e espírito.

De uma forma específica pode-se afirmar que o cultivo das relações familiares e memórias por parte dos escravizados constituíam a flor das senzalas. Slenes afirma que a existência da “flor” na senzala é algo que o viajante europeu jamais poderia ter visto. Isso ocorre porque os cubículos já eram representações das relações construídas e das memórias afetivas do povo africano. Apesar do trajeto doloroso, das separações, das angústias, como viveram os personagens de Firmina e Stowe, os laços resistem. As famílias africanas seguem sua formação e cultivam seus hábitos e costumes, contrapondo qualquer visão que os descaracterize como seres humanos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o processo de ressignificação e reflexão do indivíduo a partir dele mesmo, nada é esgotado por completo, a começar pela própria concepção a respeito de questões como individualidade e coletividade. Instituições históricas como a escravidão tentaram massivamente apagar a concepção do indivíduo negro como ser humano, conseqüentemente, sua história e sua relação com a memória e a afetividade. No século XIX, repleto de ideias que ratificavam o sistema escravagista, a literatura, nas vozes de Harriet B. Stowe e Maria Firmina dos Reis, posiciona-se crítica e contrariamente ao sistema patriarcal e escravagista dominante, revelando outra concepção de verdade.

Baseando-se na concepção de superioridade de determinada raça sobre outra, o sistema opressor, moldado e sustentado pela elite dominante, estabeleceu o cativo físico e mental. Nesse contexto, a literatura apresentava-se, de forma geral, como extensão dessa organização adversa à presença de negros e mulheres como indivíduos. Como pôde ser comprovado ao longo deste estudo, fundamentado em análises históricas e na literatura do século XIX, Harriet e Firmina, questionando a ordem opressiva e abordando os acontecimentos sob ponto de vista do oprimido, confrontam esse sistema escravocrata que insistia em reger a sociedade.

Sabe-se que a construção do negro como sujeito – indivíduo – não foi um processo rápido, mantendo-se atualmente em crescente evolução, mas que foi, sobretudo naquele momento, a forma mais efetiva de levar o leitor a refletir sobre a desumanidade do escravagismo. Afirmar a subjetividade do negro é convidar o leitor a compreender que sua constituição como sujeito, ou seja, indivíduo, é um movimento revolucionário e atuante contra qualquer concepção que o negue como ser humano.

As concepções defendidas por Maria Firmina refletem sua própria vivência e subjetividade, uma vez que era mulher e negra, sofrendo duas vezes as formas de opressão impostas no século XIX. Pensando nisso, as escritas posteriores ao redescobrimento de *Úrsula* focaram, majoritariamente, na análise de seu movimento de escrita. Há de se destacar que o romance *Firmina* (SIMÕES, 2019), por meio de dados recolhidos, consegue contextualizar a vida de Maria Firmina dos Reis a partir de sua própria subjetividade.

Não se trata aqui de desmerecer a literatura produzida no período pós-abolição, mas de cobrar a valorização de uma obra que, escrita em plena escravidão, chamou a atenção para o negro como indivíduo, ser humano, vítima, e não como algoz. Como anteriormente mencionado, a literatura abolicionista produzida pela elite, longe de abarcar a dimensão

humana do negro, criou representações e estereótipos que reafirmavam a noção de inferioridade pautada na raça, disseminando preconceitos em relação a hábitos e costumes.

Se, nos EUA, Harriet B. Stowe, ao escrever e publicar *A Cabana do Pai Tomás*, alcançou notáveis proporções, principalmente ao alimentar a luta contra o escravagismo, no Brasil, Firmina não obteve a mesma visibilidade. A escravidão, o racismo velado e o patriarcalismo dominantes trataram de apagar, calar a voz do indivíduo negro, relegando-o ao silêncio e ao esquecimento. A verdade é que, ao longo do século XIX, foram raros os Túlios, as Susanas, os Tomases, as Elisas e os Georges, representantes, na literatura, de seus incontáveis companheiros de cativo e martírio. Enquanto isso, não foram raras as condutas dos senhores de escravos cruéis presentes nos romances, tampouco seus governos homicidas de exploração e morte.

A obra literária de cunho antiescravista age como afirmação da incompatibilidade entre valores cristãos e escravidão, deixando exposta a hipocrisia de sociedades cujos pilares de fundação são, nos Estados Unidos, o protestantismo, e, no Brasil, o catolicismo, duas versões do cristianismo em que se inscreve a crença de que todos os humanos são filhos de um mesmo Deus-pai. Apesar de, no Brasil, a Igreja ter usufruído do sistema escravocrata e manter-se em posição de nulidade até seu fim, Firmina retoma valores verdadeiramente cristãos e questiona a própria ordem religiosa, que, como representante divina, não cumpria seu papel de estabelecer a liberdade entre os filhos de Deus. Em contrapartida, nos Estados Unidos, as reformas religiosas levaram os movimentos cristãos a buscar e pregar a emancipação do negro, o que influenciou diretamente a literatura de Harriet B. Stowe.

Em um movimento de convergência, as visões de Stowe e Firmina ressignificam o cristianismo a partir de seus valores de solidariedade e igualdade. Seus personagens representam seres subjetivos, pensantes e reflexivos sobre suas angústias, confirmando, portanto, o existencialismo cristão de Kierkegaard, que concebe o indivíduo como ser de essência, por isso, singular. Como todo sistema opressor, o escravocrata impede que o ser humano tome consciência de sua singularidade, impedindo a realização de escolhas pessoais e a reflexão sobre questões existenciais.

Túlio, como anteriormente citado, não troca cativo por cativo; escolhe a amizade, e esse é seu ato de resistência subjetiva ao apagamento que a escravidão pressupõe das ações humanas. Na verdade, ao decidir seguir com Tancredo, Túlio rebate o estereótipo propagado sobre o negro como ingrato e sem sentimentos, demonstrando um dos sentimentos mais nobres do ser humano: gratidão. A solidariedade de Túlio para com Tancredo é um gesto

puro, evidenciando que sua essência como ser humano leva-o a refletir e fazer escolhas, entre as quais a da amizade.

É verdade que a liberdade apresenta concepções diferentes: enquanto, no pensamento de Túlio, a liberdade implica poder escolher livremente seu destino, no de Susana, a liberdade passa pela memória e se encontra na África, de onde foi arrancada e onde ficou seu núcleo familiar, perto do qual é a única forma de sentir-se livre. Visão esta que também encontramos nos personagens de Tomás, George e Elisa: a liberdade vem de estar entre os seus, com seus núcleos afetivos, porém em direções opostas – enquanto Tomás vê sua liberdade no retorno a casa, George e Elisa veem sua liberdade na partida em busca de um novo lar. Enfim, a liberdade está estritamente ligada à concepção do indivíduo, à sua existência, aos seus valores como ser humano, valores estes negados pela sociedade patriarcal e escravocrata e afirmados nas obras literárias de Harriet B. Stowe e Maria Firmina dos Reis, desconstruindo a razão dominante.

Esta dissertação não se esgota em si mesma. Dado o momento de efervescência de assuntos culturais, não há ocasião mais propícia para as discussões nela tratadas, de forma que ela consiste em uma reabertura de olhares e um convite ao aprofundamento de questões que tratam da constituição e da construção do indivíduo negro nesses dois países cujas consequências da escravidão continuam se refletindo nos dias atuais.

Nesse ponto, vale retomar as concepções de Fanon, cuja obra demonstra que a luta contra a opressão no mundo colonial deve abranger a totalidade das condições em que se manifesta a opressão, considerando fatores psicológicos, contexto histórico-social bem como sistema político-econômico. Em outras palavras, uma revolução cultural deve ser também uma revolução social que transforme todas as estruturas do sistema político e econômico vigente. Nesse sentido, alinhada com a luta anticapitalista, a luta dos negros deve estar contra todas as formas de opressão e preconceitos existentes. É preciso descolonizar as nações, mas também os seres humanos. Descolonizar é criar homens novos, modificar fundamentalmente o ser, transformar espectadores em atores da história.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Horácio de. Prólogo. **Úrsula**. Edição fac-símile. São Luiz: Governo do Maranhão, 1975, p. III-VIII.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. **Abolicionismo**: Estados Unidos e Brasil, uma História comparada (século XIX). São Paulo: Annablume, 2003.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. **Onda negra, Medo branco**. São Paulo: Annablume, 2004.

AZZI, Riolando. A Igreja e a escravidão: In: **A crise da cristandade e o projeto liberal**. São Paulo: Edições Paulinas, 1991. P. 181-190

BEOZZO, José. A Igreja na crise final do Império(1875-1888). In: **História Geral da Igreja no Brasil**. Tomo II, segunda época – Século XIX. Petrópolis: Editora Vozes, 1980. P.257-295.

Bhabha, Homi. **O local da cultura**. tradução de Myriam Avila, Eliane Livia reis, Glauce Gonçalves. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

BRAGA. MARCELLE D.C.. **Refúgio do difícil e do terrível**: a construção da questão escravista no romance oitocentista Uncle Tom's Cabin de Harriet Beecher Stowe. Instituto de Ciências Humanas e Sociais/UFOP, 2011.

DAIBERT, B. S. Remexendo arquivos: abolição e existencialismo em Maria Firmina dos Reis. In: **Maria Firmina dos Reis**: faces de uma precursora. Ed. Malê. Rio de Janeiro, 2018.

DAVIS, David Brion. **O problema da escravidão na cultura ocidental**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

DEL PRIORE, Mary (org.), BASSANEZI, Carla (coord. de textos). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto/Ed. UNESP, 1997.

DUARTE, Constância Lima. Gênero e etnia no nascente romance brasileiro: **Úrsula**. **Revista de Estudos Feministas**, v.13 n.2, 2005, p. 443-444.

DUARTE, Constância Lima; TOLENTINO, Luana; BARBOSA, Maria Lúcia; COELHO, Maria do Socorro Vieira (Org.). **Maria Firmina dos Reis**: faces de uma precursora. Rio de Janeiro: Editora Malê, 2018.

DUARTE, Eduardo de Assis. Maria Firmina dos Reis e os primórdios da ficção afro-brasileira. In: REIS, Maria Firmina dos. **Úrsula**. Florianópolis: Mulheres; Belo Horizonte: PUC Minas, 2004.

DUARTE, Evandro Charles Piza; QUEIROZ, Marcos Vinícius Lustosa. A Revolução Haitiana e o Atlântico Negro: o constitucionalismo em face do lado oculto da modernidade. **Revista Direito, Estado e Sociedade**, Rio de Janeiro, n. 49, 2016. DOI: 10.17808/des.49.680.

Disponível em: <https://revistades.jur.pucrio.br/index.php/revistades/article/view/680>. Acesso em: 03 ago. 2021.

DUARTE, Eduardo de Assis. Maria Firmina dos Reis e os primórdios da ficção afro-brasileira. In: REIS, Maria Firmina dos. **Úrsula**. Florianópolis: Mulheres; Belo Horizonte: PUC Minas, 2004.

DUBOIS, Laurent. **Avengers of the new world: the story of the haitian revolution**. USA: Harvard University Press, 2004.

FANON, Frantz. **Os condenados da Terra**. Minas Gerais: Editora UFJF, 2010.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Bahia: Editora Edufba, 2008.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da família patriarcal**/ Gilberto Freyre; apresentação de Fernando Henrique Cardoso. São Paulo: Global, 2003.

GORDON, Lewis R., “Prefácio.” In: FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Bahia: Editora Edufba, 2008.

GUIMARÃES, Bernardo. **A escrava Isaura**. São Paulo: Klick Editora, 1999.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. – 26 ed. São Paulo; Companhia das Letras, 1995.

STOWE, Harriet B. **A cabana do pai Tomás**. 7. ed. Rio de Janeiro: TecnoPrint, 1976.

KIERKEGAARD, Sören; **O desespero humano**. São Paulo: Martin Claret, 2001.

KIERKEGAARD, Sören. Temor e tremor. In: Schopenhauer/Kierkegaard. **Coleção os Pensadores**. São Paulo: abril, 1974.

LOBO, Luiza. Maria Firmina dos Reis. In: DUARTE, Eduardo de Assis. (Org.). **Literatura e afrodescendência no Brasil: antologia crítica**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. (Precursores, 1). pp. 111-126.

MACEDO, Joaquim Manoel de. **As vítimas algózes: quadros da escravidão**. São Paulo: Scipione, 1991.

MARTIN, Charles. “Prefácio”. In: REIS, Maria Firmina dos. **Úrsula**. Rio de Janeiro: Presença, 1988.

MIRANDA, Amanda Rodrigues de. Família escrava no Brasil: um debate historiográfico. **Temporalidades** – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG Vol. 4, n. 2, ago./dez. 2012.

MIRANDA, Clícea Maria Augusto de. **Repercussões da guerra civil americana no destino da escravidão no Brasil - 1861-1888**. Clícea Maria Augusto de Miranda; orientadora Maria Helena Pereira Toledo Machado. São Paulo: 2017.

MORAIS FILHO, José Nascimento. **Maria Firmina, fragmentos de uma vida**. São Luís: Instituto Histórico e Geográfico, 1975.

MOTT, Maria Lúcia. **Escritoras negras resgatando a nossa história**. (Papéis Avulsos, 13). Rio de Janeiro: UFRJ-CIEC, 1989.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude: usos e sentidos**. São Paulo, Editora Autentica, 2009.

MUZART, Zahidé Lupinacci. Maria Firmina dos Reis. In MUZART, Z. L. (Org.) **Escritoras brasileiras do século XIX**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2000.

MUZART, Z. L. Uma Pioneira: Maria Firmina dos Reis. DOI: 10.5212/MuitasVozes.v.2i2.0007. **Muitas Vozes**, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 247–260, 2014. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/muitasvozes/article/view/6400>. Acesso em: 17 ago. 2022.

NASCIMENTO, Juliano Carrupt do. **O negro e a mulher em Úrsula de Maria Firmina dos Reis**. Rio de Janeiro: Caetés, 2009.

PEREIRA, Camila Mendonça. **Abolição e Catolicismo: a participação da Igreja Católica na extinção da escravidão no Brasil**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, 2011.

PONTE, Carlos Roger Sales da. **A angústia no pensamento de Kierkegaard**. Filosofia Ciência e Vida São Paulo, Ano III, nº 28, pp. 26 – 33, 2001.

REIS, Maria Firmina dos. **Úrsula**. Florianópolis: Mulheres; Belo Horizonte: PUC Minas, 2004.

ROMERO, Silvio. **História da Literatura Brasileira – Tomo Segundo (1830-1870)**, 389 e 390, H. Garnier, Rio de Janeiro, 1903.

SAID, Edward W. **Cultura e Imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995

_____. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007 (tradução de Rosaura Eichenberg).

SIMÕES, Bárbara. **Firmina**. Rio de Janeiro: Malê, 2019.

SIMÕES, Bárbara. O negro samaritano e a santa virgem de Maria Firmina dos Reis. In: PEREIRA, Edimilson de Almeida, JÚNIOR, Robert Daibert (Org.). **No berço da noite: religião e arte em encenações de subjetividades afrodescendentes**. Juiz de Fora: MAMM/UFJF, 2012.

SLENES, Robert W. **Na senzala uma flor – Esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX**/ Robert W. Slenes – 2ª ed. corrig. – Campinas, SP Editora Unicamp, 2011.

SOLIDARIEDADE. In: DICIO, Dicionário Online Michaelis. Melhoramentos, 2022.
Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/modernoportugues/busca/portugues-brasileiro/solidariedade/> Acesso em: 27/07/2021

SCOTT, Rebecca J. **Emancipação Escrava em Cuba**: a transição para o trabalho livre, 1860- 1899. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: Editora da Unicamp, 1991.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** 1. ed. Trad. Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

STOWE, Harriet B. **A cabana do pai Tomás**. 7. ed. Rio de Janeiro: Tecnoprint, 1976.
ZAHIDÉ, L. Uma pioneira: Maria Firmina dos Reis. In: **Maria Firmina dos Reis**: faces de uma precursora. Ed. Malê. Rio de Janeiro, 2018.